RELATÓRIO
DE ATIVIDADES



Instituto Democracia e Sustentabilidade

2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

Instituto Democracia e Sustentabilidade

SUMÁRIO

Sobre o IDS
5

Eixos da gestão do IDS
6

Mensagem do Conselho Diretor
8

As agendas do IDS
10

CLIMA E BIODIVERSIDADE
11
Atividades do IDS na agenda Clima e Biodiversidade
14
Eventos realizados na agenda Clima e Biodiversidade
19

SEGURANÇA HÍDRICA
26
Atividades do IDS na agenda de Segurança Hídrica
27

GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA
28
Atividades realizadas na agenda de Governança Democrática
30
Eventos na agenda de Governança Democrática
34

ECONOMIA VERDE
40
Atividades do IDS na agenda de Economia Verde
42

FORMAÇÃO E CIDADANIA
49
Participação em eventos
52

IDS na COP30
67
Propostas do IDS na COP30
68
Eventos
70
A comunicação do IDS na COP30
78

Redes do IDS
79

Publicações do IDS em 2025
84

A comunicação do IDS em 2025
86

Redes Sociais do IDS
90

IDS na imprensa
91

Resultados financeiros
96

Projetos de 2025
98

Quem faz o IDS
100

Mensagem da diretora executiva
102

Datas importantes em 2026
104

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE · **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025**



INSTITUCIONAL

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) é uma organização da sociedade civil de interesse público, plural e apartidária, fundada em 2009 como um *think tank* socioambiental, por lideranças do campo político, empresarial, acadêmico e social, com o propósito de estimular reflexões e propor ações que tenham como foco a convergência entre a democracia e a sustentabilidade. Atuamos com parceiros e redes da sociedade civil organizada, buscando envolver atores de diversos setores da sociedade nas propostas e iniciativas por nós desenvolvidas, tendo os temas Democracia e Sustentabilidade como indissociáveis. Fomentamos o debate público de qualidade, prezando pela pluralidade e diversidade, nos utilizando de subsídios técnicos e da articulação política e social, uma vez que os valores democráticos fortalecem as práticas sustentáveis, e vice-versa .

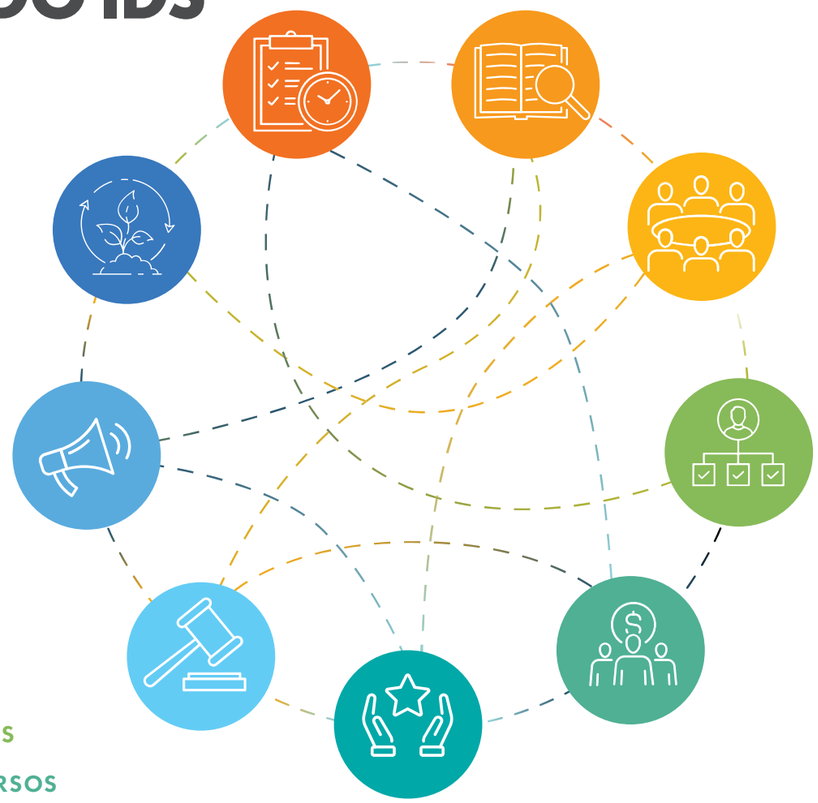
MISSÃO

Ser um ator relevante da sociedade civil nos processos locais, regionais, nacionais e internacionais, para a construção de um novo acordo social que tenha a democracia e a sustentabilidade como valores centrais.

VISÃO

Convergir e potencializar ideais e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21

EIXOS DA **GESTÃO DO IDS**



- PLANEJAMENTO
- PESQUISA
- COMITÊ DE PESSOAS
- GESTÃO DE PROJETOS
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS
- GESTÃO DA MARCA E PORTFÓLIO
- ADVOCACY
- COMUNICAÇÃO
- ECOSSISTEMA VIVO

PLANEJAMENTO

Instância que alinha a ação da organização para que suas agendas tenham suporte humano e material para alcançar suas metas. Envolve estruturação metodológica, planejamento financeiro e o apoio do Conselho Diretor.

PESQUISA

Eixo responsável pela produção de conhecimento sólido e pela realização de estudos aprofundados que embasam a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas. Utilizando metodologias científicas e análises rigorosas, este segmento identifica desafios, mapeia tendências e propõe soluções inovadoras. Dessa forma, a pesquisa é a base que fortalece a atuação institucional do IDS, proporcionando dados e evidências para o fomento da democracia e do desenvolvimento sustentável.

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE · **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025**

COMITÊ DE PESSOAS

Atua para garantir o bom relacionamento da organização com os associados e seus *stakeholders*. Neste Eixo são estabelecidos os protocolos de relações institucionais, além de ações para o engajamento da equipe e do voluntariado.

GESTÃO DE PROJETOS

Opera na modelagem e no controle dos projetos do IDS, desde a proposta inicial ao financiador até a entrega do relatório final. Neste Eixo estão incluídas a contratação de pessoas e de ferramentas para o cumprimento dos respectivos objetivos, bem como a gestão dos recursos e o monitoramento dos resultados das ações do IDS.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Eixo estratégico para a manutenção das estruturas do IDS e a realização de seu propósito. A função primordial é manter o relacionamento permanente com financiadores, negociar renovações de contratos e prospectar novos parceiros. A Captação de Recursos também abrange pesquisa de editais abertos para financiamento de projetos, bem como campanhas de doação, com estratégia alinhada ao Eixo de Planejamento.

GESTÃO DA MARCA E PORTFÓLIO

Cuida do posicionamento e da apresentação institucional do IDS, das plataformas digitais e identidade visual, bem como projetos institucionais de comunicação e informação, como a "Bússola para Cidades Resilientes" do IDS e o "Projeto OVO: nosso compromisso com as futuras gerações".

ADVOCACY

Este Eixo atua na mobilização de atores estratégicos e na elaboração de pareceres que analisam políticas públicas à luz dos valores da democracia e da sustentabilidade. Por meio do monitoramento das decisões e políticas dos poderes executivo, legislativo e judiciário e do diálogo com diferentes segmentos da sociedade, o IDS busca influenciar positivamente os debates e as decisões que afetam a vida coletiva.

COMUNICAÇÃO

Eixo que centraliza, consolida e amplia a visibilidade das pautas do IDS, construindo narrativas estratégicas e mobilizando públicos-chave para impulsionar a adoção de políticas democráticas e sustentáveis. Através de conteúdos relevantes e de uma comunicação integrada nos principais canais de debate, o IDS fortalece sua capacidade de influenciar decisões e engajar atores sociais na concretização de suas agendas.

ECOSSISTEMA VIVO

A nossa rede de organizações e parcerias é um sistema vivo de apoio e colaboração. O IDS tem forte atuação em redes de organizações, tais como Rede Advocacy Colaborativo (RAC), Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (GT 2030), Pacto pela Democracia (iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil), Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, ABCD (uma rede de organizações da sociedade civil para diminuir a fragmentação e a dispersão dos que lutam para reduzir as desigualdades no Brasil), Observatório do Clima (OC), Observatório de Governança das Águas (OGA), entre outras.

MENSAGEM DO CONSELHO DIRETOR

"Mestre não é quem ensina, mas quem de repente aprende."
(Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas. 1956)

"O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem."

Guimarães Rosa,
em Grande Sertão: Veredas. 1956







Podemos afirmar, categoricamente, que 2025 foi um ano de mudanças e de grandes aprendizados para o IDS.

As mudanças iniciaram com a renovação do Conselho Diretor: após sete anos de liderança estratégica e visionária, levando o nome da organização para além das fronteiras, Ricardo Young concluiu seu ciclo como presidente do IDS. Sempre afirmando o compromisso com a nossa missão de promover a democracia e a sustentabilidade como pilares de uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para o futuro, Ricardo articulou agendas que transformaram o debate socioambiental no Brasil e compartilhou conosco os seus saberes. Como conselheiros, registramos aqui o nosso agradecimento ao Ricardo por sua integridade, paixão e compromisso pelos temas substanciais que nos motivam há 16 anos e com a inata liderança que nos ensinou a importância de pensar de forma sistêmica, de ouvir a diversidade de vozes e de agir sempre com ética e coragem.

Assim, em junho de 2025, o Conselho Diretor do IDS foi renovado com Dulce Maria Pereira assumindo a presidência, Caio Magri como vice-presidente e Caetano Scannavino passando a compor o Conselho ao lado de Adriana Ramos e Luana Maia, reafirmando nosso compromisso para contribuirmos com o futuro de um IDS relevante, colaborativo e continuamente à altura dos desafios do Brasil. Assumimos esse cargo com a missão de apoiar a organização para que continue sendo referência em temas socioambientais.

"Agradeço ao Ricardo Young e ao Pedro Ivo pela parceria e principalmente por prepararem a minha chegada. De forma muito especial, agradeço ao Caio Magri por aceitar trabalhar comigo nessa jornada. E, certamente, às conselheiras, aos conselheiros, nossas associadas e associados, contando com um constante trabalho em rede. Neste momento de desafios tão severos para a democracia e para a sustentabilidade, eu aceitei este desafio contando com o trabalho conjunto, com as parcerias que já foram construídas e novas que deverão ser articuladas a partir dessa nossa gestão." (Dulce Maria Pereira)

Em 2025, diversos acontecimentos contribuíram para tornar as agendas da democracia e da sustentabilidade em voga.

Mesmo com o presidente dos Estados Unidos ratificando seu ceticismo em relação a iniciativas ambientais globais, criticando políticas de energia verde e retirando sua participação da Conferência Mundial do Clima, o Brasil a sediou em Belém, conhecida como a COP "Pé no chão", por se empenhar em trazer as negociações climáticas da ONU para a realidade da Amazônia e de seus povos. Um evento marcado por muitos desafios, mas também por grandes conquistas, que deixou aprendizados e momentos inesquecíveis, como a ministra Marina Silva sendo ovacionada na plenária de encerramento, aplaudida de pé, após fazer um balanço dos trabalhos: "Demos um passo relevante no reconhecimento do papel de povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodescendentes. A transição justa ganhou corpo e voz. Lançamos o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, mecanismo inovador que valoriza aqueles que conservam e mantém as florestas tropicais. As Contribuições Nacionalmente Determinadas foram recebidas de 122 Partes, compromissadas em reduzir emissões até 2035. Faltam outras Partes, mas esses resultados são ganhos fundamentais para o multilateralismo climático", finalizou.

A bandeira da democracia também foi erguida com a conquista do primeiro Oscar de Melhor Filme para o cinema brasileiro: "Ainda estou aqui", uma volta ao funesto passado político da ditadura militar no País. Foi mais do que apenas um filme: o reconhecimento internacional da existência de um período que tantos quiseram abafar. Foi mais do que apenas um prêmio: um êxtase às lutas do IDS pela democracia e o papel da cidadania! Ainda na lista de vitórias, tivemos a condenação do Supremo Tribunal Federal ao ex-presidente Jair Bolsonaro por golpe de estado, organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado, naqueles execráveis atos de 8 de janeiro de 2023, que consumou o processo de julgamento em um marco na defesa das instituições cívicas e da ordem democrática.

Por outro lado, holofotes do mundo colocaram luz no Brasil quando uma megaoperação policial em comunidades da cidade do Rio de Janeiro deixou o saldo de 121 mortos. Ainda, a Lei do Feminicídio, marco no reconhecimento da violência de gênero no Brasil, completou 10 anos em 2025, com o triste registro de 6.904 vítimas de casos consumados e tentados de feminicídio, o que representa um aumento de 34% em relação ao ano de 2024, totalizando quase seis mulheres mortas por dia no País (dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Em 2025, o País também sofreu com os efeitos das mudanças climáticas que deixaram rastros de destruição, com grande indignação pela inércia de medidas locais que evitem as perdas e danos em cidades e territórios com maior vulnerabilidade. Chuvas torrenciais desolaram cidades e regiões e um tornado se transformou em pesadelo para a população de Rio Bonito do Iguaçu, devastando 90% da cidade paranaense, com ventos de até 330 km/h. No exterior, ciclones arrasaram o Sri Lanka, chuvas torrenciais inundaram a Indonésia, a Tailândia, a Malásia e o estado americano do Texas (onde mais de 100 pessoas morreram, dentre elas, 28 crianças que participavam de acampamentos de verão). O furacão Melissa causou mortes e ruínas no Haiti e em Cuba, e uma onda de calor recorde e precoce atingiu o continente europeu, causando incêndios, mortes e temperaturas extremas em diversos países.

Enfim, nós, conselheiros do IDS, ativamente participantes da COP30, sabemos da dificuldade em buscar um consenso global em torno do "Mapa do Caminho" – da transição energética para um mundo sem combustíveis fósseis –, mas, como idealistas que somos, temos consciência de que o propósito foi solidificado no cenário internacional, ao obter a adesão de mais de 80 nações. Esperamos que a agenda climática seja promotora de uma transformação mais profunda na sociedade, na qual a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas se tornam um imperativo ético, político e social necessário para o bem-viver e a vida segura.

Enfim, avançamos, com os pés no chão e os olhos no futuro!



PRESIDENTA

Dulce Maria Pereira, arquiteta, ambientalista, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto. Primeira embaixadora negra do Brasil, foi secretária-executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Presidiu a Fundação Cultural Palmares. Mãe, feminista e ativista do Movimento Negro Unificado, integra várias redes nacionais e internacionais de pesquisadores e cientistas.



VICE-PRESIDENTE

Caio Magri, sociólogo pela Universidade de São Paulo (USP), foi Coordenador do Programa de Políticas Públicas para a Juventude da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e integrou a equipe da Assessoria Especial do presidente Lula em 2003. Presidente do Instituto Ethos, é membro de vários Conselhos Governamentais, Empresariais e da Sociedade Civil.



CONSELHEIRA

Adriana Ramos, comunicadora, especialista em políticas ambientais. Coordena o Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA). Faz parte da coordenação do Observatório do Clima e do conselho de várias organizações.



CONSELHEIRO

Caetano Scannavino, empreendedor social com quase 40 anos de atuação na Amazônia, é coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria (PSA) e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável da Presidência da República e de vários outros Conselhos.



CONSELHEIRA

Luana Maia, internacionalista e mestre em Sustentabilidade, é diretora na NatureFinance no Brasil. Atuou em várias organizações, com ênfase em seu papel pioneiro como gerente executiva da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

AS AGENDAS DO IDS

Em alinhamento com os princípios e metas dos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU), o IDS desenvolve estudos, pesquisas, projetos e diferentes iniciativas para aprimorar políticas públicas e fortalecer as capacidades e meios de implementação para ações em cinco agendas estratégicas, articulando com parceiros e atores :

CLIMA E BIODIVERSIDADE

SEGURANÇA HÍDRICA

GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

ECONOMIA VERDE

FORMAÇÃO E CIDADANIA

CLIMA E BIODIVERSIDADE



"Se 1% é responsável por 50% das emissões de CO2, alguma coisa está muito errada! Existe um sistema que na sua ontologia está errado porque esse mesmo sistema que concentra a maior parte das emissões é o que também concentra a maior parte da riqueza que é produzida com essas emissões. É o sistema que concentra a tecnologia e as soluções que ele mesmo não usa em benefício da mudança que precisa ser feita."

Marina Silva,
Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Assim como a Democracia e a Sustentabilidade, o clima e a biodiversidade são inseparáveis.

Em 2025, mais de 330 mil pessoas foram diretamente atingidas pelos desastres associados a eventos climáticos extremos no Brasil, com prejuízos econômicos de R$ 3,9 bilhões, como divulgou o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) em seu anual Relatório Estado do Clima, Extremos de Clima e Desastres no Brasil. O levantamento mostra que, em decorrência de deslizamentos, tempestades, enchentes e estiagens, quase todas as regiões do Brasil tiveram impactos humanos, materiais e econômicos: só na região Norte, mais de 202 mil pessoas foram atingidas diretamente no Amazonas, no Acre e no Pará.

Nas regiões Centro, Sul e Sudeste, a seca e as chuvas abaixo da média levaram desafios à agricultura e à preocupação com o abastecimento de água no início do ano, mas não foi só isso. Fortes chuvas em junho causaram inundações, deslizamentos de terra e provocaram evacuações, afetando dezenas de municípios no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Em várias cidades de Pernambuco, chuvas acima de 300 mm acarretaram enchentes, deslizamento de terra e interrupções de serviços. Além disso, a região Sul também foi atingida por temporal de granizo, que em 20 minutos destruiu casas e atingiu cerca de 35 mil pessoas em Erechim – mais de 1/3 da população. O mais devastador dos tornados que golpearam o Sul ocorreu em novembro, destruindo 90% do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, deixando um cenário de destruição sob ventos de 250 km/h. Petrópolis e a Baixada Fluminense (RJ), Campos do Jordão e cidades da Grande São Paulo, além de Vale do Aço (MG), foram outros municípios atingidos pelas chuvas intensas em 2025.

O desalento das vítimas, altamente explorado pelas imagens da mídia e nas redes sociais, aparentemente dura até deixar de ser "notícia", entretanto, a destruição das famílias e os sonhos desfeitos são marcas indeléveis da vulnerabilidade a que essas pessoas estão expostas em nosso País.



Tornado em Rio Bonito do Iguaçu/PR. Foto: Governo do Estado do Paraná/Divulgação/AFP.



Estiagem no Brasil. Foto de Fernando Frazão/Agência Brasil.

É pau, é pedra, é o fim do caminho

É um resto de toco, é um pouco sozinho

É um caco de vidro, é a vida, é o sol

É a noite, é a morte, é um laço, é o anzol

É peroba do campo, é o nó da madeira

Caingá candeia, é o matita-pereira

É madeira de vento, tombo da ribanceira

É o mistério profundo, é o queira ou não queira

É o vento ventando, é o fim da ladeira

É a viga, é o vão, festa da cumeeira

É a chuva chovendo, é conversa ribeira

Das águas de março, é o fim da canseira

É o pé, é o chão, é a marcha estradeira

Passarinho na mão, pedra de atiradeira

É uma ave no céu, é uma ave no chão

É um regato, é uma fonte, é um pedaço de pão

É o fundo do poço, é o fim do caminho

No rosto um desgosto, é um pouco sozinho

É um estepe, é um prego, é uma ponta, é um ponto

É um pingo pingando, é uma conta, é um conto

É um peixe, é um gesto, é uma prata brilhando

É a luz da manhã, é o tijolo chegando

É a lenha, é o dia, é o fim da picada

É a garrafa de cana, o estilhaço na estrada

É o projeto da casa, é o corpo na cama

É o carro enguiçado, é a lama, é a lama

É um passo, é uma ponte, é um sapo, é uma rã

É um resto de mato na luz da manhã

São as águas de março fechando o verão

É a promessa de vida no teu coração

É uma cobra, é um pau, é João, é José

É um espinho na mão, é um corte no pé

São as águas de março fechando o verão

É a promessa de vida no teu coração

É pau, é pedra, é o fim do caminho

É um resto de toco, é um pouco sozinho

É um passo, é uma ponte, é um sapo, é uma rã

É um belo horizonte, é uma febre terça

São as águas de março fechando o verão

É a promessa de vida no teu coração

ÁGUAS DE MARÇO

música e letra de Tom Jobim, 1972

O enfrentamento às mudanças do clima se torna um imperativo ético ao reconhecer que a inércia dos governos e das instituições configura uma violação de direitos, sobretudo do direito ao futuro, quando as tragédias não são inevitáveis, mas sim resultado do baixo planejamento, responsividade e priorização de medidas de mitigação e adaptação, capazes de gerar maior resiliência e segurança para a população. O compromisso internacional e novos marcos regulatórios devem se traduzir em ações concretas nas cidades e comunidades.

Ainda que o compromisso dos signatários do Acordo de Paris na COP21 seja evitar que o aquecimento global ultrapasse 1,5 °C, a crise climática e a perda acelerada da biodiversidade são uma realidade. E ela se expressa por meio de eventos extremos como os anteriormente mencionados, cada vez mais frequentes, fora de época e prolongados. As populações mais vulneráveis sofrem com a falta de recursos essenciais para a sua defesa em diferentes pontos do Planeta, fator de aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas e do risco de vida.

A vulnerabilidade social está no cerne das mudanças climáticas e fica exposta, como uma ferida, a cada desastre ocorrido, causando indignação e luta por justiça.

A mitigação e a adaptação às mudanças climáticas têm no Brasil o seu maior aliado, num papel central e estratégico às ações para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a proteção dos ecossistemas. E isso pôde ser visto na COP30, com a grande quantidade de temas e grupos de discussões – muitos dos quais contaram com a participação ativa do IDS.

O clima global é uma preocupação, tanto pela emergência climática que vivemos como pela emergência democrática que enfrentamos. Justiça econômica, coesão social e resiliência ambiental formam o tripé de sustentação da democracia e precisam fazer parte do discurso político como uma ideia central e das ações concretas dos diferentes grupos que compõem o tecido social. No IDS trabalhamos para dar visibilidade às pautas socioambientais e ampliar a transparência do processo deliberativo público, buscando evitar retrocessos e aumentar as garantias para a proteção de direitos consolidados na agenda do clima e da sustentabilidade.

A Constituição de 1988 consolidou o meio ambiente equilibrado como um direito fundamental.

Reconhecemos que há um longo caminho a percorrer, mas a imersão na COP30 nos reenergizou, e vamos nos empenhar ainda mais para que os compromissos ali assumidos saiam do papel e se concretizem, como o roteiro para deter e reverter o desmatamento até 2030.

Belém foi o marco da transformação. Acreditamos ser possível fazer do "Mapa do Caminho" uma realidade para o fim dos combustíveis fósseis e iremos contribuir para que ele nos leve a um futuro mais verde, sustentável e democrático.

"As perguntas que nos movem são urgentes! Por que seguimos reproduzindo modelos que aprofundam vulnerabilidades, desigualdades e exclusões? Como mobilizar saberes tradicionais produzidos a partir das matrizes e saberes dos diferentes povos, da ciência e culturais, a partir da convivência equilibrada com a Terra? Quais valores podem inspirar uma transformação justa e regenerativa?"

(Dulce Maria Pereira, presidenta do IDS)

ATIVIDADES DO IDS NA AGENDA CLIMA E BIODIVERSIDADE

JusAmazônia

A plataforma de transparência sobre o Poder Judiciário brasileiro



Durante o ano de 2025, foram realizadas a análise de novos processos (recebemos centenas deles bimestralmente) e a execução do fluxo para alimentação da Plataforma JusAmazônia, um banco de dados público que proporciona transparência e um panorama atualizado das ações judiciais contra o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira a partir da jurimetria. Ela tem como estratégia gerar subsídios para avaliar gargalos no Sistema de Justiça, visando qualificar as políticas de combate ao desmatamento e aprimorar a atuação dos órgãos na responsabilização dos agentes desmatadores. O objetivo central da Plataforma é oferecer um mecanismo de busca, consulta e acompanhamento de ações civis públicas sobre o desmatamento na Amazônia Legal brasileira, mas ela também apresenta o cruzamento de dados relevantes, detectados a partir das informações contidas em sua base, que pode ser utilizada para formulação de estudos e novas políticas públicas. Dada a dificuldade de transparência de informações públicas no Brasil, principalmente em sistemas de *big data*, como o do judiciário brasileiro, trabalhamos ininterruptamente no aperfeiçoamento da Plataforma em relação aos recursos tecnológicos, à navegabilidade e à apresentação.

O Jus Amazônia é um projeto financiado pela NORAD - Agência Norueguesa para a Cooperação para o Desenvolvimento, num acordo de cooperação técnico-financeira do IDS com o IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Lançamento do e-book "O Poder Judiciário no combate ao desmatamento e reparação de danos ambientais e climáticos"

Como parte do Projeto JusAmazônia, o IDS mergulhou nas entranhas da litigância ambiental para elaborar o e-book "O Poder Judiciário no combate ao desmatamento e reparação de danos ambientais e climáticos", uma publicação lançada em novembro de 2025 durante a COP30, com o propósito de analisar – por meio da jurimetria – a efetividade do Poder Judiciário brasileiro no combate ao desmatamento e na reparação de danos ambientais e climáticos na Amazônia, tomando como base de dados a Plataforma JusAmazônia, que monitora mais de 16 mil ações de litigância ambiental na Amazônia Legal. A iniciativa do IDS teve o apoio da Norway's International Climate and Forest Initiative (NICFI) e a parceria estratégica com o Imazon.

Artigo científico: "Entre florestas e tribunais: a atuação do judiciário frente ao desmatamento em terras indígenas na Amazônia Legal"

No campo acadêmico, foi publicado artigo científico sobre desmatamento em terras indígenas na Amazônia, a partir dos dados da Plataforma JusAmazônia, na Revista Dom Helder Veredas do Direito, que possui indexação relevante no sistema CAPES. "Entre florestas e tribunais: a atuação do judiciário frente ao desmatamento em terras indígenas na Amazônia Legal", elaborado em coautoria pelo consultor do IDS Vitor Hugo Moraes (Universidade de Marília/UNIMAR) e o professor Ruan Didier (Universidade Federal do Maranhão/UFMA e Universidade Estadual do Maranhão/UEMA), analisou a atuação do Poder Judiciário diante do desmatamento em Terras Indígenas na Amazônia Legal. A pesquisa parte da constatação do avanço de práticas ilegais de supressão vegetal em territórios tradicionalmente ocupados, frequentemente associadas a grandes empreendimentos e à omissão estatal. O objetivo geral é compreender como o Judiciário responde a essas situações, avaliando sua efetividade na proteção ambiental e dos direitos dos povos indígenas. O artigo utilizou a metodologia interdisciplinar, combinando pesquisa bibliográfica, documental e estudo de casos empíricos extraídos da JusAmazônia, com ênfase em ações civis públicas. Os resultados revelaram que, embora existam decisões alinhadas aos marcos constitucionais e internacionais de proteção socioambiental, há prevalência de entraves estruturais, como a morosidade processual, a dificuldade de responsabilização dos agentes desmatadores e o predomínio de argumentos economicistas. Concluiu-se que a atuação judicial, ainda que relevante, é marcada por seletividades e limitações que comprometem a efetividade da tutela jurídica frente aos conflitos socioambientais na Amazônia, exigindo avanços institucionais e hermenêuticos para a promoção da justiça ambiental.

KIT CLIMA

A ciência tem mostrado, de maneira inequívoca, que as mudanças climáticas causadas por atividades humanas levam ao aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, afetando diversas regiões do Planeta. O aumento do nível do mar, o aquecimento dos oceanos, a degradação dos ecossistemas, a perda de biodiversidade e a urbanização acelerada são apenas alguns dos fatores que contribuem para este quadro. Sobretudo nos últimos anos, os impactos mais severos têm sido plenamente sentidos pelas populações em todo o mundo, tornando essa crise uma realidade cada vez mais urgente. Diante do gritante cenário em que mais da metade dos municípios brasileiros enfrentam recorrentemente situações de emergência ou calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos, o IDS desenvolveu o Kit Clima (Toolkit para a Adaptação ao Clima para Municípios Brasileiros), um conjunto de ferramentas que surge como um suporte concreto para adaptar as cidades e os territórios aos efeitos da mudança do clima e alinhar o planejamento de suas cidades aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O material foi concebido para atender municípios de todos os portes e regiões do País – com a possibilidade de ser replicado além das nossas fronteiras – na incorporação da lente climática às ações e ao planejamento dos governos locais. O material está em sintonia com a Estratégia Nacional de Adaptação em formulação no âmbito do Plano Clima e com a Lei nº 14.904/2024, que estabelece parâmetros para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.



É nos territórios que os efeitos das mudanças climáticas se manifestam

Tendo a maior parte da população atualmente concentrada nas cidades brasileiras, é nos territórios que se manifestam os efeitos das mudanças climáticas: eventos extremos, como enchentes, deslizamentos, ilhas de calor e escassez hídrica, impactam diretamente o cotidiano da população, especialmente daquelas mais vulnerabilizadas. Mais do que aliados na promoção do desenvolvimento sustentável, é essencial que os governos locais exerçam liderança e protagonismo na articulação de políticas climáticas, alinhando essa agenda à gestão democrática participativa, ao enfrentamento das iniquidades e desigualdades, da pobreza e à promoção da qualidade ambiental. O papel fundamental dos governos locais na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas, assim como na redução de riscos de desastres e no fortalecimento da resiliência de comunidades, é internacionalmente reconhecido em Instrumentos como a Agenda 2030, o Acordo de Paris, a Nova Agenda Urbana e o Marco de Sendai.

O Kit Clima vai além de oferecer uma nova metodologia: busca valorizar e dar visibilidade a experiências já existentes no País, difundindo boas práticas que possam inspirar outros municípios

O processo metodológico para a construção da ferramenta e das perguntas norteadoras envolveu revisão bibliográfica extensiva, entrevistas com especialistas e investigação sobre fontes de financiamento utilizadas em planos de adaptação elaborados por municípios brasileiros. Além da profundidade da pesquisa, seu principal diferencial é o formato: um percurso estruturado em três etapas — preparação, elaboração e implementação e monitoramento —, guiado por perguntas que ajudam gestores a construírem planos de adaptação climática sob medida para suas realidades. Isso permite desde a elaboração de versões com menor complexidade, voltadas a pequenos municípios com baixa capacidade técnica, financeira e institucional, apresentando o que é imprescindível, até planos mais robustos, aplicáveis a médias e grandes cidades e regiões com maior risco e vulnerabilidade.

Com o claro objetivo de garantir que a perspectiva climática esteja presente no planejamento de todas as cidades brasileiras, independentemente de seu porte, situação financeira, localização ou exposição ao risco, o IDS vem apresentando o Kit Clima em várias oportunidades, como no Encontro de Prefeitos e Prefeitas da Amazônia Legal, na Rio Action Climate Week e na COP30.

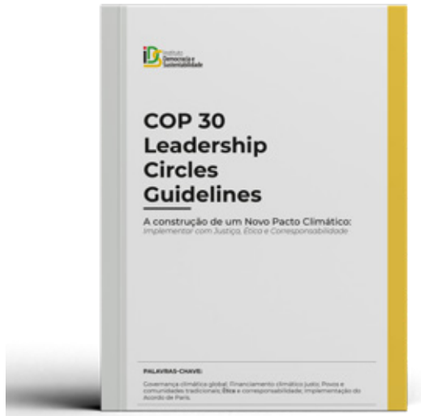
PLANO CLIMA

Contribuições do IDS aos Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação do Plano Clima

Durante o mês de setembro de 2025, técnicos de diferentes ministérios do Governo analisaram cerca de 2000 contribuições recebidas durante a fase de consulta do Plano Clima[1] , então previsto para ser lançado em outubro. A elaboração do Plano teve início no segundo semestre de 2023, sob condução do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), composto por representantes de 23 ministérios, com o apoio da Rede Clima e do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima. O IDS se dedicou a produzir e submeter ao Comitê importantes informações técnicas para cadernos do Plano Clima Participativo, num documento elaborado com sugestões, apontamentos e aprimoramentos em temas alinhados à nossa atuação, com recomendações voltadas a cinco planos setoriais: Agricultura e Pecuária, Transportes, Cidades, Biodiversidade e Recursos Hídricos. Após leitura minuciosa ao longo de todo o conteúdo dos planos, as contribuições do IDS tiveram foco especial nas metas e ações que irão orientar a adaptação climática de cada setor, em ajustes de conteúdo, aprimoramento de diagnósticos de riscos e incorporação de recortes de justiça climática e equidade. Foram sistematizadas as recomendações e referências para o Caderno de Recursos Hídricos, incluindo sugestões de integração multiescalar, governança hídrica, capacidades adaptativas regionais e inclusão de instrumentos subnacionais. O apoio complementar do IDS se efetivou no Caderno de Biodiversidade, reforçando interações entre impactos climáticos e pressões antrópicas, Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) e Soluções Baseadas na Natureza (SbN), conectividade ecológica e participação social territorializada.

O Plano Clima, um guia estratégico que orientará as ações de enfrentamento à mudança do clima no País até 2035, está sendo desenvolvido pelo governo federal e se estrutura em dois pilares: mitigação e adaptação. O primeiro reúne estratégias voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, principais responsáveis pelo aquecimento global; já o pilar de adaptação busca preparar sistemas naturais e humanos para enfrentar os impactos que estão em curso e aqueles previstos como consequência das mudanças climáticas. Além das Estratégias Nacionais de Mitigação e Adaptação, o Plano Clima também será composto por planos setoriais: 7 voltados à mitigação e 16 à adaptação.

POLICY BRIEF



Como resultado do Ciclo de Debates Pré-COP30, realizado entre junho e setembro de 2025, o IDS elaborou um *policy brief* - uma contribuição da sociedade civil à 30ª Conferência das Partes. O processo envolveu a revisão do estado da arte sobre os quatro eixos temáticos – Governança Climática Global, Financiamento para a Transformação Ecológica Justa, Povos e Comunidades Tradicionais no Centro e Balanço Ético Global –, com a elaboração de notas conceituais, a convocação de especialistas, a formação de painéis de debate e a sistematização das discussões, culminando na elaboração de recomendações dirigidas a formuladores de políticas públicas. Partindo do princípio que a efetivação do Acordo de Paris requer o fortalecimento das organizações sociais, o aprimoramento de instituições democráticas, a ampliação da participação cidadã, a coerência dos fluxos financeiros com os compromissos climáticos e a consolidação de uma ética global da corresponsabilidade, o Policy Brief se destina a tomadores de decisão nacionais e internacionais, apresentando recomendações aos Círculos da Presidência da COP30 em direção a um Novo Pacto Climático, pautado pela implementação, pela justiça e pela integridade. Criados pela Presidência brasileira da 30ª Conferência das Partes para traduzir compromissos globais em ações concretas, os Círculos de Liderança foram concebidos como espaços permanentes de convergência entre ciência, política e sociedade. Definidos em torno dos quatro eixos – base do nosso Ciclo de Debates Preparatórios para a COP –, eles buscam superar o caráter episódico das conferências, ampliando a participação social e territorial, consolidando redes de cooperação e promovendo uma abordagem de implementação contínua e democrática para a agenda climática. A seguir, apresentamos brevemente os principais desafios identificados em cada um dos quatro debates:

CÍRCULO DE PRESIDENTES:
GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Síntese: O fortalecimento da governança climática global depende de uma estrutura institucional que combine transparência, equidade e descentralização. Um novo pacto multilateral baseado na confiança, na ciência e na corresponsabilidade exige reconhecer que o enfrentamento da crise climática é um projeto civilizatório compartilhado, cujo sucesso depende tanto da cooperação entre Estados quanto da ação coordenada de sociedades, territórios e gerações.

> *Fragmentação institucional entre os mecanismos da UNFCCC e outras convenções ambientais, o que dificulta a coordenação de metas e compromissos.*
>
> *Baixa responsabilização pelo descumprimento das NDCs, já que o Acordo de Paris adota mecanismos facilitadores, sem sanções.*
>
> *Déficit de legitimidade democrática na governança global, com reduzida participação de povos indígenas, juventudes, mulheres e comunidades locais.*
>
> *Desalinhamento entre os compromissos internacionais e as políticas nacionais, comprometendo a coerência da implementação.*
>
> *Ausência de indicadores éticos e de transparência, capazes de traduzir a dimensão moral e intergeracional da crise climática.*

[1] O Plano Nacional de Mudança do Clima (Plano Clima) foi instituído pelo Decreto nº 11.550/2023 e passou a ser construído pelo governo em parceria com academia, iniciativa privada e com a sociedade. Previsto para ser lançado em outubro 2025 (adiado para 2026), o Plano será a diretriz central para a descarbonização da economia brasileira, em atendimento à meta climática nacional de redução das emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035, com vistas à neutralidade climática em 2050.

CÍRCULO DE MINISTROS DE FINANÇAS PARA O MAPA DO CAMINHO DE BAKU A BELÉM:
FINANCIAMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA JUSTA

Contradição estrutural entre o aumento do financiamento climático e a manutenção de subsídios a atividades que intensificam a crise, como petróleo, carvão e agronegócio intensivo.

Concentração dos fluxos financeiros em grandes bancos e fundos internacionais, sem capilaridade nos territórios e nas economias locais.

Baixa representatividade social e territorial nos mecanismos de governança dos fundos climáticos.

Risco de financeirização da agenda climática, com instrumentos que priorizam retornos econômicos em detrimento de resultados socioambientais.

CÍRCULO DE POVOS:
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CENTRO

Racismo ambiental e exclusão histórica de povos e comunidades dos processos decisórios e das estruturas de governança climática.

Desconhecimento institucional dos saberes tradicionais como formas legítimas de ciência e tecnologia.

Conflitos fundiários e territoriais que inviabilizam a proteção de ecossistemas e de comunidades guardiãs da biodiversidade.

Sub-representação de mulheres, juventudes e lideranças comunitárias nos espaços formais da política climática.

Ausência de instrumentos jurídicos e financeiros adequados para garantir o acesso direto a fundos e projetos climáticos.

CÍRCULO DE BALANÇO ÉTICO GLOBAL:
CHAMADO GLOBAL À AÇÃO CLIMÁTICA PELA ÉTICA

Déficit de implementação e de responsabilização ética, com monitoramento frágil das metas climáticas e ausência de mecanismos coercitivos pelo descumprimento das NDCs.

Persistência de valores e incentivos econômicos que priorizam a acumulação material e mantêm a lógica de degradação ambiental.

Risco de expansão de novos modelos de colonialismo extrativista, que perpetuam desigualdades históricas e estabelecem zonas de sacrifício no Sul Global.

Baixa incorporação da ética do cuidado nas políticas climáticas, especialmente em relação às populações mais vulnerabilizadas.

Fragmentação do espaço público e enfraquecimento do debate democrático sobre valores e responsabilidades compartilhadas.

Insuficiência da governança global para transformar compromissos em ações efetivas de mitigação e adaptação.

Subvalorização da educação, da cultura e da ciência como instrumentos de reconstrução ética e de formação cidadã para a sustentabilidade.

As diretrizes reunidas no policy brief do IDS entregue nos corredores da COP de Belém para parceiros, lideranças climáticas e autoridades e diplomatas de diversos países demonstram que a implementação efetiva do Acordo de Paris requer uma mudança de paradigma: da negociação para a ação, da competição para a solidariedade, do lucro para a ética. Essa transição só será possível se as quatro dimensões aqui apresentadas forem tratadas como complementares e interdependentes – governança global, financiamento justo, centralidade dos povos e responsabilidade ética.

EVENTOS REALIZADOS NA AGENDA CLIMA E BIODIVERSIDADE

Seminário Nacional de Justiça Socioambiental e Direitos Territoriais no Brasil

No ano em que o nosso País assumiu o protagonismo da COP30, o Seminário Nacional de Justiça Socioambiental e Direitos Territoriais ganhou ainda mais relevância e notoriedade. Numa realização conjunta do IDS com a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Saju-MJSP) e a Universidade de Brasília (UnB), durante os dias 13, 14 e 15 de maio, o evento reuniu cerca de 800 pessoas (200 presenciais e 600 online) e contou com a presença de grandes nomes da política, do sistema de justiça, da academia e da sociedade civil, com grupos de trabalho e painéis temáticos, mesas de especialistas e minicursos, proporcionando debates enriquecedores. Como espaço de alinhamento de estratégias e consolidação de compromissos com a justiça socioambiental, defesa dos territórios indígenas e das comunidades mais vulneráveis, o seminário teve como objetivo compartilhar boas práticas e apresentar resultados de projetos desenvolvidos com o apoio do MJSP, bem como promover o debate sobre o fortalecimento das políticas públicas em conflitos socioambientais e direitos territoriais. Além de apoiar financeiramente esse encontro, o IDS participou da organização, da mediação e teve a oportunidade de apresentar o JusAmazônia. Na mesa de abertura do seminário, Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS, ressaltou a urgência de converter o debate em ação.



Foto: Rodrigo Marfan/MJSP.

O evento foi realizado pelo IDS, MJSP, UnB e contou com parcerias como a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), as Defensorias Públicas Estaduais (DPEs), dentre outros apoios.



O governo federal elaborou um dossiê do Seminário, disponível em:

https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/saju/copy_of_DOSSIESEMINRIOACESSOJUSTIASOCIOAMBIENTALEDIREITOSTERRITORIAIS_compressed3.pdf

Rio Climate Action Week 2025

O evento realizado em agosto no Rio de Janeiro, reuniu gestores públicos, academia e representantes da sociedade civil para discutir soluções sobre os impactos da crise climática, principalmente onde as pessoas são mais afetadas: nos territórios.



Numa realização do IDS, com o apoio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e do Centro Brasil no Clima (CBC), em dois dias de debates durante a Rio Climate Action Week[2] foi exposto o desafio prático da agenda climática brasileira: transformar a recente Lei Federal nº 14.904/2024 em políticas e práticas que funcionem nos níveis municipal e regional. Durante o evento, com a participação da presidenta Dulce Maria Pereira, o diretor adjunto Marcos Woortmann e a analista de políticas públicas Sylvia Bomtempo, o IDS apontou a urgência da adaptação municipal e lançou o Kit Clima, apresentado como instrumento prático e acessível para gestores públicos, que pode reduzir a distância entre diagnóstico e ação, se for acompanhado de financiamento, participação social e governança efetiva. O tom dos debates alternou urgência técnica e ênfase nas desigualdades que atravessam os impactos climáticos. Dulce Maria Pereira assinalou que a emergência climática exige respostas pautadas pela justiça social, reiterando que a tradução da lei em políticas eficazes depende de instrumentos que levem em conta essas assimetrias.

"A emergência climática é global, mas seus impactos são desiguais, e sabemos que quem paga o preço mais alto são as mulheres, sobretudo as mulheres negras, indígenas, amazônidas, periféricas."

(Dulce Maria Pereira, presidenta do IDS)





Os encontros reuniram a sociedade civil, academia, pesquisadores, gestores públicos e lideranças locais para debater capacitação técnica, sistemas de financiamento e arranjos de governança necessários à adaptação. "Justiça climática e equidade de gênero: políticas públicas, saúde e território" foi o tema do primeiro dia da RCAW, com painel dedicado às mulheres negras, debatedoras e representantes de coletivos que apontaram a ineficácia de planos de adaptação que não incorporem recortes raciais, de gênero e socioeconômicos. A mensagem foi unânime: técnicas e métricas precisam caminhar junto com reparação e participação comunitária para que a proteção chegue a quem historicamente foi deixado à margem pelas políticas públicas de planejamento territorial.

"Quem paga a linha branca da família preta da favela? É aqui que se perde nos próximos dois, três, quatro anos, imóveis que podem não estar passíveis de serem recuperados até que um grande programa de microdrenagem, de macrogrenagem, daquela adaptação necessária aconteça."

(Tainá de Paula, vereadora e Secretária Municipal de Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro)

[2] A Rio Climate Action Week (RCAW) é inspirada na London Climate Action Week – maior festival de clima do mundo. Em sua primeira edição no Rio de Janeiro, reuniu setores público e privado, além da sociedade civil, relembrando os avanços desde a Rio-92, debatendo os próximos 25 anos e discutindo desafios como financiamento climático e NDCs mais ambiciosas para a COP30. Foram mais de 200 eventos, engajando cerca de 100 instituições e milhares de pessoas ao longo dos sete dias.

Sob o tema "Planejamento e adaptação climáticas: experiências e caminhos democráticos para a adaptação estadual, regional e municipal no Brasil", o segundo dia do evento voltou o olhar para a governança e o planejamento municipal, com os debates dando relevância a uma adaptação climática ancorada em participação social efetiva. Os participantes mapearam obstáculos práticos à implementação: ausência ou fragilidade de conselhos e planos locais, carência de corpo técnico nas prefeituras, lacunas interfederativas, ausência da participação local na construção dos planos e insuficiência de fontes de financiamento adequadas à escala municipal.

"Nós defendemos a construção de conselhos populares que sejam deliberativos, que incorporem a participação da juventude, das mulheres, dos trabalhadores, das comunidades periféricas. Não basta ter lei aprovada. Sem povo organizado dentro dos conselhos, com poder real de decisão, a política de adaptação não sai do papel."

(Dani Balbi, deputada estadual do Rio de Janeiro)

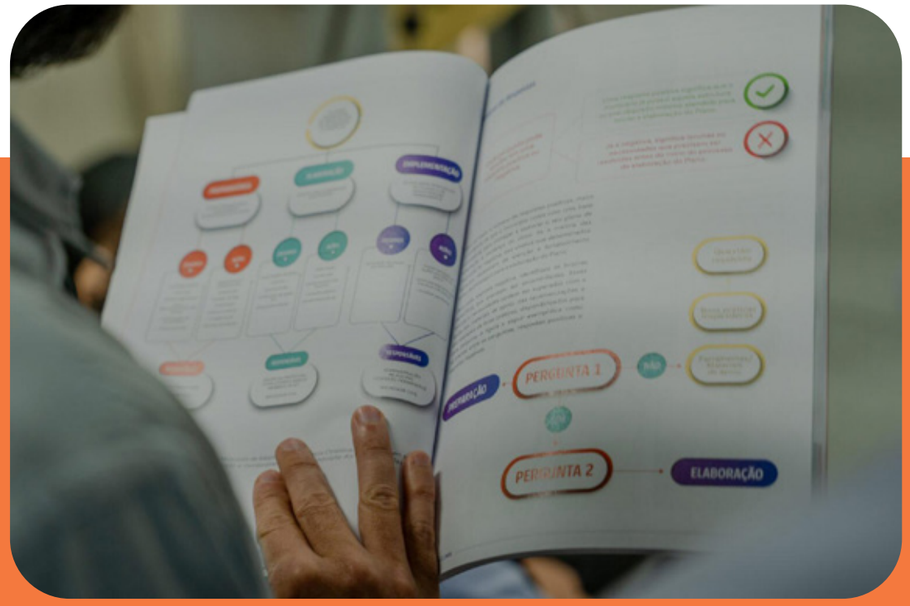
Ao fim das mesas, havia consenso sobre um ponto político e técnico: a realização da COP30 em Belém torna imperativa a capacidade do Brasil de traduzir compromissos internacionais em medidas locais que protejam vidas e otimizem recursos públicos.

A peça central do evento foi o lançamento do Kit Clima, ferramenta desenvolvida pelo IDS para apoiar prefeituras, secretarias municipais e equipes técnicas na elaboração e implementação de planos locais de adaptação.

"O objetivo do Kit Clima é incorporar a lente climática em qualquer município brasileiro, independente do seu tamanho, da sua capacidade institucional e de seu corpo técnico."

(Sylvia Bomtempo, analista de políticas públicas do IDS).

Estruturado como um roteiro prático com perguntas-norteadoras, checklists, exemplos aplicados e instrumentos de gestão, o kit foi apresentado pelos organizadores como ponte entre a legislação e a execução municipal.



O evento do IDS pode ser acompanhado no link: https://www.youtube.com/watch?v=_JuQUgilOaI

Encontro de Prefeitas e Prefeitos da Amazônia Legal: caminhos para a COP30 em Belém



Foto: Gracchio/ASCOM/SGPR

Participaram do evento os prefeitos David Almeida (Manaus/AM), Arthur Henrique Brandão Machado (Boa Vista/RR), Tião Bocalom (Rio Branco/AC), Zé Maria Tapajós (Santarém/PA), Toni Cunha (Marabá/PA), Francineti Carvalho (Abaetetuba/PA), Renato Ogawa (Barcarena/PA), Rubens de Sousa Teixeira (Moju/PA), Josemira Gadelha (Canaã dos Carajás/PA), Luziane Solon (Benevides/PA), Fillipe Marreca (Itapecuru-Mirim/MA), Adriana Andrade (Rondon do Pará/PA), Gelziclene Nogueira (Augusto Corrêa/PA), Hamilton Brito (Curuçá/PA), Maxsuel Maia (Xapuri/AC), Eliane Falcão (São Gabriel da Cachoeira/AM) e Alvaro Oliveira (Bonito/PA), além dos vice-prefeitos Cristina Vilaça (Barcarena/PA), Marcelo Zeitoune (Boa Vista/RR), Claudinha (Tucuruí/PA).

A Amazônia Legal tem cerca de 28 milhões de habitantes, dos quais 76% vivem em cidades. A transição para um novo modelo econômico na região, em que o desenvolvimento sustentável das cidades seja aliado da proteção da floresta em pé, é uma forma de evitar que a floresta atinja o "ponto de não retorno". Entretanto, isso só será possível se as cidades amazônicas tiverem apoio para sanar deficiências estruturais enquanto enfrentam o avanço da crise climática: o fortalecimento das capacidades institucionais para planejamento, estruturação de projetos e a captação de recursos, a oferta de financiamento climático com requisitos condizentes com a realidade dos municípios e a promoção de um desenvolvimento urbano adequado ao contexto local, adotando modelos regenerativos e uma economia verde e sustentável.



Essa foi a reivindicação primordial de representantes dos cerca de 20 municípios durante o "Encontro de Prefeitas e Prefeitos da Amazônia Legal", que aconteceu em Belém, no dia 23 de abril. Realizado pela Coalizão pelo Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia Legal (DUSA) – iniciativa coordenada por GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), FNP (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos) e WRI Brasil (World Resources Institute) –, o evento reuniu lideranças da Amazônia Legal e do governo federal com o objetivo de construir uma agenda comum para o desenvolvimento urbano sustentável da região. O IDS esteve representado pelo seu diretor adjunto, Marcos Woortmann, que apresentou às autoridades e aos prefeitos da região amazônica a Bússola 2024 para Cidades Resilientes: um olhar presente para o futuro e o Kit Clima, dois produtos elaborados pelo IDS, a fim de facilitar políticas de adaptação climática na Amazônia Legal.



Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Cidades: **as cidades no centro da ação climática e da redução das desigualdades**



Suely Araújo, Mara Luísa Alvim Motta, Carolina Mattar, Axel Grael, Maurício Guerra e Leonardo Varallo

O Fórum, cujo intuito é promover o debate e a troca de experiências sobre políticas públicas nas cidades brasileiras, é um evento que reúne gestores públicos, acadêmicos, organizações da sociedade civil e do setor privado em encontros e painéis temáticos que abordam os desafios e soluções para os diferentes problemas dos municípios brasileiros. Realizado em outubro de 2025 em Brasília, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Cidades foi uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, realizada em parceria com a Caixa, a Fundação Grupo Volkswagen e a Fundação Feac. O cofinanciamento é da União Europeia, tendo como parceiros institucionais o Tribunal de Contas da União (TCU), a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Cnods), a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Secretaria-Geral da República e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Na abertura do evento, foi apresentado o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades 2025 (IDSC-BR), uma ferramenta que avalia os 5.570 municípios brasileiros a partir de 100 indicadores socioeconômicos e ambientais, e que apoia os gestores públicos na identificação de desafios e potencialidades locais, contribuindo para o avanço dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Em seguida, ocorreu a Rodada de Prefeitas e Prefeitos, um espaço de diálogo sobre os desafios e soluções para a implementação da Agenda 2030. O debate destacou como o IDSC-BR tem auxiliado os municípios na formulação de políticas mais integradas e eficazes, promovendo trocas de experiências entre lideranças municipais de diferentes regiões do País, além de compartilharem com o público suas boas práticas em relação à implementação dos ODS em seus respectivos municípios.

Como as cidades podem se preparar para enfrentar o impacto da emergência climática e o aumento dos eventos extremos?

Com essa pergunta, a diretora executiva do IDS, Carolina Mattar, abriu o painel sob sua mediação: "Mutirão Global: as cidades no centro da ação climática", com a participação de Mara Luísa Alvim Motta, Gerente de Clientes e Negócios Caixa; Suely Araújo, Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima; Axel Grael, ex-Prefeito de Niterói/RJ; Maurício Guerra, Diretor de Meio Ambiente Urbano do Programa Cidades Verdes Resilientes, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); e Leonardo Varallo, Coordenador Geral de Planos de Mitigação e Prevenção de Riscos da Secretaria Nacional de Periferias, do Ministério das Cidades. O painel destacou o papel dos governos locais na prevenção e gestão de riscos, na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e na promoção da justiça climática, evidenciando como a cooperação entre municípios e a troca de experiências têm sido fundamentais para o fortalecimento da agenda climática global.

Carolina lembrou aos presentes o trabalho conjunto de revisão do Pacto Federativo brasileiro (realizado pelo IDS, Programa Cidades Sustentáveis, ICLEI, Instituto Ethos e IEA/USP), que lançou luz sobre a importância dos municípios na implementação da agenda de desenvolvimento sustentável e enfrentamento às mudanças climáticas:

"Sabemos que as cidades passam por muitos entraves com relação à arrecadação, gestão orçamentária e capacidades institucionais adequadas".

"Dado o tamanho da geodiversidade, diversidade hidrológica, social e política do Brasil, é uma bobagem achar que vai existir uma orientação única para atender a todas as realidades e diversidades do País. Os mais de 5.000 municípios do País precisam ter suas leituras próprias e mecanismos de adaptação. As desigualdades estruturam as cidades brasileiras e os territórios urbanos e a sua relação com os territórios não urbanos. É deste ponto que nasceu a necessidade da Secretaria Nacional de Periferias, que está olhando para o território cujo perfil da população e as demandas são claros, específicos e têm uma luta histórica por melhorias e investimentos públicos."

(Leonardo Varallo)

Os painéis estão disponíveis no canal do YouTube do Programa Cidades Sustentáveis

Rumo à COP30: Principais Expectativas

Evento em comemoração aos 18 anos do curso de Relações Internacionais da ESPM São Paulo



Foto: ESPM. Alessandro Bender, Marcus Nakagawa, Tatiana Assali e Carolina Mattar.

Em outubro, como parte das comemorações pelos 18 anos do curso de Relações Internacionais da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing - São Paulo), foi realizado um debate sobre as principais expectativas da Conferência Mundial do Clima (COP30) no Brasil, em novembro. O coordenador da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo, Alessandro Bender, afirmou que "a COP é uma provocação para se debater algumas pautas que sejam globais, com pessoas preocupadas com a natureza das mudanças climáticas". Tatiana Assali, sócia de Programas em Finanças Sustentáveis na consultoria ERM, reconhece que as empresas concessionárias estão indo ao mercado captar dívidas rotuladas (*greenbonds*). "Há incentivos de debêntures na legislação federal, tanto em leis de infraestrutura como em incentivadas. O TFFF (Tropical Forest Forever Facility), ganhador do prêmio de sustentabilidade global, é um bom exemplo: países aportam dinheiro num Fundo para países em desenvolvimento, que colocarão as florestas em pé! O capital é remunerado e retorna para os países. O Brasil vai investir US$ 1 bilhão para manter nossas florestas em pé". O professor da ESPM, Marcos Nakagawa, lembrou que "Empresas transportadoras começam a comprar 'pedaços de terra', pois os clientes começam a exigir carbono vendido". A internacionalista e diretora executiva do IDS, Carolina Mattar, apresentou as iniciativas do Instituto e destacou a importância do agir local para enfrentar a crise climática de forma justa e efetiva. Entre as ações mencionadas, Carolina ressaltou a "Bússola 2024 para Cidades Resilientes: um olhar presente para o futuro", iniciativa do IDS que orienta governos e gestores públicos a fortalecerem políticas locais de adaptação e mitigação.

O conteúdo integral do evento está disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=xK0QK82TvCQ

"O combate às mudanças climáticas atinge dois aspectos: mitigação (reduzir os gases de efeito estufa) e adaptação (conseguir adaptar-se ao novo cenário). E o Brasil tem a chance de ser um grande protagonista! O presidente brasileiro da COP30 tem reforçado que será uma agenda de implementação! No que se refere à 'floresta em pé', é importante reconhecer os povos da floresta! A floresta tem sua importância, e na COP30 haverá um Círculo de Liderança dos povos tradicionais. Nas Relações Internacionais essa é uma agenda fundamental para a valorização e soberania dos povos."



Carolina Mattar,
diretora executiva do IDS.

SEGURANÇA HÍDRICA

Ainda que aproximadamente 12% da água doce superficial do Planeta esteja no Brasil, há uma enorme desigualdade da sua distribuição geográfica em relação à concentração populacional. Somado a isso, o ritmo dos eventos climáticos está aumentando no País, levando ao acirramento de emergências com prejuízos de vidas e infraestruturas. É fato: o Brasil tem assistido à exasperação das crises provocadas pelas mudanças climáticas, como as tempestades que atingiram o estado do Rio Grande do Sul, enchentes catastróficas, deslizamentos e incontáveis perdas. Também são parte desse cenário os sucessivos incêndios no Pantanal, com enorme mortandade de animais, e as secas severas na Amazônia em 2023 e 2024. Como se não bastasse, temos as ondas de calor em todo o País, mas em especial nas cidades das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A complexidade dos desafios relacionados à água, à governança e à gestão hídrica passam necessariamente por uma abordagem multidisciplinar. O IDS mantém a plataforma segurancahidrica.idsbrasil.org com materiais e propostas para que a segurança hídrica passe a ser uma agenda prioritária entre governos locais, estaduais, sociedade civil, concessionárias, e, sobretudo, para uma nova cultura de cuidado e ética com a água.

O IDS, com apoio do OGA (Observatório das Águas) e do MapBiomas, busca parceiros para dar continuidade à plataforma de monitoramento de mananciais desenvolvida por meio de cooperação técnica junto a SEMIL-SP (Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo). A iniciativa tem como objetivo identificar pontos de desmatamento e acompanhar as ações de autorização, fiscalização e responsabilização, tornando as áreas de mananciais críticas para resiliência hídrica e capacidade de adaptação às mudanças climáticas um tema transversal ao meio ambiente, à política urbana, habitacional, à instalação de infraestrutura e à economia, que exigem a coordenação de mecanismos de proteção dos mananciais e fortalecimento da gestão das bacias, unindo dados, tecnologias e a capacidade de implementação de soluções que garantam a quantidade e qualidade da água.

ATIVIDADES DO IDS NA AGENDA DE SEGURANÇA HÍDRICA

Avaliação e incremento da plataforma teste do MapBiomas Água para Gestão de Bacias

O IDS atendeu ao chamado do MapBiomas para membros do Observatório das Águas (OGA), fornecendo observações e sugestões relacionadas aos índices apresentados e à usabilidade da Plataforma. Nas reuniões de trabalho também foram elaboradas perguntas que serão transformadas em FAQ (Perguntas Frequentes), permitindo que os usuários gerem relatórios automatizados ao buscar informações específicas. Além de uma importante oportunidade de trabalho conjunto, foi gratificante o IDS ser consultado e poder colaborar com o desenvolvimento da Plataforma.

"Cidades submersas e população vulnerável: o que revelam as grandes inundações no Brasil nos últimos anos"



Foto: O Eco - Maí Yandara / Mídia NINJA.

Elaboração e publicação do artigo analítico do IDS sobre inundações no Brasil, publicado no Jornal O Eco e na página do Instituto Humanitas da Unisinos, universidade do Rio Grande do Sul. O texto analisa episódios recentes de grandes inundações no País, articulando dados científicos, evidências institucionais e estudos de caso para discutir vulnerabilidades estruturais, desigualdades socioambientais e caminhos para a adaptação climática, com ênfase em Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

Lançamento da Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do OGA

Membro do Comitê Gestor do Observatório das Águas (OGA) pela sociedade civil, o IDS participou do lançamento da Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica, em evento realizado no dia 4 de setembro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e promovido pela deputada estadual Marina Helou, coordenadora da Frente Parlamentar Ambientalista em Defesa das Águas e do Saneamento. Essa ferramenta digital, que permite avaliar a gestão das águas no Brasil, é fruto da evolução do Guia de Monitoramento da Governança das Águas, instrumento que desde 2019 já vinha sendo utilizado por 30 organizações do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A análise da Plataforma é feita de forma colaborativa e permite aos comitês e organismos de bacias hidrográficas avaliarem a situação da gestão a partir de cinco dimensões e 52 indicadores, para identificar fragilidades e potencialidades e criar um plano de ação para melhoria contínua. Todos os dados inseridos na Plataforma são de uso exclusivo do comitê ou organismo e somente os resultados gerais, quando autorizados, são divulgados pelo OGA. A diretora executiva do IDS, Carolina Mattar, foi a mediadora da mesa de discussão sobre recursos hídricos, que teve como painelistas: Nelton Friedrich, Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Planejamento em Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Renata Rozendo Maranhão, Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Sérgio Razera, presidente da Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ); Marcos Rosa, coordenador técnico do MapBiomas; e Priscila Marcon, pesquisadora do OGA e técnica da Agência PCJ.

"Hoje é um dia para celebrar a construção coletiva desse Protocolo!"

(Angelo José Lima, secretário executivo do OGA)

"A água é um bem comum, portanto, a gestão da água tem que ser democrática, e a ferramenta apresentada aqui hoje é um instrumento fundamental para a gestão participativa das águas."

(Carolina Mattar)

A íntegra do evento pode ser acessada aqui.

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE · **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025**



Em 1945, a democracia não era assegurada como sistema (ou não era praticada) por muitos dos Estados-membros da ONU, entretanto, seu princípio fundamental já se refletia nas palavras iniciais da Carta das Nações Unidas: "Nós, os Povos (...)", deixando claro que a vontade do povo é a fonte de legitimidade dos Estados soberanos.

A democracia proporciona um ambiente que respeita os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em que a vontade livremente expressa do povo é exercida; todas as pessoas têm direitos iguais e estão livres de discriminação, valores incorporados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que projeta o conceito de democracia ao afirmar que "a vontade do povo será a base da autoridade do governo".

Sabemos que, em grande parte do Planeta, a governança democrática é o principal desafio da gestão pública. Em 2024, mais de 70 países – onde vive cerca de metade da população mundial – realizaram eleições, levando 1,65 bilhão de pessoas às urnas. Apesar disso, de acordo com o último índice de democracia da Unidade de Inteligência da revista The Economist, publicado em 2025, **a democracia global atingiu o ponto mais baixo da série histórica**, que começou há quase duas décadas.[3] Essa afirmação é ratificada em outra pesquisa, do V-Dem Institute Department of Political Science University of Gothenburg[4], na Suécia: as autocracias passaram a ser maioria no mundo, conforme dados do Relatório da Democracia 2025, cujos pesquisadores analisaram 179 países. O documento mostra que, ao final de 2024, o mundo tinha 88 democracias e 91 autocracias – uma inversão em relação ao ano anterior –, concluindo que cerca de **três em cada quatro pessoas no mundo vivem atualmente em autocracias. Isso equivale a 72% (5,8 bilhões de pessoas): é o nível mais elevado desde 1978.**

A democracia não se resume ao ato de periodicamente serem eleitos representantes para cargos executivos e legislativos, mas garantir que a sociedade tenha canais de expressão política e que o poder se espraie por todos os entes de uma federação. As mudanças climáticas produzem efeitos desastrosos e impõem desafios indelegáveis para os governos, as empresas e os cidadãos; as desigualdades se intensificam com o consumo irracional dos recursos naturais, tornando impossível a saúde e a qualidade de vida das gerações futuras, além de ocasionar impactos socioambientais irreversíveis, decorrentes de um modelo de desenvolvimento desequilibrado e inviável no tempo.

Ao longo dos anos, o IDS tem desenvolvido estudos e iniciativas com o objetivo amplo de aprimorar o arcabouço legal brasileiro, a capacidade e a autonomia dos municípios de implementar políticas públicas efetivas e eficazes, com gestão ambiental, sustentável e participativa dos nossos territórios. Ao propor aprimoramentos para a governança política brasileira, considera-se a um só tempo a construção de um projeto de País sustentável e o fortalecimento dos poderes locais.

[3] A Unidade de Inteligência da revista The Economist é um órgão de pesquisa que desde 2006 monitora 167 países e territórios para avaliar o estado de suas democracias em uma escala de zero a dez, com base em cinco critérios: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/democracia-global-chega-ao-ponto-mais-baixo-em-duas-decadas-diz-pesquisa/

[4] Anualmente, o Instituto V-Dem publica dados sobre a situação da democracia no mundo. O levantamento considera autocracia o regime político em que o poder está concentrado em uma pessoa ou grupo político, com pouco ou nenhum controle democrático, e liberdades civis e políticas restringidas. No caso da democracia, há eleições multipartidárias livres e justas, graus satisfatórios de sufrágio, liberdade de expressão e liberdade de associação, restrições judiciais e legislativas ao Poder Executivo são cumpridas, juntamente com a proteção das liberdades civis e a igualdade perante a lei.

ATIVIDADES REALIZADAS NA AGENDA DE GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

Desenvolvimento e consolidação da Metodologia de Ação Local do IDS para projetos em escala municipal

No primeiro semestre de 2025, o IDS deu início ao desenvolvimento de uma metodologia institucional de ação local voltada para sua atuação em projetos municipais e territoriais, em resposta à crescente demanda por abordagens em escala local e à ampliação do interesse institucional em atuar junto às cidades. O processo envolveu a sistematização das experiências prévias da organização, identificação de lacunas metodológicas e definição de um fluxo padrão de atuação para projetos locais. A metodologia posiciona o IDS como intermediário e articulador de atores, integrando produção de dados, incidência política, participação social e parcerias intersetoriais. Em junho, a proposta foi apresentada em assembleia associada ao IDS e submetida à apreciação do Conselho Diretor, sendo aprovada e instituída como metodologia padrão de atuação em projetos de escala local.

Ratificação do Acordo de Escazú

A ratificação ao Acordo de Escazú reforça a liderança do Brasil na governança ambiental global e contribuirá para o fortalecimento da democracia socioambiental, da transparência pública e da proteção dos direitos humanos.

Aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 5 de novembro de 2025, o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Social e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) é o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe e o único no mundo voltado à proteção de defensoras e defensores de direitos humanos em questões ambientais. Assinado pelo Brasil em 2018, o Acordo está em vigor desde 2021 e já foi ratificado por 13 países. No parecer da relatoria da Câmara, foi destacada a contribuição do Acordo de Escazú para "o enfrentamento da criminalidade ambiental, especialmente na Amazônia, onde atividades ilegais, como garimpo e desmatamento, estão associadas a outras práticas criminosas". O IDS publicou o *policy paper* "Democracia, soberania e meio ambiente:o Brasil e o Acordo de Escazú" na Revista Soberania e Clima, com ordenamento de dados e pesquisa de posicionamento em nota por parte da Frente Parlamentar da Agropecuária – com resposta ponto a ponto –, e articulação junto à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) para embasamento de relatório pedindo aprovação na comissão do Acordo de Escazú.

O artigo busca ilustrar a relevância do Acordo de Escazú e foi elaborado com um panorama geral da posição do Brasil como ator regional e global, das oportunidades diplomáticas e econômicas que a ratificação do Acordo pode oferecer, bem como seus desafios. Adicionalmente, destaca a transversalidade do Acordo para a proteção ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima e os passos necessários para a implementação desse tratado no ordenamento legal brasileiro, articulando diferentes atores para a convergência em matéria socioambiental.

"Sensibilizar e conseguir mobilizar uma comissão da Câmara dos Deputados dominada pela extrema-direita e Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)"

Farol Verde

Em 2022 nascia o Farol Verde, com o objetivo de analisar o comportamento parlamentar ambiental da 56ª legislatura (2018-2022), traçar cenários futuros, e, sobretudo, dar ao eleitorado brasileiro um indicador objetivo para avaliar a convergência ou divergência dos então candidatos a deputado federal e senador sobre a agenda ambiental do País. Cumprido seu papel naquela eleição nacional, a nova edição do Farol Verde se consolida como ferramenta na busca por maior transparência e accountability do Poder Legislativo Federal. Com inovações metodológicas que se adaptam à nova realidade da 57ª legislatura do Congresso Nacional e a inserção de novos aspectos da atuação parlamentar, o IDS traçou de forma ainda mais precisa o compromisso ambiental daqueles representantes eleitos em 2022 – confirmando as previsões realizadas.

Em outubro de 2024, quando foi lançado o primeiro relatório parcial do Farol Verde da 57ª legislatura, o Brasil vivia, havia um ano, as mais severas crises e alguns dos maiores desastres climáticos de sua história: abateu-se sobre o estado do Rio Grande do Sul a maior tragédia climática de que já se teve notícia no País, a maior seca dos últimos 75 anos sobre a Amazônia, Cerrado e Pantanal, e sobre o Brasil inteiro vimos a maior onda de incêndios já vivida. As consequências da má gestão ambiental, das mudanças climáticas e da inação governamental puderam ser sentidas conjuntamente pela população brasileira. E foi diante dessa realidade que brasileiros e brasileiras foram às urnas em 2024 escolher quem seria responsável por dar atenção às políticas de adaptação climática e resiliência urbana, dentre inúmeras outras que podem e devem ser debatidas nas eleições municipais. A corrida municipal contou com 83 deputados e 4 senadores candidatos e candidatas a prefeituras e vereanças de todo o Brasil. A conexão umbilical entre as eleições municipais e a eleição da Câmara dos Deputados ensejou a reedição deste mapeamento, a fim de permitir aos eleitores medir o comportamento político desses parlamentares candidatos sobre a evidente crise ambiental pela qual passa o País, exercendo, assim, seu poder de voto bem informado.

Em 2025, o Congresso Nacional mostrou um ritmo diferente do ano anterior: Casas com novos presidentes, parlamentares que venceram as eleições municipais assumiram seus novos cargos e foram substituídos por suplentes. Além disso, grandes temas estiveram na pauta durante o ano: a Reforma Tributária sobre o consumo e sobre a renda e a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Nesse contexto, o IDS lançou o Relatório Parcial da Segunda edição do Farol Verde, um instrumento de avaliação do comportamento parlamentar para informar a escolha do eleitorado em relação à agenda socioambiental. Destacamos o Índice de Convergência Ambiental total (ICAt) médio da 57ª legislatura da Câmara Federal, avaliado como 47,91% "ruim" (de janeiro de 2023 a julho de 2025) nos conceitos de classificação do Farol Verde. O ICAt da Casa, por sua vez, foi mais baixo – 41,18% – também na classificação ruim. Esse filtro é uma das novidades da edição de 2025 do Farol Verde e possibilita a avaliação da Casa como unidade de análise. Concluiu-se, diante dos resultados percebidos pelo estudo, que o comportamento parlamentar desta 57ª legislatura na Câmara dos Deputados, aferido concretamente pelos atos de ambas as casas parlamentares, é de consolidada aversão às pautas socioambientais. O relatório está disponível no site viradaparlamentar.org.br, onde pode ser conhecida em detalhes a metodologia aplicada na avaliação.

Atualização do Hub do Pacto Federativo Agenda 2030

Acesse o Hub aqui: https://pactofederativo2030.org.br/

O Hub PactoFederativo2030.org.br reúne informações coletadas pelo IDS, o Instituto de Estudos Avançados da USP, o Programa Cidades Sustentáveis, o ICLEI - Governos Locais para a Sustentabilidade e o Instituto Ethos ao longo da iniciativa Governança Democrática para a Sustentabilidade, que desenvolveu estudos e promoveu rodas de conversa entre 2018 e 2022, consolidando-se um marco de referência para a discussão federativa e a cooperação para o desenvolvimento sustentável. O hub conta com um Painel de Dados Municipais, que foi atualizado utilizando as informações do Censo 2022.

Assinatura do Manifesto pela Soberania Brasileira

O IDS assinou o "Manifesto de criação da Rede Pela Soberania - Pela soberania, pela pluralidade e pela democracia", entregue ao ministro Luís Barroso na retomada dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal. O documento – assinado por centenas de organizações – foi elaborado em resposta às sanções externas impostas à nação brasileira por parte dos Estados Unidos da América, incluindo a imposição de tarifas comerciais com o objetivo explícito de forçar a extinção de um processo judicial que diz respeito única e exclusivamente ao povo e às instituições constitucionais do Estado brasileiro.

Apoio às "Propostas para o combate aos supersalários" e Manifesto pelo fim dos supersalários

O IDS apoiou o Movimento Pessoas à Frente em duas oportunidades: no conjunto de "Propostas para o fim dos supersalários", um documento construído com a colaboração de organizações da sociedade civil, com um conjunto de proposições legislativas compostas por uma Proposta de Emenda à Constituição e um Projeto de Lei para resgatar a autoridade do teto constitucional desrespeitado por grande parte dos membros de carreira jurídica, bem como coibir o uso indevido de verbas indenizatórias.

No mês de abril de 2025, o IDS foi uma das organizações signatárias do "Manifesto pelo fim dos supersalários", que foram a público se posicionar em defesa do fim dos supersalários no serviço público brasileiro e pela construção de uma política remuneratória justa e transparente, alinhada aos princípios constitucionais da moralidade, da legalidade e da eficiência na administração pública.

Relatório Luz 2025

Em setembro de 2025 foi lançada a 9ª edição do Relatório Luz, marcando a primeira década da Agenda 2030. O IDS participa ativamente desse esforço independente de controle social, na construção do principal documento de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e o único elaborado pela sociedade civil[5] para analisar todas as metas da Agenda 2030 que se aplicam ao País, com base em fontes públicas oficiais do Estado brasileiro. O Relatório Luz 2025 do GT Agenda 2030 foi desenvolvido por 70 especialistas e apresenta 149 recomendações para a implementação de políticas públicas que dialoguem com o desenvolvimento sustentável do País.

O documento de 2025 apresenta, adicionalmente, um estudo de caso sobre populações que, mesmo após uma década de compromissos globais, continuam "sendo deixadas para trás". O IDS apoiou a elaboração do Relatório no tocante aos ODS 6 (Água Limpa e Saneamento) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), com atuação direta na redação e no desenvolvimento dos respectivos cadernos, que mantiveram o foco em análise do balanço das metas e indicadores a partir de dados públicos e evidências institucionais.



Foto: Gestos.

[5]O GT2030 é uma coalizão de 46 organizações, movimentos e fundações, com apoio da União Europeia, da Fiocruz e da Plan International Brasil.

Em defesa da agenda socioambiental

No IDS, o advocacy[6] envolve ações estratégicas e bem planejadas de incidência, mobilização e engajamento em torno de determinado assunto. Tais ações podem envolver artigos, entrevistas, notas técnicas, organização de eventos e campanhas nas redes sociais, utilizando dados e evidências que mostrem os benefícios reais para a sociedade.

PL da devastação

Artigos publicados em diferentes veículos de comunicação, notas de posicionamento e outras ações de incidência:

- A lei que seca o Brasil... e ameaça as águas da América Latina
- Licenciamento Ambiental: votar contra o meio ambiente também é votar contra o povo
- Carta Aberta às representações diplomáticas
- Audiência pública durante a Virada Parlamentar Sustentável, para avaliar o Projeto de Lei 2.159/2021, numa parceria com o Observatório do Clima, a Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa. A sessão foi convocada pela deputada Socorro Neri e reuniu representantes do Executivo, de órgãos estaduais e municipais e da sociedade civil, num debate marcado pela convergência em torno de riscos técnicos, jurídicos e socioambientais.
- Elaboração e divulgação de Nota de Posicionamento sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental pela manutenção dos vetos e do texto original da Medida Provisória como condição mínima para preservar o sistema ambiental brasileiro, redigida pelo IDS em conjunto com organizações parceiras.
- Amplo compartilhamento da Nota Técnica apresentada pelo Observatório do Clima ao Planalto, com uma análise dos principais retrocessos do projeto em documento de mais de 100 páginas, o que evidencia a extensão dos riscos socioambientais e jurídicos envolvidos.
- Campanha de comunicação em parceria com várias organizações: ISA, OC, Greenpeace, Conectas, ClimaInfo, Avaaz e SOS Mata Atlântica.





Instagram: @ids_brasil

[6] Advocacy: processo de agir em nome de uma causa para influenciar decisões e políticas públicas.

EVENTOS NA AGENDA DE GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

Seminário: rumos do licenciamento ambiental no Brasil

O IDS foi um dos organizadores do Seminário "Proposta da Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Ameaças ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e alternativas possíveis", realizado em 14 de maio no auditório da Universidade de Brasília (UnB). Na mesa, ao lado da senadora Leila Barros e do secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, o presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA Brasil), Marçal Cavalcante, fez uma fala contundente em defesa da autonomia dos municípios na gestão ambiental: "Estamos pedindo que os municípios possam participar. Quem vive a realidade local precisa ser ouvido. A natureza fala, mas alguns políticos preferem ouvir a ganância da devastação, a serviço do dinheiro". Marçal destacou que o PL 2.159/2021 precisa de ajustes que preservem a participação dos entes locais, fortalecendo o federalismo e evitando retrocessos na estrutura do Sisnama, que, segundo ele, está sendo desmontado. A defesa é por um licenciamento ambiental com segurança jurídica, participação social e respeito às competências municipais.

1º PAINEL

Mediação: ***Marcos Woortmann***

Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

André Lima
Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento (SECD/MMA)

Suely Araújo
Observatório do Clima (OC)

Marçal Cavalcanti
Presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA).

https://www.youtube.com/watch?v=maWj4Trt1GU

Virada Parlamentar Sustentável (VPS)

No momento em que o Congresso Nacional se mostra o mais avesso às pautas socioambientais desde o processo de redemocratização, a Virada Parlamentar Sustentável 2025 assumiu um papel decisivo para trazer o clima e o meio ambiente ao centro das decisões legislativas. Entre maio e setembro, deputados, senadores, especialistas e representantes da sociedade civil ocuparam plenários, comissões e espaços culturais, convertendo compromissos em propostas e, sobretudo, em projetos capazes de enfrentar os desafios ambientais mais prementes. A urgência dessa mobilização ficou ainda mais evidente com a proximidade da COP30, em Belém (PA): quando o mundo voltava seus olhos para o Brasil, tornou-se imperioso demonstrar coerência entre nosso discurso e nossas ações, com um Parlamento que despencou a sua convergência ambiental de 43% (no período entre 2018 e 2022) para 29,1% (no seu mandato atual) – um índice alarmante diante da crise climática e social que afeta todo o País. A VPS ergue-se, assim, como antídoto a esse descompasso, gerando um amplo e propositivo leque de debates, estudos e oficinas de forma transparente e propositiva.

A realização da terceira edição da Virada Parlamentar Sustentável (VPS) ratificou a força de um movimento que a cada ano demonstra a sua importância abordando questões de saúde pública, cadeias produtivas, preservação ambiental, proteção e valorização dos povos e das comunidades tradicionais, políticas públicas, multilateralismo e política internacional, direitos humanos, sistemas alimentares, entre

outros. Liderado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) no âmbito da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), este amplo movimento da sociedade civil organizada tem o intuito de reunir e debater as principais agendas socioambientais no Parlamento nacional, de maneira ampla e propositiva. O trabalho foi realizado em estreita parceria e coordenação com a Frente Parlamentar Mista Ambientalista e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa, reforçando a inovação metodológica e a capacidade de criar consensos, demonstradas ao longo do processo. Debater e criar alternativas e soluções para a crise climática são urgências que se mantêm inalteradas desde a primeira edição da VPS. Essa 57ª Legislatura do Congresso Nacional tem papel decisivo na construção de um arcabouço legal que crie as condições para o desenvolvimento sustentável no Brasil, capaz de aliar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

A desafiadora maratona que se iniciou no dia da Mata Atlântica, atravessou o dia da Amazônia e terminou no dia do Cerrado foi um processo de consolidação e estreitamento de parcerias, do fortalecimento dos espaços de participação e de muito aprendizado para as 33 organizações da sociedade civil brasileira e internacional, com o envolvimento direto de parlamentares – que se dispuseram a promover nossas atividades em seis comissões e conseguiram realizar, ao longo de três meses, 25 atividades e uma exposição de arte que abordaram diferentes temas socioambientais, ocupando diversos espaços do Congresso Nacional. A Virada Parlamentar Sustentável continua se apresentando como espaço estratégico para unir vontade política e inteligência social para o avanço na garantia dos direitos socioambientais e a melhoria da qualidade de vida da população, este ano dentro de um contexto excepcional para o Brasil, para o Congresso Nacional e para a sociedade civil, particularmente na agenda socioambiental. Conteúdos e imagens dos eventos das três edições da VPS estão disponíveis no site www.viradaparlamentar.org.br.

OBJETIVOS DA VPS

1. Mobilizar a sociedade e o debate público para o acompanhamento de pautas socioambientais estratégicas e propositivas em debate no Congresso Nacional.

2. Monitorar o avanço da agenda legislativa socioambiental com uso de dados e inteligência política.

3. Ampliar o apoio da sociedade civil e dos tomadores de decisão às pautas socioambientais (clima, meio ambiente, direitos socioambientais, entre outras), criando espaço para engajar novos parlamentares e novas organizações nesta agenda.

4. Aumentar a sinergia e a incidência de organizações da sociedade civil que priorizam pautas relacionadas à agenda de clima e meio ambiente no Congresso, por meio da estruturação de redes e estratégias compartilhadas.

5. Criar canais de interlocução entre parlamentares e segmentos da sociedade diretamente afetados por iniciativas legislativas no campo socioambiental, ampliando e qualificando a participação social no processo decisório do País.

TEMAS DOS 25 EVENTOS

- Proteção das águas e dos oceanos e combate à poluição plástica.
- Proteção aos biomas e combate ao desmatamento.
- Transição energética, economias justas e economia circular.
- Direitos dos animais, sistemas alimentares e transparência.
- Políticas públicas para a mudança do clima.
- Democracia e participação cidadã.
- Gênero, raça, juventudes e meio ambiente.
- COP30.

COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

- Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados - CPOVOS
- Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados - CDC
- Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados - CLP
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados - CMADS
- Subcomissão especial da COP30 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados
- Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal - CMA
- Subcomissão temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP30 - CMACOP30
- Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

APOIO DAS FRENTES PARLAMENTARES

- Frente Parlamentar Mista Ambientalista. Coordenação na Câmara dos Deputados: Nilto Tatto (PT-SP). Coordenação no Senado Federal: Eliziane Gama (PSD-MA).
- Frente Parlamentar Mista em Apoio aos ODS. Coordenação: Erika Kokay (PT-DF).
- Frente Parlamentar Mista em Defesa de uma Transição Climática Justa. Coordenação: Socorro Neri (PP-AC). Vice-coordenação: Nelsinho Trad (PSD-MS).

AGENDAS TEMÁTICAS E ODS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DA VPS

Proteção das águas e oceanos e combate à poluição plástica ODS 1, 2, 3, 10, 13, 14, 16, 17	Mesa-redonda "O Brasil na 3ª Conferência dos Oceanos da ONU - UNOC3" Café da manhã "Como acabar com a poluição plástica - os próximos passos depois do impasse na rodada de negociações em Genebra"
Proteção aos biomas e combate ao desmatamento ODS 2, 6, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18	Lançamento da Virada Parlamentar Sustentável 2025 em homenagem ao Dia da Mata Atlântica Sessão solene em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente Exposição "Cinzas da Floresta – Bioma Pantanal: um chamado para a conservação das áreas úmidas à luz da COP30" Audiência pública "Destinação das Florestas Públicas Não Destinadas no Brasil" Sessão Solene em homenagem ao Dia da Amazônia Seminário Dia Nacional do Cerrado
Transição energética e econômica justas e economia circular ODS 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18	Audiência pública "Lixões, inclusão socioprodutiva e mitigação de emissões de metano" Seminário "Política Nacional de Economia Circular do Plástico e Desenvolvimento Sustentável"
Direitos dos animais, sistemas alimentares e transparência ODS 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 17	Audiência pública "Exportação de Animais Vivos por Via Marítima: Impactos e Riscos" Audiência pública "*Humane washing* e compromissos de sustentabilidade e bem-estar animal"
Políticas públicas para a mudança do clima ODS 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18	Seminário "Orçamento nas políticas públicas socioambientais e climáticas" Audiência Pública "Poluição plástica, saúde pública e questões ambientais" Audiência pública "Impactos e riscos do projeto de licenciamento ambiental (PL 2.159/2021)" Audiência pública "Política climática sob a perspectiva do PLDO 2026"
Democracia e participação cidadã ODS 4, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17	Curso de Legislação Ambiental Lançamento da agenda legislativa do Observatório do Clima Intensivo de advocacy pela aprovação do PL 2524/2022
Gênero, raça, juventudes e meio ambiente ODS 1, 4, 5, 7, 8, 10, 13, 16, 17, 18	Seminário "Racismo ambiental e transição energética justa" Audiência pública "Racismo ambiental e justiça climática"
COP30 ODS 1, 3, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18	Audiência Pública "Agenda política da Cúpula dos Povos e o parlamento brasileiro: desafios e prioridades para a COP 30" Audiência pública "COP 30, urgência climática e tratado em negociação sobre plásticos" Seminário preparatório para a COP30

LANÇAMENTO OFICIAL



Marcos Woortmann
diretor adjunto do IDS

No Dia da Mata Atlântica (27 de maio), o salão nobre da Câmara dos Deputados reuniu parlamentares, lideranças da sociedade civil, representantes de movimentos sociais e cidadãos no lançamento oficial da 3ª edição da Virada Parlamentar Sustentável. O evento, promovido pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), pela SOS Mata Atlântica e a Frente Parlamentar Ambientalista (FPA), marcou o início de um movimento que pretende impulsionar propostas legislativas capazes de enfrentar os mais urgentes desafios ambientais do País – sobretudo para a transformação ecológica –, posicionando o Brasil como exemplo no marco da COP30 em Belém do Pará.

A cerimônia foi aberta pelo coordenador da Frente Ambientalista, deputado Nilto Tatto, destacando que o Dia da Mata Atlântica não se restringe a uma celebração simbólica, mas a um chamado urgente para a ação:

"Todos aqui sabem que, com certeza, a principal legislação que a gente tem de todo o arcabouço legal que dialoga com capítulo de meio ambiente [...] nos coloca na obrigação, não só como autoridade, mas como cidadão, de proteger o meio ambiente até para busca de qualidade de vida para a nossa espécie, das outras espécies, mas inclusive para as futuras gerações".

Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS, reforçou a natureza estratégica da Virada Parlamentar Sustentável: ***"Esse espírito da Virada Parlamentar Sustentável, esse espírito de rede, esse espírito de movimento, é precisamente aquilo que nos une neste momento. Um momento de grandes desafios, de desafios que serão sentidos talvez por todo um século, não apenas dentro deste mandato, não apenas pelas próximas gerações, mas por muito tempo. O que está em pauta e sendo decidido no Congresso Nacional implica consequências na esquina de casa onde todos moram: a água que bebemos, o ar que respiramos, a comida que comemos. É nesse nível a responsabilidade desta Casa."***

Woortmann lembrou, ainda, que, em 2025, com o Brasil presidindo a COP30, torna-se essencial demonstrar, a cada passo, nossa capacidade de construir legislações pautadas pela justiça climática e pela preservação dos biomas. No encerramento da cerimônia foram entregues menções honrosas da SOS Mata Atlântica a parlamentares comprometidos com a proteção do bioma, seguido de uma fotografia coletiva que simbolizou a união de diversas origens em torno de uma causa comum.



AUDIÊNCIA PÚBLICA: MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE METANO

Promovida pelo Global Methane Hub, Parlamento Andino, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Frente Parlamentar Ambientalista e Frente Parlamentar Mista em Defesa das Mudanças Climáticas, a audiência pública sobre Mitigação das Emissões de Metano aconteceu no dia 10 de junho, no âmbito da Virada Parlamentar Sustentável, reunindo vozes políticas e sociais para encaminhar soluções que podem gerar resultados mensuráveis em uma década. O gás metano é 80 vezes mais potente que o CO_2, e o Brasil ainda tem cerca de 3.000 lixões a céu aberto, o que agrava as emissões, comprometendo o solo, a água e a saúde das pessoas que ali trabalham. Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS, destacou o caráter estratégico da pauta do metano:

"Este é um desafio que podemos — e devemos — resolver rapidamente. Se cortarmos as emissões ao mínimo, em apenas 10 a 12 anos sentiremos um impacto significativo na redução do aquecimento global".

Woortmann reforçou, ainda, que a redução das emissões de gás metano oferece uma "linha de frente" para ganhos climáticos imediatos. Adicionalmente, Ronei Alves da Silva, presidente do Movimento Nacional dos Catadores, trouxe ao debate a experiência de quem viveu no lixão da Estrutural, em Brasília, onde "o fogo subterrâneo consumia o metano e, por meses, catadores conviviam com labaredas e fumaça, sofrendo problemas de saúde graves":

"O lixo pode deixar de ser um problema e tornar-se solução, gerando renda e dignidade por meio da economia circular".



SEMINÁRIO TEMÁTICO DA PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE BRASILEIRA (PPTB) DO MERCOSUL

O IDS participou do painel "Promoção e Proteção dos Defensores de Direitos Humanos e Ambientalistas", no evento realizado em novembro pela PPTB[7]. Representando a organização, a assessora de advocacy, Luiza Chaer, destacou a importância da ratificação do Acordo de Escazú pelo Brasil:

"A relevância do Acordo de Escazú reside em fortalecer a democracia ambiental, garantir a transparência e, crucialmente, oferecer proteção aos defensores que estão na linha de frente da defesa do meio ambiente, um passo fundamental para a consolidação do Estado de Direito no País".

O evento foi realizado em Brasília (DF) e contou com a participação de Élida Lauris (Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos), Gabriella Bianchini (Global Witness) e Igo Martini (PPDH), entre outros.

[7] A Presidência Rotativa Pro Tempore do Mercosul (PPT) é a representação jurídico-político máxima pro tempore do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O cargo é exercido durante o período de seis meses por um chefe de Estado de um dos países-membros, alternadamente, seguindo a ordem alfabética: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (está suspensa na organização, inclusive do rodízio).

ECONOMIA VERDE



Segundo o Relatório Mundial de Gases de Efeito Estufa de 2025[8], o Brasil foi o 7º maior emissor de GEE no ano de 2024 – com 2,44% do total global –, na lista das seis maiores economias emissoras e do resto do mundo (em Gt CO2eq e percentagem do total global): China (29,2%), EUA (11,1%), Índia (8,2%), EU (5,9%), Rússia (4,8%) e Indonésia (2,5%). Entretanto, o País conta com ativos ambientais de grande importância para atuar nesse contexto desafiador, criando condições de desenvolvimento sustentável e contribuindo para o enfrentamento da crise climática global. No Brasil, as florestas, biodiversidade e recursos hídricos, a matriz elétrica limpa (82%) e o potencial das fontes renováveis de energia, bem como as possibilidades de uma transição rápida para uma agricultura de baixo carbono, além de sua capacidade de inovação, são atributos centrais para avançarmos nessa agenda. Nosso país dispõe da maior biodiversidade do Planeta – com mais de 20% do total das espécies –, e pode contribuir com o cumprimento das metas de proteção. Possui também uma rica diversidade cultural e conta com diversos povos e comunidades que reúnem um vasto conhecimento tradicional sobre a conservação da biodiversidade. Esses elementos ainda se somam à nossa capacidade tecnocientífica, o que resulta em produtos geradores de riqueza para o País, que, a partir disso, poderá aportar contribuições significativas no eixo da bioeconomia, previsto no Plano de Transição Ecológica. O IDS acredita que o desenvolvimento de uma Economia Verde no Brasil deve ir além do discurso e se consolidar como uma prática concreta e articulada entre os setores. Essa economia é capaz de gerar empregos de qualidade, promover a inclusão produtiva, reduzir desigualdades e ampliar a resiliência frente às mudanças climáticas. Para isso, é indispensável o engajamento de todos os atores sociais e econômicos e o desenho de políticas públicas e mecanismos financeiros, regulatórios e jurídicos que viabilizem e incentivem a inovação – com destaque para o protagonismo dos governos locais e o papel da sociedade civil para fomento da economia local.

[8]https://edgar.jrc.ec.europa.eu/booklet/GHG_emissions_of_all_world_countries_booklet_2025report.pdf

O Relatório é uma publicação do Centro Comum de Investigação (CCI), o serviço de ciência e conhecimento da Comissão Europeia.

O Banco de Dados de Emissões para Pesquisa Atmosférica Global (EDGAR) fornece séries temporais de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para todos os países e para todos os setores antropogênicos de 1970 a 2024, incluindo emissões e remoções do uso da terra e da silvicultura. O relatório contribui para o Acordo de Paris com uma visão geral quantitativa independente das emissões globais de GEE, com base na versão EDGAR_2025_GHG (2025) do IEA-EDGAR para CO2, CH4, N2O e gases fluorados.

ATIVIDADES DO IDS NA AGENDA DE ECONOMIA VERDE

Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável

A Reforma Tributária 3S, grupo de trabalho da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) que defende uma reforma Saudável, Solidária e Sustentável, apresentou, nos diversos momentos de discussão sobre a aprovação de uma reforma sobre a tributação de bens, consumo e renda no Brasil, contribuições sobre os objetivos, os princípios e quais medidas são necessárias para que a Reforma Tributária a ser promulgada levasse em consideração o combate às desigualdades, a preservação ambiental, a saúde e o bem-estar da população brasileira.

O Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta a Reforma Tributária, foi sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2025, após ter tramitado na Câmara dos Deputados e no Senado. Para as organizações signatárias, a Lei Complementar 214 de 2025 trouxe alguns avanços, mas também apresenta pontos de atenção e retrocessos. Podemos destacar a criação do Imposto Seletivo, que vai tributar e desincentivar produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, e a instituição do *cashback*, que visa devolver tributos para famílias de baixa renda. Contudo, muitos pontos de preocupação surgiram dos debates da regulamentação da reforma sobre bens e consumo, como a não incidência do Imposto Seletivo sobre as armas, munições, plásticos de uso único e agrotóxicos – vale destacar que os últimos continuarão beneficiados pela alíquota reduzida, e as armas passarão a ter redução da carga tributária com essa legislação. A regulamentação da Reforma Tributária no Brasil talvez seja a maior oportunidade que temos para garantir que os incentivos à economia nacional estejam alinhados aos princípios da saudabilidade, solidariedade e sustentabilidade, conforme preconizado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O novo sistema deve incentivar o que faz bem à saúde das pessoas e do Planeta e desestimular aquilo que faz mal, garantindo que os preços dos produtos reflitam os custos sociais que acarretam. O IDS emitiu, no mês de julho de 2025, uma nota pública de posicionamento conjunto sobre o Projeto de Lei da Reforma do Imposto de Renda (PL 1087/2025), originalmente apresentado pelo Ministério da Fazenda. Trata-se de uma análise orientada pelo princípio de justiça tributária, que se realizou com a promoção da progressividade e redução de desigualdades. O movimento Reforma Tributária 3S segue acompanhando o debate da reforma, para que ela se torne uma reforma exitosa que possa auxiliar o Brasil a enfrentar os desafios da atualidade como as crescentes desigualdades sociais e as mudanças climáticas.

Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde Sustentável

O objetivo dos Diálogos é reunir conhecimento sobre os desafios e as oportunidades para o avanço da agenda de transformação ecológica nos setores da Energia Elétrica, Agricultura e Pecuária, Transportes, Saneamento Básico (foco em Resíduos Sólidos), Reflorestamento, Construção Civil e Indústria da Transformação (foco em Indústria Têxtil).



A transição para uma Economia Verde é um imperativo ético, político e social que demanda a corresponsabilidade de todos, tornando-se cada vez mais relevante na promoção da justiça social e ambiental, podendo gerar empregos de qualidade, reduzir desigualdades regionais e atrair investimentos internacionais comprometidos com ESG (Environmental, Social and Governance). O Plano de Transformação Ecológica do governo federal (lançado em 2023 como parte do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC) é uma iniciativa central para essa transição e está estruturado em seis eixos prioritários:

- Finanças Sustentáveis
- Adensamento Tecnológico
- Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares
- Transição Energética
- Economia Circular
- Nova Infraestrutura Verde e Adaptação

As medidas previstas caminham no sentido de promover uma mitigação de risco (redução do desmatamento e das emissões de carbono), como também avançar na promoção da sustentabilidade (por meio de novos investimentos na economia e na transformação do setor produtivo). A estruturação de planos setoriais é importante para definir políticas e sistemas que permitam a trajetória para a neutralidade de cada setor da economia.

Pensando numa transformação ecológica de forma coletiva, com base na cooperação, na justiça climática e na valorização da diversidade de territórios e saberes, nasceu o ciclo de encontros "Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde Sustentável", uma realização do IDS com o apoio da Open Society Foundations (OSF). A iniciativa pretendeu ampliar o diálogo sobre a economia verde e contribuir para a elaboração de propostas concretas e inclusivas que fortaleçam a atuação do Estado, da sociedade e do setor econômico na construção de um futuro sustentável.

Ao reunir diferentes vozes em torno de um objetivo comum, os Diálogos Setoriais reafirmaram a responsabilidade com um Brasil mais democrático, mais justo, resiliente e comprometido com as gerações presentes e futuras.

Foram realizados oito eventos: um encontro de abertura (em maio de 2024, para discussão sobre as perspectivas do Plano de Transformação Ecológica), quatro debates em parceria com o Insper e três com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), a partir dos quais foram consolidados os aprendizados e recomendações presentes numa publicação. O objetivo dos seminários, realizados com os diferentes setores estratégicos da economia, aqui mapeados, reside em entender como como cada um deles vem se adaptando diante do contexto das mudanças climáticas, considerando também o seu potencial de geração de renda, empregos e inclusão social. A iniciativa teve por objetivos: reunir conhecimentos e propostas inovadoras dos diversos setores da economia que contribuam com a promoção da Economia Verde; identificar instrumentos e caminhos para o financiamento sustentável, com destaque para o papel das políticas públicas e dos investimentos de impacto; levantar aspectos regulatórios relevantes para implementar uma economia de baixo carbono; levantar aspectos regulatórios relevantes para a implementação de uma economia de baixo carbono; mapear políticas, programas e experiências – em nível nacional ou subnacional – que contribuem para a transformação ecológica; e destacar boas práticas e oportunidades de desenvolvimento local, para a consolidação de estratégias de transição "ESG" que sejam economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. O propósito central do projeto foi engajar diversos agentes – setor produtivo, sociedade civil e poder público – na criação de discussões profundas, casos de sucesso e diretrizes exemplares para enriquecer o debate em torno desta agenda, esclarecendo divergências e explorando as múltiplas oportunidades que a transição para uma economia neutra em carbono apresenta. Foram selecionados sete setores estratégicos da economia, com base na classificação de emissões de Gases de Efeito Estufa do Sirene[9] (Sistema de Registro Nacional de Emissões, do Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações - MCTI) e pela Climate Watch[10], seguindo o mesmo critério que embasou estudos de experiências internacionais de economia verde:

1. **Energia Elétrica:** responsável por 18% das emissões nacionais, o setor foca na diversificação da matriz com fontes solar, eólica e no enorme potencial do Hidrogênio Verde. O desafio é modernizar a infraestrutura para gerir a intermitência das novas fontes sem perder a segurança energética.
2. **Agricultura e Pecuária:** o setor é peça-chave para a segurança alimentar e climática. O foco está no aprimoramento de programas como o RenovAgro e na adoção de práticas de baixo carbono que garantam produtividade e resiliência.
3. **Reflorestamento:** mais do que plantar árvores, trata-se de restauração produtiva e valorização da sociobioeconomia. O Brasil possui um dos maiores potenciais do mundo para gerar renda através da regeneração de ecossistemas.
4. **Construção Civil:** setor vital para a infraestrutura verde. A meta é a descarbonização da cadeia produtiva, o uso de materiais sustentáveis e a eficiência energética nas edificações para reduzir o impacto ambiental urbano.
5. **Saneamento Básico (Resíduos Sólidos):** a transição passa pela economia circular e pela gestão eficiente de resíduos. Transformar resíduos em recursos é essencial para a saúde pública e para a redução de emissões de Metano.
6. **Transporte:** crucial para a mobilidade sustentável. O diálogo envolve a eletrificação, o uso de biocombustíveis e a infraestrutura de baixo impacto para conectar as cidades e as pessoas de forma limpa.
7. **Indústria de Transformação (Têxtil):** com foco na economia circular, a indústria precisa redesenhar seus processos para reduzir o desperdício e o uso intensivo de recursos, investindo em inovação, tecnologia e qualificação profissional.

[9] O Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) é um sistema computacional criado com o objetivo principal de disponibilizar os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Nele também são disponibilizadas as informações relacionadas a outra iniciativa de contabilização de emissões, as Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Instituído pelo Decreto Nº 9.172/2017 e desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), esse sistema tem por missão conferir segurança e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

[10] A Climate Watch é uma plataforma online criada para capacitar formuladores de políticas, pesquisadores, mídia e outras partes interessadas com os dados climáticos abertos, visualizações e recursos de que precisam para obter informações sobre o progresso nacional e global no combate às mudanças climáticas. Esta plataforma gratuita permite que os usuários criem e compartilhem visualizações de dados personalizadas e comparações dos compromissos climáticos nacionais, contribuindo para os objetivos do Acordo de Paris ao usar dados abertos para aumentar a transparência e a responsabilização e fornecer análises práticas sobre como os países podem aprimorar seus esforços para combater as mudanças climáticas.

DIÁLOGOS SETORIAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ECONÔMICA VERDE SUSTENTÁVEL

PAINELISTAS

Luciane Moessa de Souza
Especialista em Finanças Sustentáveis na SIS (Soluções Inclusivas e Sustentáveis)

Tulio Notini
Representante da Yunus Social Business

Denise Hills
Conselheira do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável)

Adriano Scarpa
Gerente de Mudança do Clima na Ibá (Indústria Brasileira de Árvores)

ENERGIA ELÉTRICA (JUN/2024)

PAINELISTAS

Nelton Friedrich
Advogado, ex-deputado estadual e federal, Diretor de Sustentabilidade da Itaipu Binacional

Christian Cecchini
Engenheiro elétrico, representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR)

Anton Schwyter
Especialista em regulação de energia elétrica e gás natural, Superintendente de Regulação Econômica da Companhia Energética de São Paulo (CESP)

TRANSPORTE (AGO/2024)

PAINELISTAS

Adalberto Maluf
Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental

Profª. Drª. Flávia Luciane Consoni de Mello
Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica (IG/UNICAMP)

Evandro Gussi
Presidente e CEO da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA)

AGRICULTURA E PECUÁRIA (SET/2024)

PAINELISTAS

Nabil Kadri
Superintendente de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por fundos climáticos

Petula Ponciano Nascimento
Chefe da Assessoria de Relações com o Poder Executivo na presidência da Embrapa

Roberto Waack
Presidente do Conselho do Instituto Arapyaú, membro do Conselho de Administração da Marfrig

Rodrigo Lima
Sócio-diretor da Agroicone

SANEAMENTO BÁSICO COM FOCO EM RESÍDUOS SÓLIDOS (NOV/2024)

PAINELISTAS

Gabriel Mendes Magliano
Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Gina Rizpah Besen
Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Energia e Ambiente da USP

Maíra Pereira
Diretora da Ambipar Environment e Co-fundadora da Tecnologia Social de Logística Reversa

Severino Lima
Liderança do Movimento Nacional de Catadores

REFLORESTAMENTO (MAI/2025)

PAINELISTAS

Thiago Belote Silva
Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Cinthia Caetano Carvalho
Especialista em Financiamento Climático e Soluções Baseadas na Natureza

Maurício Ruiz
Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA)

CONSTRUÇÃO CIVIL (MAI/2025)

PAINELISTAS

Bárbara Silva
Odara Ecosocial

Vanderley John
Escola Politécnica da USP , InovaUSP, Conselho Brasileiro de Construção Sustentável

Ana Julia Kfouri
Auditora e Expert U - GREEN

Nabil Bonduki
Professor da Faculdade de Arquitetura Urbana da Universidade de São Paulo (FAU/USP)

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO COM FOCO EM INDÚSTRIA TÊXTIL (JUN/2025)

PAINELISTAS

Lucas Ramalho
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Francisca Dantas
Sustex Moda / Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)

Camila Zelezoglo
ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção)

Millena Alves
Movimento Sustenta



Com o encerramento da primeira fase do projeto "Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde Sustentável", em setembro de 2025 foi realizado em Brasília o lançamento do Relatório Final, que reúne os aprendizados e principais informações reunidas pelo IDS e o IEA/USP a partir das experiências compartilhadas, fruto dos encontros e discussões que podem ser acessados na playlist aqui.

Carolina Mattar, diretora executiva do IDS, fez a abertura do evento e apresentou o Relatório ao lado da presidenta do IDS, Dulce Maria Pereira.



Ao centro, Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS, e os convidados para o evento (da esquerda para a direita): Maria Gabriela Podcameni, coordenadora-geral da Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Lucas Ramalho Maciel, secretário-adjunto de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria; José Eustáquio, pesquisador e professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Matias Cardomingo, coordenador-geral de Análise de Impacto Social e Ambiental, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Daniel Contrucci, CEO da Climate Ventures (que participou no modo virtual).

Taxonomia Sustentável

Contribuições do IDS para a taxonomia sustentável brasileira (TSB), com envio para consulta pública na Plataforma Brasil Participativo.

O IDS elaborou um documento com uma série de contribuições para a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), submetido à consulta pública na Plataforma Brasil Participativo. O material foi preparado com base na análise de cadernos extensos da proposta de taxonomia, com atividades que demandaram leitura detalhada, seguidas de síntese e avaliação crítica para garantir a consistência das contribuições do IDS. O documento-síntese resultante foi enviado ao governo federal e também submetido formalmente à Plataforma para consulta pública, reforçando a nossa presença nas discussões sobre Taxonomia Sustentável no Brasil.

A TSB reúne um conjunto técnico de oito cadernos setoriais, dois temáticos, um caderno de salvaguardas e anexos, que totalizam 880 páginas, resultado de um processo que envolveu mais de 350 especialistas de 63 instituições, classificando atividades, ativos e projetos segundo seus impactos ambientais, climáticos e sociais.

Aspectos prioritários da TSB: mitigação do clima, adaptação às mudanças e redução de desigualdades (gênero e raça).

Trata-se de um roteiro técnico nacional que diz, claramente e com base científica, o que conta como investimento sustentável, apontando o que reduz emissões, protege a natureza e cuida das pessoas. A sua importância é oferecer parâmetros para direcionar recursos reais, combater o *greenwashing* e facilitar o diálogo com mercados internacionais. A aprovação da TSB é uma janela para transformar propostas em políticas e investimentos verdes.



Imagem: gov.br

Mais informações no site: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira

Em 16 anos de trajetória, o IDS tem construído um importante legado na facilitação e mediação de interesses e pautas para criar convergência em ações

FORMAÇÃO E **CIDADANIA**

propositivas na agenda socioambiental. Contamos com o apoio de um corpo de associados composto por especialistas e lideranças de diversos campos do saber, com reconhecida trajetória na construção da agenda socioambiental do País, pessoas que apoiam nossas iniciativas e por vezes participam como painelistas e moderadores dos eventos do IDS. Além da articulação de diversos atores e setores, temos uma participação ativa em redes, grupos da sociedade civil e espaços formais de formulação de políticas públicas, cujo objetivo é contribuir por meio dessas propostas para temas de interesse público e para a construção de uma cultura democrática que valorize a cidadania e a ação política. Sabedores de que a educação para a sustentabilidade e a cidadania ativa são fundamentais para o fortalecimento da democracia e da participação social, investimos em estratégias de formação para ampliar o alcance da informação e capacitar cidadãos para a atuação cidadã e socioambiental, uma vez que a formação de lideranças e o acesso a informações qualificadas são essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico social e para o engajamento na construção de políticas públicas sustentáveis.

Atualização da Biblioteca Virtual do IDS



Em 2025, a biblioteca do IDS recebeu novos materiais, que se somam aos relatórios, estudos, artigos e vídeos de seminários já disponíveis para consulta. Com isso, mantém-se fiel à ideia de ser um espaço de construção do conhecimento acerca da democracia e sustentabilidade.

ARTIGOS

- Terras Raras e a promessa de uma nova industrialização de ponta
- Secas, ondas de calor e tempestades: Os riscos da emergência climática para a segurança hídrica e bem-estar da vida humana
- Taxonomia sustentável, descarbonização e resiliência climática
- Precisamos apresentar COP 30 à Rio+20
- Futuro climático global, multilateralismo e a responsabilidade do Brasil na construção do século XXI
- COP 30: A crise climática, a democracia brasileira e a oportunidade histórica de liderança
- Democracia, soberania e meio ambiente: o Brasil e o Acordo de Escazú

NOTÍCIAS

- Governo aprova Taxonomia Sustentável Brasileira; IDS vê marco para financiar a transição verde
- O ressurgimento de um marco democrático e o papel do IDS na reconstrução dos Direitos Humanos no Brasil na 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos
- Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável
- Nota de Posicionamento sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Pela manutenção dos vetos e do texto original da Medida Provisória como condição mínima para preservar o sistema ambiental brasileiro
- Nota sobre a retirada dos EUA do Acordo de Paris
- Manifesto pela soberania brasileira, pela pluralidade e pela democracia
- Proposta para o fim dos supersalários
- 350 organizações assinam manifesto contra o PL 2159
- Carta aberta às representações diplomáticas sobre o PL do Licenciamento Ambiental (PL da Devastação)- 2159/2021
- Nota de posicionamento – A Amazônia e o Brasil pressionados por interesses degradantes: a destruição do licenciamento ambiental

DOSSIÊ:

- Acesso à Justiça Socioambiental e Direitos Territoriais

PUBLICAÇÕES:

- O Poder Judiciário no Combate ao Desmatamento e Reparação de Danos Ambientais e Climáticos - Resultados e aprendizados do uso da Jurimetria
- Relatório Final: Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde e Sustentável

POLICY BRIEF APRESENTADO AOS NEGOCIADORES E DELEGAÇÕES PRESENTES NA COP30:

- A construção de um Novo Pacto Climático: Implementar com Justiça, Ética e Corresponsabilidade

KIT CLIMA:

- Toolkit para a adaptação ao clima para municípios brasileiros
- Agenda Legislativa Observatório do Clima 2025

EVENTOS

- Acesso à Justiça na Amazônia: desafios e perspectivas a partir da jurimetria e das práticas territoriais na COP30
- VPS: Audiência Pública debate emissões de metano e aponta soluções legislativas urgentes
- The Climate Reality Project Brasil: IDS integra rede global de líderes climáticos em evento com Al Gore e Marina Silva
- Ciclo de Debates Preparatórios para a COP30
- VPS: Câmara discute "PL da Devastação" e acende alerta sobre futuro do licenciamento ambiental
- 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos
- Transição ESG: Combatendo Desigualdades e Mudanças Climáticas
- 6º encontro dos Diálogos Setoriais para uma transição econômica verde sustentável no Setor de Reflorestamento

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

ENCONTRO ANUAL DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA



A troca de ideias e informações entre os membros foi destacada como um dos pontos altos do evento, mostrando que juntos somos mais fortes na luta pelo meio ambiente.

Foto: @observatoriodoclima.

O IDS participou ativamente do encontro anual do Observatório do Clima nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2025, em São Paulo, onde estiveram reunidos cerca de 200 representantes de 103 organizações, sendo a maior assembleia desde a fundação do OC, em 2002. Durante o encontro, um dos principais temas discutidos foi a preparação para a Conferência do Clima da ONU, a COP30, com os participantes debatendo estratégias para fortalecer a posição do Brasil nas negociações climáticas, mostrando ao mundo o compromisso do País com um futuro sustentável. Além disso, houve discussões sobre os desafios enfrentados nas negociações internacionais e como superá-los para avançar na agenda climática global. Outro ponto alto do evento foi a importância do engajamento da sociedade e a ampliação do debate sobre a emergência climática, destacando a necessidade de influenciar políticas públicas mais eficazes. Marcando um momento histórico para o Observatório, em assembleia foram eleitas para o comitê de coordenação Deroní Mendes (Instituto Centro de Vida - ICV) e Valeria Paye (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab), sendo a primeira vez que uma mulher indígena e uma mulher quilombola fazem parte da coordenação do OC. O encontro teve forte alinhamento entre as organizações participantes e uma visão comum sobre os próximos passos para enfrentar a crise climática.

5ª CEMA - CONFERÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

"A Natureza já sabe o que funciona e o que não funciona, mas nós, seres humanos, queremos mudar as coisas. Por isso, o sistema climático está desequilibrado. (...) Aqui, estamos promovendo uma união para debater políticas públicas que façam o enfrentamento da emergência climática em três pilares: mitigação, adaptação e transformação do modelo de desenvolvimento, que precisa ser mais resiliente e sustentável."

(Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

Realizada no Auditório do Centro de Difusão Internacional da USP, no dia 24 de março, a 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente (5ª CEMA) teve como tema "Emergência Climática: o Desafio da Transformação Ecológica" e revelou dinamismo e integração ao incluir em sua programação algumas palestras, discussões em grupo e a eleição de 70 delegados e 15 suplentes para compor a etapa nacional. O processo de ampla participação social tem objetivos estratégicos: ampliar o conhecimento sobre a emergência climática e sua agenda correlata, consolidar uma agenda de mitigação alinhada à meta global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, incentivar a adoção de medidas de adaptação nos municípios, fomentar a participação de populações e territórios vulneráveis e, assim, impulsionar a transformação ecológica no Brasil. Os participantes se dividiram em grupos para os debates que selecionaram as 20 propostas a serem levadas para a Conferência Nacional do Meio Ambiente (no mês de maio, em Brasília), organizados em cinco eixos temáticos: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Justiça Climática, Transformação Ecológica e Governança e Educação Ambiental. Essa dinâmica permitiu que cada proposta fosse discutida de forma ampla e colaborativa, com a participação de mais de mil pessoas de todo o estado de São Paulo. O IDS esteve presente, contribuindo para as discussões do Eixo 4 – Transformação Ecológica, onde foram debatidas 138 propostas. Essa participação evidencia a importância de integrar a participação social, os saberes técnicos e a experiência dos profissionais dos diversos setores, reafirmando a relevância de políticas públicas que promovam a justiça climática e a resiliência ambiental em um cenário de desafios globais.



Grupo de discussões do Eixo 4: Transformação Ecológica

O evento foi realizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil.



"A realização deste encontro evidencia o compromisso da USP com a pesquisa, a inovação e a educação ambiental. Estamos orgulhosos em contribuir para a construção de soluções que enfrentarão os desafios das mudanças climáticas em nosso Estado."

(Carlos Gilberto Carlotti Junior, reitor da USP)

26ª CONFERÊNCIA ETHOS

Com o objetivo de refletir, debater e integrar decisões amplas sobre justiça social, meio ambiente, democracia, direitos humanos e fortalecimento institucional multilateral, dentro do contexto da COP30, em agosto de 2025 o Instituto Ethos reuniu cerca de 2,5 mil pessoas em São Paulo para a 26ª edição de sua Conferência, que dialoga com todos os temas e acontecimentos políticos, econômicos e sociais da atualidade olhando para o seu impacto no desenvolvimento sustentável na busca por equidade, diversidade, inclusão e transparência.



Foto: Rafael Amâncio, Bruno Basila e Lucas Guerreiro.

A Conferência Ethos, realizada anualmente desde 1999 – e considerada como o maior evento do gênero na América Latina e um dos maiores do mundo – promoveu reflexões que uniram emergência climática às desigualdades sociais e à defesa da democracia. Para o Instituto Ethos, o momento emblemático exige mobilização coletiva para fortalecer uma visão de futuro sistêmica, coerente e responsável: assim como outros desafios contemporâneos, a complexidade da crise climática deve ser enfrentada de forma transversal, integrando múltiplas lentes e recortes. Do ponto de vista empresarial, duas prioridades estruturais devem ser enfrentadas, imperiosamente: o combate às desigualdades e a defesa da democracia. Essa agenda, para o Ethos, amplia o entendimento de integridade como um princípio-guia, vai além da conformidade normativa e do combate à corrupção: significa também assumir responsabilidade pelos impactos ambientais, pelas mudanças climáticas e pelas pautas sociais e de direitos humanos que permeiam toda a cadeia de valor.

Parceiro de longa data do Instituto Ethos, o IDS participou da Conferência no painel "Riscos e impactos previstos no PL do Licenciamento Ambiental", que trouxe para a pauta o atual cenário de incerteza processual – mas também de certezas conceituais – que o Projeto de Lei 2159 transfere para as empresas. Conhecido como "PL da Devastação", em função da gravidade de suas consequências, esse Projeto de Lei tramitou em regime de urgência no Congresso Nacional[11], após sanções do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Oded Grajew, presidente emérito do Ethos e sócio-fundador do IDS, também participou da Conferência, no painel de abertura:

."A COP30 é um convite ao diálogo coletivo pela busca de soluções integradas. A resposta climática efetiva precisa ser sistêmica e justa."

(Caio Magri, diretor-presidente do Instituto Ethos)

"Estamos em um momento em que o Brasil está entre os cinco maiores PIB do mundo e também entre os cinco maiores poluidores. Tudo o que fizermos vai muito além das nossas fronteiras."

(Marcos Woortmann, diretor-adjunto do IDS)

"Se quisermos ter uma sociedade mais justa e sustentável, temos que encarar nossas enormes desigualdades. Não podemos aceitar pacificamente algumas situações. Temos que participar dessa corrente de mudanças!"

THE CLIMATE REALITY PROJECT BRAZIL

O IDS reforça seu compromisso em contribuir para a construção de soluções democráticas e sustentáveis diante da emergência climática, ampliando sua inserção em uma rede internacional de lideranças comprometidas com a transformação socioambiental.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil.

Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, fundadora e associada do IDS, e Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA e idealizador do projeto.

Criado em 2006 por Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos e vencedor do Prêmio Nobel da Paz, *The Climate Reality Project* está presente em 12 países e regiões-chave, com uma rede global superior a 50 mil voluntários — mais de 4 mil apenas no Brasil, representados pelo Centro Brasil no Clima. Após quase uma década sem edições no País, o encontro de 2025 foi realizado no Rio de Janeiro, de 15 a 17 de agosto, com a participação do IDS marcando a formação de três de seus integrantes como *Climate Reality Leaders*: Carolina Riberti Mattar (diretora executiva), Marcos Woortmann (diretor adjunto) e Sylvia Teixeira Soares Bomtempo (analista de Políticas Públicas). O grupo se soma a Ivens Drumond (assessor jurídico), que já fazia parte da Rede, consolidando, assim, quatro representantes do IDS no projeto. Além da formação, a equipe do IDS participou ativamente da agenda oficial, com destaque para as sessões de Q&A realizadas em parceria com o Observatório do Clima, voltadas à desconstrução de mitos sobre a COP (Conferência Mundial do Clima) e ao fortalecimento da ciência e do engajamento social na luta contra a crise climática. Estiveram presentes cerca de 1.000 participantes – incluindo 850 delegados da sociedade civil, vindos de diferentes regiões e setores.



Os novos Climate Reality Leaders do IDS: Sylvia Bomtempo, Marcos Woortmann e Carolina Mattar

[11]Em 27 de novembro – apesar da mobilização popular –, em sessão conjunta, a Câmara e o Senado derrubaram 56 dos 63 vetos aplicados pelo Presidente Lula à Lei do Licenciamento Ambiental (15.190/2025), impondo ao País o pior retrocesso legislativo ambiental da história.

ACT: Seminário Alianças Estratégicas para Promoção da Saúde

Defender a saúde pública, transformando "o impossível em indispensável".

"Prevenção de DCNTs 360 – Garantir o direito à saúde por meio de ambientes saudáveis" foi o tema escolhido pela Associação de Controle do Tabagismo, Promoção da Saúde e dos Direitos Humanos (ACT) para a 18ª edição do Seminário "Alianças Estratégicas para Promoção da Saúde", que contou com a participação do IDS. O evento ocorreu em Brasília/DF, entre os dias 19 e 21 de agosto, reunindo cerca de 150 pessoas de todo o País. A programação incluiu painéis, mesas de discussão e visita ao Congresso Nacional. Na mesa de abertura, intitulada "Prevenção de DCNTs 360 – Como garantir o direito à saúde por meio de ambientes saudáveis", a pesquisadora e pneumologista Margareth Dalcolmo apresentou dados alarmantes, destacando que as mudanças climáticas representam um risco significativo e sistêmico para a saúde global, exacerbando doenças existentes e criando novas ameaças à saúde humana. A mesa "Saúde, Meio Ambiente e Interseccionalidades" trouxe novas perspectivas para o futuro: a poluição do ar foi destacada como um desafio global, sendo responsável por 8,1 milhões de mortes em 2021; Heloisa Ribeiro, da Clean Air Fund, explicou que, atualmente, a poluição do ar mata mais do que o tabaco, e 99% das pessoas respiram ar que excede os limites das diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS). Victor de Jesus, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), reforçou a necessidade de reconhecer as iniquidades em saúde ambiental que, além da classe social, estão relacionadas a questões de raça e gênero, para reduzir as desigualdades em saúde. Outro ponto alto do seminário foi o dia de advocacy, com o tema "Tributação, Saúde e Equidade: O Papel do Imposto Seletivo e do Imposto de Renda na Reforma Tributária 3S (Saudável, Solidária e Sustentável)". O Seminário marcou o lançamento do "Manifesto em defesa da saúde na reforma tributária", assinado por centenas de entidades e personalidades como Drauzio Varella, Rita Lobo e Bela Gil. No período da tarde, os participantes visitaram gabinetes de deputados e deputadas na Câmara Federal para defender o projeto de reforma tributária 3S. As diretoras Paula Johns e Mônica Andreis, inestimáveis parceiras do IDS, encerraram a programação reconhecendo a vastidão dos desafios, mas reafirmando o compromisso da ACT Promoção da Saúde de continuar a defender a saúde pública, transformando "o impossível em indispensável".



ENCONTRO PRESENCIAL DO PACTO PELA DEMOCRACIA

Em outubro de 2025, a diretora executiva do IDS, Carolina Mattar, participou do Encontro Presencial do Pacto Pela Democracia, realizado em São Paulo, com o objetivo de construir coletivamente a Agenda Democracia Forte. Essa agenda do Pacto pela Democracia para a proteção do Estado Democrático de Direito no Brasil busca promover reflexões e sugerir diretrizes para proteger a democracia brasileira, tornando-a menos vulnerável às investidas autoritárias e para que episódios como os ocorridos em 8 de janeiro de 2023 nunca mais aconteçam. As experiências trazidas pelas organizações da Rede foram fundamentais para embasar uma agenda robusta de proteção à democracia no Brasil, estruturada em oito pilares essenciais:

- Despolitização e democratização das forças de segurança
- Equilíbrio entre os Poderes da República
- Defesa e fortalecimento do sistema eleitoral
- Responsabilização e memória dos crimes contra a democracia
- Participação social
- Educação cidadã
- Qualificação e promoção do debate público
- Combate à rede internacional de autoritarismo



Foto: José Eduardo Bernardes.

.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA E OS CAMINHOS PARA BELÉM

As organizações advertem que a humanidade não pode se dar ao luxo de perder mais um ano e mais uma COP. A ciência diz que precisamos acelerar a ação nesta década se quisermos evitar uma ultrapassagem permanente e potencialmente cataclísmica do 1,5 °C.

Organizado pelo Greenpeace, Instituto Clima e Sociedade, Instituto Talanoa, LACLIMA, Observatório do Clima, Plataforma CIPÓ, TNC Brasil, Transforma e WWF-Brasil, o evento foi realizado no mês de outubro, em Brasília, para debater sobre as perspectivas da Conferência Mundial do Clima e seu potencial de transformar o combate à crise do clima. Representantes de organizações e movimentos da sociedade civil entregaram à presidência da COP30 um documento com seis eixos norteadores para as negociações da Conferência do clima, resultado do evento ocorrido no mês de outubro em Brasília.



Principais pontos debatidos, de um pacote político e de negociação que a COP30 deve entregar:

Garantir uma resposta política ao gap de ambição das NDCs (propor uma saída para que os países assumam significativa redução de emissões de gases de efeito estufa ainda nesta década, considerando a meta de 1,5°C e em linha com os princípios de justiça e equidade); Criar um mapa do caminho para a transição energética (reafirmando a decisão da COP28 de fazer uma transição justa, ordenada e equitativa para longe dos combustíveis fósseis, estabelecer um calendário para a transição, conforme delineado na NDC do Brasil); Estabelecer um mecanismo global para transições justas (mecanismo que deve permitir a coordenação internacional para acelerar e apoiar os esforços dos países nas transições justas, tornando mais acessíveis o financiamento, o apoio técnico, a transferência e o codesenvolvimento de tecnologias, de modo que não se criem mais desigualdades – domésticas e entre países); Consolidar um pacote de decisões de adaptação (concluir o Marco UAE–Belém para Resiliência Climática Global e aprovar o conjunto completo de indicadores do Objetivo Global de Adaptação [GGA], com atenção aos indicadores de meios de implementação e à inclusão de povos indígenas, territórios negros e quilombolas, comunidades locais e periferias urbanas); Estabelecer um Programa de Trabalho dedicado às sinergias entre clima e natureza e coordenar o trabalho para acabar com o desmatamento e a degradação florestal até 2030 (inclusive decidir pela criação de um espaço permanente de discussão que assegure coerência política entre os regimes de clima, biodiversidade e solos, bem como adotar um plano de ação concreto para eliminar o desmatamento e a degradação florestal até 2030, que aborde financiamento, vetores de desmatamento e direitos e conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais); Assegurar um Roteiro Baku-Belém ambicioso e crível para preencher a lacuna da chamada Nova Meta Global Quantificada (entre outras recomendações para o novo acordo de financiamento climático, que ele priorize financiamento público, novo, adicional, altamente concessional e previsível dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento).



13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (ConDH)

O evento reuniu mais de 1.400 participantes, entre delegados, especialistas e representantes da sociedade civil, para delinear um novo paradigma político: a indissociabilidade entre a defesa da democracia, a sustentabilidade ambiental e a garantia de direitos fundamentais. Após mais de uma década de hiato, a Conferência deixou um legado que transcende as páginas do documento final: ele reside na esperança renovada de um país onde a democracia, a sustentabilidade e os direitos humanos sejam uma realidade para todas as pessoas.



Foto: Duda Rodrigues/MDHC.

"Por um Sistema Nacional de Direitos Humanos: consolidar a democracia, resistir aos retrocessos e avançar na garantia de direitos para todas as pessoas" foi o tema central do encontro que aconteceu em Brasília no mês de dezembro e que se estabeleceu como um ambiente estratégico fundamental para a escuta aprofundada e ativa das necessidades, tanto as historicamente acumuladas quanto as emergentes, da população brasileira, com um foco imperativo e inegociável nos grupos em situação de maior vulnerabilidade social. As propostas foram organizadas em seis eixos temáticos: Eixo 1: Enfrentamento das Violações e Retrocessos; Eixo 2: Democracia e Participação Popular; Eixo 3: Igualdade e Justiça Social; Eixo 4: Justiça Climática, Meio Ambiente e Direitos Humanos; Eixo 5: Proteção dos Direitos Humanos no Contexto Internacional; e Eixo 6: Fortalecimento da Institucionalidade dos Direitos Humanos. O IDS foi representado por sua presidenta, Dulce Maria Pereira, que facilitou o Grupo de Trabalho dedicado à Garantia de Direitos para Grupos Discriminados, em parceria com Yuri Costa (ex-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH) e Maximiano Silva, quilombola representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). As contribuições apresentadas nos GTs refletiram demandas históricas dos territórios e a diversidade de sujeitos que constroem a política nacional de direitos humanos.



Delegados de diferentes regiões do País destacaram a importância do espaço como um momento de escuta qualificada, construção coletiva e fortalecimento de propostas voltadas ao enfrentamento das violações de direitos.

Dulce Maria Pereira, Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra) e Rosa Negra, integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS)

As propostas das conferências estaduais tiveram aprovação integral, uma amostra do poder do diálogo e da colaboração em meio a uma diversidade de vozes e interesses, incluindo indígenas, negros, ciganos, quilombolas, população não binária, LGBTQIA+, pessoas neurodivergentes e atípicas, mães de filhos atípicos, ribeirinhos e povos tradicionais, comunidades de religiões de matrizes africanas, pessoas refugiadas, população de rua e pessoas egressas do sistema prisional. Com a aprovação de 18 propostas prioritárias para aprimorar o Sistema Nacional de Direitos Humanos no Brasil, as deliberações foram sintetizadas em um documento que servirá de base para futuras políticas públicas, enfatizando a necessidade de considerar as interseccionalidades na formulação das propostas, reconhecendo sua determinação para diferentes riscos de vulnerabilidade e violação de direitos.

Webinário - 25 anos da Carta da Terra

O Estado do mundo e a urgência de uma consciência planetária e da ética do cuidado

A Carta da Terra foi elaborada por visionários, proporcionando uma perspectiva de esperança e um chamado à ação. Fruto de um processo global, ela reuniu líderes, povos indígenas, cientistas, ambientalistas e sonhadores e sonhadoras de todo o mundo.

Concluído em 22 de abril de 2000, o documento – um dos mais importantes da humanidade – apresenta 16 princípios e procura inspirar nas pessoas um novo sentido de interdependência global e uma responsabilidade compartilhada pelo bem-estar. Marco ético para ações de construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica no século XXI, ela articula uma visão de interdependência global e responsabilidade compartilhada. O texto da Carta da Terra possui quatro pilares: Respeito e Cuidado com a Comunidade da Vida, Integridade Ecológica, Justiça Social e Econômica e Democracia, Não Violência e Paz, finalizando com O Caminho Adiante de toda a família humana, da comunidade de vida e das gerações futuras.

"O Estado do Mundo e a Urgência de uma Consciência Planetária e da Ética do Cuidado"

Em junho de 2025, foi realizado um evento que se autodenominou "um chamado à ação e à esperança, reafirmando a relevância da Carta da Terra como um guia ético essencial para este tempo de encruzilhadas planetárias". Reunindo especialistas, representantes de movimentos socioambientais e lideranças comprometidas com um futuro sustentável, foram abordadas questões-chave e reflexões, como: Qual é o propósito central da Carta da Terra? Quais são os principais princípios e ideias que ela propõe? De que forma a Carta da Terra tem sido aplicada ao longo dos anos, em diferentes contextos? Qual a urgência de expandir nossa consciência planetária e o sentido ético do cuidado? Como a Carta da Terra pode nos orientar diante dos desafios das mudanças climáticas e do cenário geopolítico atual?

Tribuna Livre pela Paz

Palestra sobre desafios da democracia, da sustentabilidade e do multilateralismo e direitos humanos à luz das mudanças climáticas

https://www.youtube.com/watch?v=xwK27PX3bQ4&list=PL9IsItk2XEKRrhVgl7fqyQqAN7HsDg_FM&index=33

Futuro climático global, multilateralismo e a responsabilidade do Brasil na Construção do século XXI. O evento, realizado no mês de maio no Memorial Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasilia (UnB), teve a abertura de Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS: ***Valores democráticos são os mesmos que alimentam ou solapam os esforços do multilateralismo, da democracia e da cooperação entre os países. A cooperação é um mesmo grande pilar da humanidade***.

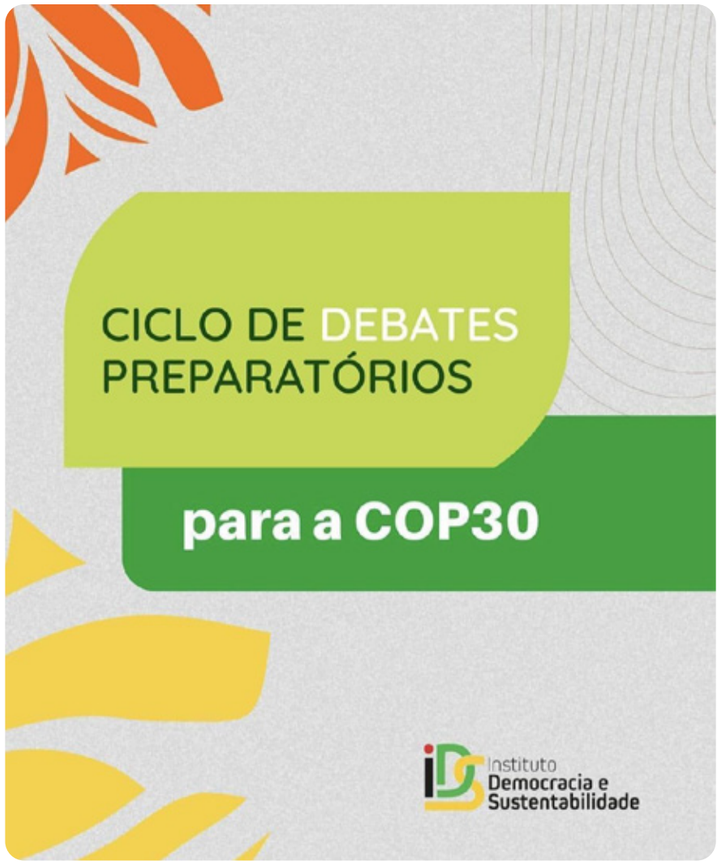


TRANSFORMAR JUNTOS SEBRAE

Palestra "Cidadania climática e transição justa"

CICLO DE DEBATES PRÉ-COP30

Ao sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), pela primeira vez a Amazônia torna-se o marco de acolhimento do maior fórum internacional dedicado às questões climáticas. Reconhecendo a importância histórica desse momento para o Brasil — tanto pelo protagonismo geopolítico quanto pela urgência de posicionamentos coerentes diante da crise socioambiental —, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) realizou, entre os meses de junho e setembro de 2025, o Ciclo de Debates Preparatórios para a COP30.



O Ciclo de Debates Pré-COP30 foi concebido como um processo de engajamento do IDS, voltado à preparação para a COP e à oferta de uma contribuição qualificada da sociedade civil à 30ª Conferência das Partes. Inspirado na proposta brasileira de uma nova arquitetura de governança climática orientada à ação e estruturada nos quatro Círculos de Liderança – Governança Climática Global, Financiamento para a Transformação Ecológica Justa, Povos e Comunidades Tradicionais e Ética Global –, o Ciclo constituiu um espaço de diálogo e convergência entre ciência, políticas públicas, sociedade civil e setor privado. Ao longo do processo, foram realizadas a revisão do estado da arte dos eixos temáticos, a elaboração de notas conceituais, a mobilização de especialistas e a organização de painéis de debate, cujas discussões foram sistematizadas e resultaram na formulação de recomendações estratégicas dirigidas a formuladores de políticas públicas, consolidadas no *policy brief* apresentado na COP30.

Os quatro encontros temáticos do Ciclo reuniram especialistas, gestores públicos, pesquisadores, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil com o propósito de gerar recomendações robustas e plurais que subsidiem diretamente os "Círculos de Liderança"[12] da Conferência. Destinados a profissionais de diferentes setores – incluindo gestores públicos de todos os níveis de governo, instituições acadêmicas, organizações não governamentais, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais – e demais interessados em contribuir de forma ativa para o debate climático, além das exposições técnicas houve espaço reservado para perguntas e comentários do público, garantindo que as vozes da sociedade efetivamente contribuíssem para moldar as diretrizes que seguirão aos círculos de liderança e, em última instância, às instâncias decisórias no âmbito federal e internacional.

[12] O conceito de "Círculos de Liderança" foi criado para organizar a mobilização política e técnica em quatro eixos estratégicos: governança climática, financiamento climático, povos e comunidades tradicionais e indígenas, e ética global. Cada círculo atua como instância autônoma, porém complementar,

1º DEBATE, EM 5 DE JUNHO:

Fortalecimento do Multilateralismo para a Implementação do Acordo de Paris: Soluções para a Governança Climática Global

"Bipolaridade: há dois polos que estão muito acima dos outros: Estados Unidos e China. Isso impacta profundamente o multilateralismo, que vem sendo erodido em todas as suas dimensões. Há um crescente vácuo entre o discurso assinado pelos países (Acordo de Paris) e a trajetória real de implementação, através da história real das emissões de carbono."

(Eduardo Viola)



A realização da COP30 em Belém do Pará, em novembro de 2025, representou uma oportunidade histórica para o Brasil liderar um novo capítulo na agenda climática global. Apesar dos avanços na construção de uma arquitetura multilateral, a governança climática global baseada em negociações por consenso enfrenta limites significativos na efetivação dos acordos, assim como no sistema de comércio internacional persistem dificuldades em compatibilizar diretrizes com interesses nacionais diversos e, muitas vezes, conflitantes. A lentidão nas negociações, a fragmentação institucional, a ausência de mecanismos eficazes de responsabilização e o caráter não vinculante dos compromissos, somados às profundas assimetrias entre os países, comprometem a capacidade de resposta na velocidade e escala exigidas pela crise climática. A efetiva implementação do Acordo de Paris exige uma abordagem que reconheça as diferenças contextuais entre países, conciliando as responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR - Common But Differentiated Responsibilities) e as respectivas capacidades com a urgência de redução de emissões e aumento da resiliência. Interpretações estáticas do princípio do CBDR têm gerado impasses, especialmente quanto à divisão de encargos e ao acesso a financiamento. Nesse contexto, o primeiro painel do Ciclo de Debates reuniu especialistas, representantes da sociedade civil e tomadores de decisão para refletir sobre caminhos para uma governança climática mais efetiva, participativa, intergovernamental e intersetorial.

Perguntas norteadoras do debate:

1. Considerando os entraves que ainda limitam a efetividade do regime climático multilateral, como a fragmentação institucional e os desafios na responsabilização e coordenação entre países, que medidas podem ser adotadas para fortalecer a legitimidade, a eficácia, a ambição coletiva e a responsabilização pela implementação do Acordo de Paris no marco da COP30?

2. Como o fortalecimento de uma governança climática orientada à implementação — que integre governos regionais e locais, sociedade civil, setor empresarial, povos indígenas, juventudes e academia — pode viabilizar um "mutirão global" para o cumprimento do Acordo de Paris? Quais exemplos de soluções colaborativas já em curso podem inspirar esse novo ciclo de cogovernança climática?

Painelistas:

Caroline Rocha, Diretora de Políticas Públicas e Engajamento na LACLIMA, cofundadora da Rede Amazônidas pelo Clima e consultora no Oxford Sustainable Law Programme. Autora do livro "Justiça Ambiental e a Crise Hídrica".

Sergio Xavier, Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC). Jornalista, ex-secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco, integrante permanente do Conselho Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

Rubens Born, doutor em Saúde Pública e Ambiental, presidente do Conselho Diretor do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor), membro da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (FBOMS).

Eduardo Viola, professor de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV), pesquisador sênior do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), especialista em governança global, política climática e política externa brasileira.

2º DEBATE, EM 31 DE JULHO:

Financiamento para a Transformação Ecológica Justa: caminhos para mobilizar US$ 1,3 trilhão anuais até 2035

"A proposta é justamente reunir diferentes perspectivas, tanto técnicas quanto políticas, territoriais e setoriais, para refletir sobre os mecanismos financeiros, regulatórios e multilaterais que promovam, de fato, a justiça climática."

(Dulce Maria Pereira)



Nesse 2º evento do Ciclo de Debates preparatórios para a Conferência Mundial do Clima de 2025, foi discutida a importância de abrir o fluxo de recursos diretamente a povos indígenas, comunidades tradicionais e iniciativas locais, garantindo que a justiça climática alcance quem mais precisa. A COP30 precisa superar o impasse em torno do financiamento climático, especialmente após o fracasso da COP29 em alcançar a meta ambiciosa de US$1 trilhão anuais para apoiar países em desenvolvimento, resultando em um compromisso parcial e insuficiente de US$300 bilhões por ano. O desafio é agora desenhar um "Mapa do Caminho de Baku a Belém" que viabilize a mobilização de US$1,3 trilhão anuais até 2035, garantindo recursos efetivos, acessíveis e alinhados com a justiça climática. Apesar do avanço institucional representado pela criação da NCQG (Nova Meta Coletiva Quantificada), persistem desafios estruturais: o financiamento continua insuficiente, concentrado em empréstimos e dívidas, pouco acessível a comunidades vulneráveis e desarticulado dos objetivos de justiça social e climática. Mesmo nos principais fundos multilaterais – como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo de Adaptação –, os países mais vulneráveis seguem sendo os menos beneficiados. O relatório "A Green and Just Planet" (2024), desenvolvido pela Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (TF-CLIMA) do G20, destaca que os fluxos financeiros permanecem concentrados em poucos países e setores, com critérios não muito transparentes e baixa participação das comunidades locais, comprometendo sua efetividade e legitimidade. Apesar de a nova meta coletiva quantificada (NCQG) representar um avanço institucional relevante, persistem barreiras estruturais que comprometem a efetividade, a justiça e a ambição do financiamento climático internacional. Como tornar o financiamento climático justo, acessível e eficaz para a ação climática global? Criar novos fundos não basta, se continuarmos financiando setores fósseis: é preciso alinhar incentivos fiscais, redirecionar subsídios e incorporar riscos socioambientais em todas as decisões de bancos, seguradoras e empresas. Os debatedores deixaram um alerta para a urgência de atualizar nossos modelos de risco, incorporando cenários extremos e pontos de não retorno que hoje ficam de fora das projeções.

Perguntas norteadoras do debate:

1. Diante das barreiras estruturais que limitam o acesso de comunidades locais, povos indígenas, quilombolas e outros tradicionais, também de organizações da sociedade civil, ao financiamento climático, que mecanismos podem ser adotados para tornar esses fluxos mais acessíveis, descentralizados e ancorados na justiça climática e territorial?

2. Considerando a nova meta de US$1,3 trilhão anuais até 2035, quais instrumentos financeiros, regulatórios e multilaterais são estratégicos para mobilizar recursos em escala e capilaridade? De que forma o Brasil pode liderar esse processo diplomático de forma crítica, influente e coerente com o Acordo de Paris?

3. Como enfrentar o discurso que justifica a expansão de combustíveis fósseis, como no caso da Foz do Amazonas, como suposta condição para financiar a transição? Que alternativas reais podem articular desenvolvimento, equidade e integridade ambiental na estruturação de uma economia pós-carbono no Sul Global?

4. Como alinhar políticas fiscais, subsídios e incentivos econômicos à urgência da transição ecológica, garantindo que setores produtivos e financeiros que lucram com a exploração/poluição invistam efetivamente em inovação e adaptem seus modelos de negócio?

Painelistas

Gustavo Pinheiro, administrador público (EAESP-FGV), conselheiro da Climate Ventures, especialista em economia de baixo carbono, coordenador do portfólio de Economia Carbono Zero do iCS, cofundador da rede de líderes financeiros Convergência pelo Brasil, da Climate Ventures, organização sem fins lucrativos que catalisa o empreendedorismo de soluções climáticas.

Karen Oliveira, Diretora para Políticas Públicas e Relações Governamentais na The Nature Conservancy/TNC Brasil, cofacilitadora da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Geóloga, mestre em Planejamento Energético e doutora em Relações Internacionais, possui especializações em geologia marinha, gestão e meio ambiente.

Luciane Moessa, diretora executiva e técnica da Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS), mestre (UFPR) e doutora (UFSC) em Direito Público, pesquisadora pós-doutoral sobre Sistema Financeiro e Desenvolvimento Sustentável (USP), especialista em finanças sustentáveis e em construção de consenso.

Tainá Marajoara, do do povo Aruã-Marajoara, é cozinheira, realizadora cultural, curadora, professora e pensadora. Autora do conceito de cultura alimentar, dedica-se a confluências entre cultura alimentar, anticolonialismo, futurismos e direitos humanos.

3º DEBATE, EM 5 DE SETEMBRO:

Povos no centro: como integrar as diversas matrizes de conhecimento ao debate climático internacional?



Escolhido para acontecer no Dia da Amazônia, o 3º debate preparatório para a COP30 reuniu mulheres e lideranças que vivem, pesquisam e constroem soluções reais para integrar saberes tradicionais, científicos e comunitários ao debate climático internacional, para discutir como integrar diferentes visões, reconhecer práticas ancestrais na proteção dos biomas e construir propostas para ampliar a justiça socioambiental nas negociações internacionais.

A escolha da data não é casual: falar sobre o Círculo dos Povos no Dia da Amazônia significa reafirmar a centralidade dos povos amazônidas — indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais — na proteção do maior patrimônio socioambiental do país. A floresta amazônica é um regulador climático de escala planetária, mas sua resiliência não se deve apenas a um equilíbrio "natural": ela foi construída durante milênios, mantida por práticas, cosmologias e modos de vida de povos e civilizações tradicionais, que provaram que o impacto do ser humano no meio ambiente pode ser positivo e enriquecedor. Proteger seus direitos, territórios e saberes é, portanto, condição para proteger a Amazônia e o futuro climático do Planeta. A ciência confirma essa interdependência.

Segundo estudo feito por um grupo de pesquisa em ecologia tropical do Instituto Serrapilheira, as Terras Indígenas (TIs) ocupam 23% da Amazônia Legal, com mais de 450 territórios e 403,6 mil habitantes, preservando 97% de sua cobertura nativa entre 2019 e 2023, contra perdas muito mais intensas em áreas privadas (MapBiomas, 2024). Os 90 milhões de hectares de florestas maduras garantem a regulação do ciclo hidrológico em escala local, regional e continental; 18 estados mais o Distrito Federal recebem chuvas recicladas pelas florestas em Terras Indígenas. Aproximadamente 80% da área agropecuária nacional é influenciada pelas chuvas originadas nas TIs, o que representa 57% do valor adicionado bruto da agropecuária brasileira (R$ 338 bilhões em 2021). Esse dado é particularmente relevante porque, nesses estados, a agricultura familiar responde por mais de 50% da produção rural, mostrando que a conservação das TIs está diretamente ligada à segurança alimentar da população brasileira.

Adicionalmente, a pressão política e jurídica sobre as Terras Indígenas — como a tese do marco temporal e projetos de exploração econômica na foz do Amazonas — ameaça direitos constitucionais e coloca em risco modos de vida que historicamente mantiveram a floresta em pé. Trata-se de uma contradição flagrante: estados como Rondônia e Mato Grosso, que estão entre os que mais se beneficiam das chuvas recicladas pelas TIs, também estão entre os que mais desmataram desde 1985 (34% e 32% de perda de cobertura nativa, respectivamente).

Sob o tema "Povos no centro: como integrar as diversas matrizes de conhecimento ao debate climático internacional?", o evento foi dedicado a pensar soluções climáticas que respeitem e valorizem os saberes ancestrais, para garantir que povos indígenas, comunidades locais e populações tradicionais tenham voz ativa no processo decisório.

Perguntas norteadoras do debate:

1. Como garantir que o Círculo dos Povos tenha influência real sobre as negociações da COP30 e traduza a centralidade dos conhecimentos tradicionais em compromissos internacionais efetivos?

2. Sabemos que as mulheres, principalmente as indígenas, quilombolas, ribeirinhas e negras, são aquelas que mais sofrem com os impactos das mudanças climáticas. No entanto, sabemos também que o cuidado e a preservação da floresta se dão pelas mãos dessas mulheres. Como vocês analisam a relação entre gênero e clima e de que forma o protagonismo dessas mulheres pode renovar a governança climática e impulsionar uma transição justa?

Painelistas:

Katya Isaguirre, pós-doutora em direito junto à Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba. Professora da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPR. Pesquisadora colaboradora da unidade de Socioeconomia, Ambiente e Desenvolvimento (SEED), do Departamento de Gestão e Ciências do Ambiente da Universidade de Liége, Campus Arlon, Bélgica. Coordenadora do Ekoa: núcleo de pesquisa e extensão em direito socioambiental.

Deroní Mendes, mulher afro-latino-americana, geógrafa, coordenadora do Observatório do Clima (OC) e do Programa de Transparência e Justiça Climática do Instituto Centro de Vida (ICV). Representa o Fórum Socioambiental de Mato Grosso (Formad), e é nascida em Vila Bela (MT), cidade de Tereza de Benguela.

Ângela Gomes, engenheira florestal, doutora em Etnobotânica negro-africana pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestra em Controle de Contaminação Ambiental pela Universidade Politécnica de Madri, na Espanha. Professora universitária. Militante ativista do Movimento Negro Unificado de formação política, foi consultora da ONU na Guatemala, trabalhando com mulheres refugiadas indígenas Maya. Foi representante das mulheres socialistas na Comunidade Europeia. Uma ecofeminista negra, que denunciou o trabalho escravo em monoculturas de eucalipto, em Minas Gerais, nos anos 90, e hoje dedica a luta contra o racismo ambiental e em defesa do uso tradicional da biodiversidade e do legado ecoafricano e feminino presente nos terreiros de candomblé, nos quintais quilombolas e urbanos, de vilas e favelas. Membra do coletivo espanhol feminista Emakume Internacionalista[1], na Espanha.

Ivaneide Cardozo (Neidinha Suruí), graduada em História e mestra em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Guardiã da floresta e indigenista, atuando há mais de 40 anos na Amazônia com os povos indígenas contatados e não contatados. Cursando o doutorado em Geografia, na linha de pesquisa Etnias e Populações Amazônicas, na UNIR. Pesquisadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé desde 1992. Possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena. Ganhadora dos prêmios Chico Mendes e do The 75th Emmy, com o filme documentário *The Territory* e da Comenda Madeira-Mamoré na Edição Mulheres. Ativista dos direitos humanos e da Natureza, tem atuado junto com os movimentos indígenas e socioambientais para que sejam implementadas as políticas públicas de demarcação de terras indígenas e Unidades de Conservação, e melhoria na saúde.

[13] Emakume Internacionalista é um grupo feminista espanhol, com forte base no País Basco (Emakume" significa "mulher", em basco). O grupo é conhecido por sua atuação internacionalista e foco em pautas feministas, ecofeministas e antirracistas.

4º DEBATE, EM 26 DE SETEMBRO:

Ética Global. Cooperação para uma transformação ecológica justa

O IDS fechou o Ciclo de Debates Preparatórios para a COP30 com um encontro muito especial. O 4º e último debate aconteceu de modo presencial, em São Paulo, e tivemos a honra da presença da ministra Marina Silva, que é associada e uma das fundadoras do IDS.



"A ética inspirou a criação do IDS, desde seu primeiro documento norteador: o Manifesto por um Brasil Sustentável. Esse compromisso para fazer do Brasil um exemplo de justiça social, responsabilidade ambiental e, acima de tudo, ética, tem sido nossa bússola desde o início."

(Dulce Maria Pereira)



Deputada Marina Helou, Dulce Maria Pereira e Eduardo Giannetti



Marcos Woortmann; Ministra Marina Silva; Eduardo Gianetti; Dulce Maria Pereira e Carolina Mattar.

Desde as expedições colonizadoras até os dias atuais, tem predominado no mundo uma visão antropocêntrica, androcêntrica e utilitarista da Natureza, que a reduz a um conjunto de recursos destinados à exploração humana. Essa concepção, que sustentou tanto a exploração colonial intensiva de produtos primários do Sul Global quanto as políticas desenvolvimentistas voltadas à construção e à alimentação nas cidades, passou a ser duramente criticada pelos graves impactos ambientais e sociais que provoca. Ao longo de cinco décadas, o debate sobre ética ambiental passou de posições marginais a um pilar da sustentabilidade, ao demonstrar que não basta compatibilizar economia e meio ambiente: é necessário redefinir as relações entre sociedade e natureza com base na corresponsabilidade ecológica e na justiça para com todas as formas de vida. Nesta COP, o debate sobre a ética tem ganhado destaque central. Como uma das principais inovações da COP30, a presidência da Conferência propôs o inovador Balanço Ético Global (BEG), iniciativa que propõe tratar a crise climática não apenas como um desafio técnico, mas, sobretudo, como um dilema ético e civilizatório, que pretende também reunir lideranças, jovens, cientistas, artistas, ativistas, governo e a comunidade – incluindo os povos tradicionais – para refletir coletivamente sobre os valores que devem orientar nossa convivência no Planeta.

Nosso papel é ampliar a escuta, reunir experiências e trazer à tona dilemas e propostas que contribuam para a construção desse marco histórico. As perguntas que nos movem são urgentes! Por que seguimos reproduzindo modelos que aprofundam vulnerabilidades, desigualdades e exclusões? Como mobilizar saberes tradicionais produzidos a partir das matrizes e dos saberes dos diferentes povos, da ciência e culturais, a partir da convivência equilibrada com a Terra? Quais valores podem inspirar uma transformação justa e regenerativa?

Painelistas:

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA (e uma das sócias-fundadoras do IDS);

Eduardo Giannetti da Fonseca, economista, membro da Academia Brasileira de Letras.

Maria Arminda Arruda, vice-reitora da Universidade de São Paulo (USP).

Ricardo Young, vice-presidente do Conselho Internacional e presidente da Associação Carta da Terra Brasil (sócio-fundador e ex-presidente do Conselho Diretor do IDS).

Viviana Santiago, diretora executiva da OXFAM.

Marina Helou, deputada estadual de São Paulo, coordenadora da Frente Parlamentar Ambientalista do Estado de SP e da Rede Nacional de Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais.

Perguntas norteadoras:

1. Como o debate ético está sendo colocado pela Presidência da COP30? O que tem sido pautado?
2. Diante das discussões históricas sobre a construção de uma ética para a Natureza e da iniciativa do Balanço Ético Global (BEG) na COP30, como podemos contribuir para esse debate?

ABRACE O CLIMA
COM O IDS NA COP30

Silêncio guerreiro

No território indígena,
O silêncio é sabedoria milenar.
Aprendemos com os mais velhos
A ouvir, mais que falar.

No silêncio da minha flecha,
Resisti, não fui vencido,
Fiz do silêncio a minha arma
Pra lutar contra o inimigo.

Silenciar é preciso,
Para ouvir com o coração
A voz da natureza,
O choro do nosso chão,

O canto da mãe d'água,
Que, na dança com o vento,
Pede que a respeite,
Pois é fonte de sustento.

É preciso silenciar,
Para pensar na solução
De frear o homem branco,
Defendendo nosso lar,
Fonte de vida e beleza,
Para nós, para a nação!

(Poesia de Márcia Wayna Kambeba, geógrafa e escritora brasileira de etnia Omágua / Kambeba, que se dedica ao estudo dessas identidades e seus territórios)

IDS NA COP30

As Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) são o principal fórum multilateral para negociar metas, revisar compromissos nacionais e articular financiamento e mecanismos de implementação que permitem a transição global para um desenvolvimento de baixo carbono e mais resiliente ao clima.

Desde a Cúpula do Rio (1992) e a adoção do Protocolo de Quioto até o Acordo de Paris (2015), as COPs vêm evoluindo de espaços de estabelecimento de metas para plataformas de prestação de contas, inovação normativa e mobilização de financiamento e tecnologia. A COP30, realizada em Belém entre 10 e 21 de novembro de 2025, assumiu especial relevância, reunindo líderes globais em um ponto nevrálgico da Amazônia, trazendo à pauta internacional a relação entre proteção de florestas, justiça climática, transição energética e desenvolvimento sustentável.

Em meio a essa agenda, o debate não é apenas sobre redução de emissões, mas também sobre como financiar restauração, apoiar comunidades vulneráveis e escalar soluções de base territorial que reduzam emissões ligadas aos combustíveis fósseis, ao desmatamento e à degradação, para viabilizar a adaptação às mudanças climáticas.

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) atuou em rede na COP30, apresentando soluções e ferramentas capazes de transformar a realidade das cidades e dos territórios no Brasil rumo à sustentabilidade, que podem servir de inspiração para todo o mundo. Combinando produção técnica, articulação política e tecnologias sociais inovadoras, a atuação do IDS teve por objetivos:

- levar propostas técnicas e soluções para uma transição econômica verde sustentável a setores produtivos estratégicos;
- amplificar vozes de comunidades e cidades mais afetadas pela crise climática, garantindo que justiça climática e direitos territoriais sejam parte das decisões;
- articular parcerias que ampliem o compromisso multinível e os investimentos público e privado para a adaptação e justiça climática, demonstrando soluções que podem ser implementadas no Brasil a partir do KitClima, para a construção de planos municipais de adaptação, da Bússola para Cidades Resilientes e da plataforma JusAmazônia, além do fortalecimento do ecossistema de organizações da sociedade civil.

PROPOSTAS DO IDS NA COP30

INCLUSÃO DOS SETORES PRODUTIVOS NA TRANSIÇÃO ECONÔMICA VERDE SUSTENTÁVEL

Articular setores estratégicos e apresentar práticas para uma economia verde que alavanque o desenvolvimento do País com geração de empregos verdes, atração de investimentos internacionais, valorização da sociobioeconomia e segurança energética e alimentar.

Diante da emergência climática e dos desafios do desenvolvimento sustentável, torna-se fundamental – no momento decisivo do Brasil para a construção de caminhos em direção a uma economia mais justa, inclusiva e ambientalmente responsável – promover espaços de escuta, articulação e construção coletiva para uma transição justa. Nesse contexto, surgiu a iniciativa Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde Sustentável, coordenada pelo IDS, com apoio da Open Society Foundations (OSF) e parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP). O projeto fomentou debates qualificados entre diversos setores da sociedade sobre os rumos da transformação ecológica no Brasil, reunindo representantes do poder público, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada e da academia, criando um espaço plural e colaborativo para debater as diretrizes do Plano de Transformação Ecológica, apresentado pelo governo federal em 2023. Esse Plano representa um esforço estratégico para alinhar o crescimento econômico à descarbonização da economia, à inclusão social e à conservação ambiental.

ABRACE O CLIMA
COM O IDS NA COP30

PLANOS CLIMÁTICOS MUNICIPAIS OBRIGATÓRIOS E EXEQUÍVEIS

Apoiar a construção de planos de adaptação climática integrados a metas nacionais com instrumentos de coordenação federativa e social, em que prazos, indicadores e orçamento estejam alinhados com as necessidades reais dos territórios para que as ações planejadas sejam factíveis. Em três passos: Preparação, Elaboração e Implementação.

É nos territórios das cidades brasileiras que os efeitos das mudanças climáticas se manifestam: eventos extremos, como enchentes, deslizamentos, ilhas de calor e escassez hídrica, impactam diretamente o cotidiano da população, especialmente daquelas mais vulnerabilizadas. Diante deste cenário, em que mais da metade dos municípios brasileiros enfrentam recorrentemente situações de emergência ou calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos, o IDS desenvolveu o Toolkit para a Adaptação ao Clima, um conjunto de ferramentas que surge como um suporte concreto para adaptar as cidades e os territórios aos efeitos da mudança do clima. O material propõe um percurso prático e disponibiliza ferramentas acessíveis para atender municípios de todos os portes e regiões do País na incorporação da lente climática às ações e ao planejamento dos governos locais. O Kit Clima está em sintonia com a Estratégia Nacional de Adaptação em formulação no âmbito do Plano Clima e com a Lei nº 14.904/2024, que estabelece parâmetros para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima. Mais do que oferecer uma nova metodologia, o material busca valorizar e dar visibilidade a experiências já existentes no País, difundindo boas práticas que possam inspirar outros municípios.

POLICY BRIEF

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PACTO CLIMÁTICO: IMPLEMENTAR COM JUSTIÇA, ÉTICA E CORRESPONSABILIDADE

A entrega do policy brief durante a COP30 reforça o compromisso do IDS em contribuir para decisões alinhadas à urgência climática, apoiando a construção de acordos mais sólidos e de políticas que promovam transformações reais nos territórios e nas vidas das populações mais vulneráveis.

Na segunda semana da COP30, momento em que as negociações ganham ritmo decisivo e os países buscam consolidar posições, o IDS apresentou seu novo *policy brief* aos negociadores e às delegações presentes à Conferência. A publicação, traduzida para os idiomas Inglês e Espanhol, chegou precisamente quando o debate sobre ambição e implementação precisava ser fortalecido com evidências, recomendações estratégicas e comprometimento ético com a justiça climática. O *policy brief*, como contribuição da sociedade civil à 30ª Conferência das Partes, é resultado do Ciclo de Debates Pré-COP30, realizado pelo IDS entre os meses de junho e setembro de 2025, em um processo que envolveu a revisão do estado da arte sobre os quatro eixos temáticos, a elaboração de notas conceituais, a convocação de especialistas, a formação de painéis de debate e a sistematização das ricas discussões, culminando na formulação de recomendações dirigidas a formuladores de políticas públicas. Enfatizando a necessidade de integrar democracia, sustentabilidade e segurança climática em todas as etapas das políticas públicas e nos mecanismos multilaterais, o documento reúne uma avaliação do atual modelo de governança climática e dos desafios que impedem o avanço da implementação do Acordo de Paris. Analisa, também, as assimetrias entre países, os entraves para o financiamento climático justo e as potenciais consequências de modelos de transição que podem aprofundar desigualdades e ampliar zonas de sacrifício no Sul Global. Além do diagnóstico, o *policy brief* apresentado pelo IDS propõe caminhos para acelerar a implementação, ampliar a transparência, fortalecer arranjos cooperativos entre governos nacionais, atores subnacionais e sociedade civil, e prevenir novos ciclos de colonialismo extrativista. As recomendações buscam orientar negociadores, formuladores de políticas e organizações da sociedade civil a avançarem em uma agenda multilateral que combine justiça, equidade e resultados concretos.

EVENTOS

ALINHAMENTO E FORTALECIMENTO DE REGULAÇÕES FINANCEIRAS ASG

Em Belém, o IDS participou do lançamento do Guia para Gestão de Riscos e Oportunidades Socioambientais e Climáticas no Mercado Financeiro Brasileiro, em evento da Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS). O IDS foi parceiro da iniciativa, que pretende transformar recomendações técnicas em procedimentos operacionais aplicáveis a bancos, seguradoras, fundos de pensão e gestores de investimento. Mediando uma das mesas de debates, o IDS compartilhou das discussões com Luciane Moessa, diretora executiva e técnica da SIS, Caio Magri, presidente do Instituto Ethos, Vinicius de Carvalho, ministro-chefe da Controladoria Geral da União, André Lima, secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Micheline Neiva, da Advocacia Geral da União, e Ligia Ennes, secretária de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda. O Guia para Gestão de Riscos é apresentado como um roteiro técnico: descreve etapas para identificar riscos socioambientais — incluindo a importância da localização dos empreendimentos —, indica bases de dados e metodologias de análise e traz orientações para a construção de produtos financeiros de impacto positivo, como financiamentos para restauração florestal e projetos de energia renovável, que tendem a apresentar desempenho financeiro mais resiliente. Foi destacado, também, o potencial do sistema financeiro na redução do desmatamento, com iniciativas de integração de bases de dados entre o MMA e o Banco Central voltadas ao crédito rural. Os participantes, de modo geral, classificaram a publicação como um avanço importante para a segurança jurídica do setor financeiro.





Marcos Woortmann (IDS), Luciane Moessa (SIS), Micheline Neiva (AGU) e André Lima (MMA)

ACESSO À JUSTIÇA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DA JURIMETRIA E DAS PRÁTICAS TERRITORIAIS

"Nosso acesso à justiça é mais do que o direito de peticionar. É o direito a uma decisão que garanta segurança territorial e direitos protegidos."

(Vitor Hugo Moraes, consultor do IDS no projeto JusAmazônia)



O evento promovido pelo IDS no espaço Arayara – Amazon Climate HUB foi realizado no dia 20 de novembro e trouxe à tona a complexa teia da justiça socioambiental na Amazônia. O encontro reuniu nomes do governo, advocacia e terceiro setor, tendo sido marcado por um tom de urgência e uma busca pragmática por soluções.

André Lima, um dos idealizadores do JusAmazônia (quando consultor do IDS) e hoje secretário nacional na Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento Ordenamental e Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, compartilhou a gênese do projeto: a ideia surgiu em um momento de descrédito das políticas ambientais do governo anterior, que levou ao desmantelamento de órgãos de fiscalização e à fragilização da legislação, o que impulsionou a aposta no legislativo e, principalmente, no judiciário como última instância de proteção. Ele destacou o judiciário como uma "caixa preta" sem dados práticos sobre as ações ambientais, uma lacuna que o JusAmazônia – com suas 16.600 ACPs identificadas e em análise – tenta preencher, revelando, por exemplo, a disparidade de sentenças e a morosidade em diferentes regiões. Também foi discutida a responsabilização dos infratores ambientais e o papel da AGU, que, através de iniciativas como a Força-Tarefa em Defesa da Amazônia e, mais recentemente, o AGU Recupera, expandiu sua atuação para todos os biomas: a Força-Tarefa, criada em 2019, foca especificamente em ilícitos na Amazônia, enquanto o AGU Recupera, mais abrangente, busca a reparação de danos ambientais em todo o território nacional.

O documento O Poder Judiciário no combate ao desmatamento na Amazônia e reparação de danos ambientais e climáticos, a partir dos dados da Plataforma JusAmazônia, consolidou uma análise relevante sobre a atuação do poder judiciário na região, além da complexidade dos processos para quem busca reparação e proteção ambiental.



Foto: Carolina Mattar, diretora executiva do IDS; Vitor Hugo Moraes, consultor do IDS no projeto JusAmazônia; Patrícia Cruz, procuradora-chefe da Procuradoria Federal no Estado do Pará; Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS; André Lima, secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Yanê Amoras Lima, advogada e consultora jurídica, chefe de Pesquisa Legal na Amazon Investor Coalition.

5ª CONFERÊNCIA CÚPULA DOS POVOS

SOLIDARIEDADE SUL-SUL PARA ADAPTAÇÃO COM JUSTIÇA CLIMÁTICA

Realizado em duas etapas, nos dias 9 e 14 de novembro, o evento integrou a série de atividades organizadas pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Instituto de Referência Negra Peregum, Pan African Climate Justice Alliance (PACJA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA, sede dos encontros), com apoio da Oxfam Brasil, Fundo Elas+ e Ação da Cidadania, reunindo lideranças do Sul Global que discutiram financiamento climático, transição energética e protagonismo de populações sabidamente excluídas de processos decisórios, rompendo desigualdades históricas.





FOMENTANDO A SOLIDARIEDADE SUL-SUL NA BUSCA POR FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO



Esse foi o tema da primeira etapa do evento, que reuniu lideranças da sociedade civil, especialistas e representantes de países do Sul Global para fortalecer alianças entre África, Caribe e América Latina em torno do financiamento climático justo e da cooperação internacional. Lideranças africanas e latino-americanas discutiram os desafios do financiamento climático e a necessidade de fortalecer a cooperação entre países do Sul Global. Os participantes destacaram que a adaptação climática não deve ser vista como filantropia, mas como obrigação política dos países responsáveis pelas crises ambientais.

"Adaptação não é caridade, é justiça climática. Financiar a resiliência não é opcional, é uma obrigação." Dr. Mithika Mwenda, diretor executivo da PACJA (Pan African Climate Justice Alliance)

A homenageada do dia 9 foi Zélia Amador de Deus[14], professora referência na luta por igualdade racial e justiça socioambiental na Amazônia:

"A luta antirracista não é apenas uma luta pela igualdade. É o ponto de partida para que a igualdade possa, um dia, existir. Nenhum sonho de justiça ou equidade é possível sem o combate ao racismo." (Professora Zélia Amador de Deus)

MULHERES EM CONEXÃO SUL-SUL: FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA NA COP30

A segunda etapa do evento (dia 14) também ocorreu no Espaço Zélia Amador de Deus, durante a Cúpula dos Povos, no Dia das Mulheres da COP30, com a presença de lideranças, cientistas, pesquisadoras e tecnólogas. Esse momento trouxe para os debates saberes locais, tecnologias para a transição energética, produção científica voltada à prevenção dos impactos das mudanças climáticas, práticas sustentáveis e estratégias feministas de enfrentamento à crise climática. As discussões colocaram no centro da governança climática global as vozes das mulheres e das periferias que, embora concentrem a maior parte da população mundial, seguem sub-representadas nos processos decisórios, tendo nesse evento a oportunidade de promover seu protagonismo e reconhecimento. Durante o painel "Conectando conhecimentos para a sustentabilidade dos territórios: Mulheres Cientistas e Pesquisadoras em Diálogo com Movimentos Sociais por Justiça Climática e Transição Energética Justa", a presidenta do IDS, Dulce Maria Pereira, destacou a importância da cooperação entre América Latina e África na formulação de políticas de adaptação:



"As decisões sobre financiamento climático precisam deixar de reproduzir as desigualdades que agravam as crises ambientais e sociais. O Sul Global deve participar da formulação dos instrumentos financeiros, e não apenas da execução dos projetos."



O climatologista Carlos Nobre (associado do IDS) também esteve presente no evento. Nobre é copresidente do Painel Científico da Amazônia e integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 2007 por sua contribuição às pesquisas sobre o clima.

O evento completo está disponível no link:
https://www.youtube.com/watch?v=Wy_Hm3QjpCc

[14] O Espaço Zélia Amador de Deus, na Universidade Federal do Pará, foi inaugurado nessa ocasião e é dedicado à trajetória múltipla e inspiradora da professora emérita que dá nome ao local, referência nacional e internacional na luta por justiça socioambiental, racial e pela Amazônia.

JORNADAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA INDÚSTRIA

Para o Sebrae, as micro e pequenas empresas (MPE) brasileiras são indispensáveis para uma transição climática justa e representam 98% dos empreendimentos brasileiros, gerando 72% dos empregos e 26,5% do Produto Interno Bruto (PIB), daí a importância da articulação entre empresas de diferentes portes.
A atuação do Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), com sede em Mato Grosso, tem contribuído para a democratização do acesso a conhecimento e práticas inovadoras de sustentabilidade e eficiência energética.





Carolina Mattar, João Hélio, Andreza Aruska e Jorge Arbache

Dando continuidade aos encontros técnicos sobre temas estratégicos da transição verde, no dia 13 de novembro o Sebrae realizou um de seus eventos durante a COP30, no estande instalado na Green Zone, para discutir com especialistas os caminhos para a transição energética no País – especialmente na indústria. O IDS foi um dos convidados do painel "Jornadas da Eficiência Energética para Indústria", cuja mesa teve como moderadora Andreza Aruska, diretora do Instituto Brasil do King's College London, e como painelistas Carolina Mattar, diretora executiva do IDS, João Hélio Cavalcanti, diretor técnico do Sebrae no Rio Grande do Norte, e Jorge Arbache, economista da Universidade de Brasília. João Hélio afirmou que o trabalho do Sebrae é integrar cadeias produtivas e promover o uso racional da energia para aumentar a competitividade das empresas, lembrando aos presentes que o seu estado – Rio Grande do Norte – responde por 33% da geração de energia eólica no Brasil. Todos os participantes defenderam o redirecionamento de subsídios dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis:

Carolina Mattar, do IDS, apresentou as propostas para o setor de energia reunidas na publicação "Transição Econômica Verde Sustentável", que aprofundam os eixos do Plano de Transformação Ecológica para apoio a setores estratégicos da economia brasileira, e reforçou a importância de envolvimento de instituições como o Sebrae para que as práticas sejam adotadas no fortalecimento e na diversificação da economia local.

"Eficiência é usar melhor os recursos que já temos, mas também é promover o uso global de energias limpas".

(Jorge Arbache)

CONFERÊNCIA "COOPERAÇÃO SUL-SUL E MULTILATERALISMO PARA A SEGURANÇA HÍDRICA, ALIMENTAR E CLIMÁTICA"

No dia 6 de novembro, o IDS participou da Conferência "Cooperação Sul-Sul e Multilateralismo para a Segurança Hídrica, Alimentar e Climática", realizada no Teatro Municipal do Complexo Cultural Parque Maguari, em Ananindeua (PA). Reunindo representantes de governos, pesquisadores e lideranças da sociedade civil de diferentes países para discutir caminhos conjuntos em direção à COP30, os participantes reforçaram a importância da cooperação entre países do Sul Global para o enfrentamento das desigualdades climáticas. Numa promoção conjunta do Centro Internacional de Águas e Transdisciplinaridade (CIRAT), International Pesticide Standard Alliance (IPSA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o encontro destacou o papel das parcerias Sul-Sul e da cooperação multilateral na construção de soluções sustentáveis para os desafios da crise climática e da segurança alimentar e hídrica. Durante o evento, foi lançada oficialmente a exposição digital "Agrotóxicos: Fronteiras Invisíveis", disponível em www.invisibleboundariesofpesticides.org, mostra que faz parte do Acordo de Cooperação firmado entre o CIRAT e o MMA, propondo uma imersão visual e informativa sobre os impactos dos agrotóxicos nas fronteiras da produção agrícola e suas consequências sobre os ecossistemas e a saúde humana. O curta-metragem "Agrotóxicos sem Fronteiras", do diretor João Amorim, também foi lançado na mesma ocasião.

"A construção de soluções para a crise climática exige não apenas inovação tecnológica, mas também novos pactos de solidariedade entre as nações e a sociedade civil. A cooperação Sul-Sul é uma via de aprendizado mútuo e de fortalecimento de capacidades locais e transnacionais para criação de um novo patamar de justiça climática. O que se constrói a partir dessa troca tem poder transformador para a sustentabilidade global."

(Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS).



TRANSIÇÃO ESG: COMBATENDO AS DESIGUALDADES E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O evento, que aconteceu no dia 17 de novembro no Pavilhão da Open Society Foundations da COP30, ofereceu um novo olhar sobre os desafios e oportunidades do Brasil na jornada rumo a uma transição econômica verdadeiramente sustentável. Organizado pelo Instituto de Democracia e Sustentabilidade (IDS) em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), o encontro interpretou a sigla ESG (Environmental, Social and Governance) para uma provocativa "Economic Sustainable Green Transition". Essa redefinição não é meramente semântica; ela ressalta que o cerne da questão reside na profunda transformação de nossa economia, colocando a sustentabilidade e a inclusão no centro do modelo de desenvolvimento.



Sob a medição de Caio Magri, diretor-presidente do Instituto Ethos e vice-presidente do Conselho Diretor do IDS, os especialistas de diversas áreas convergiram em um ponto crucial: qualquer transição verde no Brasil, para ser legítima, eficaz e duradoura, precisa endereçar as profundas desigualdades sociais que historicamente marcam o País. A pauta, portanto, não é apenas ambiental, mas, intrinsecamente, social e econômica, desafiando a visão fragmentada que por vezes permeia as discussões sobre sustentabilidade.

A apresentação do relatório "Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Sustentável", conduzida por Carolina Mattar, diretora executiva do IDS, serviu como o motor central do debate. O relatório englobou sete setores cruciais para a economia brasileira – energia, transporte, agricultura e pecuária, saneamento (com foco em resíduos sólidos), reflorestamento, construção civil e indústria têxtil. A escolha desses setores se justifica por seu alto impacto nas emissões de gases de efeito estufa ou por seu vasto potencial para a descarbonização e geração de valor socioeconômico. O estudo, fruto de uma série de escutas qualificadas com a sociedade civil, academia e o setor produtivo, propõe um mapeamento de caminhos e estratégias para engajar múltiplos setores na corresponsabilidade climática, uma abordagem multissetorial que é fundamental para garantir que as soluções propostas sejam robustas, inclusivas e adaptadas às realidades locais.

"A transição deve ser vista como uma oportunidade para corrigir desigualdades históricas, estruturais, no Brasil e no mundo, alinhando-se diretamente ao conceito de Just Transition, uma transição que não deixa ninguém para trás."



Caio Magri, vice-presidente do IDS; Wagner Ribeiro, professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP); Nicolas Lippolis, professor e pesquisador da Columbia Climate School; Vinicius Moraes da Cunha, pesquisador e doutorando da Fundação Getúlio Vargas; Carolina Riberti Mattar, diretora executiva do IDS.

No debate final, as conclusões convergiram para a complexidade da tarefa e a riqueza de possibilidades. Carolina Mattar sublinhou a importância da "governança multinível", que envolve a coordenação de ações entre os níveis federal, estadual, municipal e, crucialmente, o engajamento da economia local e das comunidades tradicionais para construir resiliência e combater desigualdades, valorizando a cultura e os ativos locais. Vinícius Morais Cunha reiterou a necessidade de uma perspectiva de longo prazo e de novos arranjos éticos para a economia, questionando o consumismo e promovendo modelos de produção e consumo mais conscientes e equitativos. Nicolas Lippolis, por sua vez, apontou para o avanço tecnológico direcionado a problemas sociais e acordos internacionais como fontes de esperança e mecanismos de alavancagem para a transição. O professor Wagner Costa Ribeiro reforçou que a "Transição Justa é uma oportunidade sem precedentes para combater a desigualdade social no Brasil e no mundo", afirmando que o modelo capitalista gera falsas necessidades e demanda insustentável por bens tecnológicos. "Em vez de pensarmos em produzir e aumentar a demanda, talvez pudéssemos usar a nossa capacidade criativa para produzir modelos alternativos", sugeriu, apontando para uma economia que priorize o bem-estar sobre o consumo desenfreado.

A ÁGUA NA AGENDA DA COP30



Nos dias 13, 14 e 15 de novembro, o estande do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) se tornou um dos pontos focais na COP30, em Belém, com o tema: Água. O estande reuniu especialistas, comunidades tradicionais e organizações em torno de temas cruciais como segurança hídrica, conservação de biomas e participação social na gestão da água.

O estande abriu espaço para debater "Os benefícios do monitoramento da Governança para garantia da segurança hídrica", com a participação do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e do Instituto SOS Mata Atlântica.

GOVERNANÇA COMO CHAVE PARA A SEGURANÇA HÍDRICA

Durante a discussão, foi apresentada a Plataforma de Monitoramento para o Aprimoramento da Governança das Águas. Carolina Riberti Mattar, diretora executiva do IDS e membro do Observatório de Governança das Águas (OGA), ressaltou a importância de uma gestão descentralizada e participativa da água, citando relatórios da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA) que apontam um risco de redução de 20% a 40% na disponibilidade hídrica em diversas regiões do País.

"É necessário enfatizar que a água é reconhecidamente um direito humano e um bem público, portanto, um eixo fundamental no debate climático."



Altino Rodrigues Neto, vice-presidente da Diretoria Colegiada do CBHSF; Carolina Mattar, diretora executiva do IDS; Claudio Ademar da Silva, presidente da Diretoria Colegiada do CBHSF.

(Fotos: João Alves)



Dr. Nelson Friedrich, diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Planejamento em Segurança Hídrica, do MIDR (Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional)

A participação do Comitê da Bacia do Rio São Francisco na COP30 reforçou que a discussão sobre a água e a governança é inseparável da agenda climática, exigindo a integração do conhecimento científico, a conservação dos biomas e a inclusão social para garantir a segurança hídrica e a sustentabilidade no Brasil.

IMPOSTOS SAUDÁVEIS E FINANCIAMENTO PARA O FUTURO

ACT, Oxfam e IDS debatem impostos saudáveis, financiamento e justiça socioambiental na COP30

A ACT Promoção da Saúde realizou no dia 14 de novembro, no Pavilhão Food Roots and Routes (Zona Azul da COP30), o debate "Impostos Saudáveis & Financiamento para o Futuro", atividade que integrou a programação oficial da ONU sobre sistemas alimentares, saúde pública e justiça socioambiental. A mesa contou com a participação da diretora executiva do IDS, Carolina Mattar, ao lado de Paula Johns, diretora executiva da ACT, e Viviana Santiago, diretora executiva da Oxfam Brasil. O painel abordou como instrumentos fiscais, mecanismos de financiamento e políticas públicas integradas podem acelerar a transição para sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e alinhados à justiça climática — conectando evidências científicas, governança e responsabilidade socioambiental.





"Sem arranjos financeiros que priorizem saúde e ambiente, a transição climática não chega a quem mais precisa", afirma Carolina Mattar, diretora executiva do IDS.

Helen Freitas, Repórter Brasil; Paula Johns, ACT Promoção da Saúde; Viviana Santiago, Oxfam Brasil; Carolina Mattar, Instituto Democracia e Sustentabilidade.

DIÁLOGOS E SOLUÇÕES DE JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA FLORESTAS PÚBLICAS NA ÁFRICA E NO BRASIL

O evento Diálogos e Soluções de Justiça Climática para Florestas Públicas na África e no Brasil, realizado pelo IDS em parceria com PACJA e IPAM, teve como foco a Amazônia e as Florestas Públicas Não Destinadas (FPNDs), que correspondem a 30% do desmatamento anual na região.

Essas áreas, sem um uso definido pelo poder público, tornam-se vulneráveis a invasões e exploração predatória. Essa falha de governança não só impulsiona o desmatamento massivo, mas também alimenta um ciclo de violência, conflitos agrários e injustiça social, ameaçando diretamente os povos quilombolas e tradicionais, os verdadeiros guardiões da floresta. Esse cenário de insegurança fundiária e ambiental ecoa desafios enfrentados por nações africanas, que também lidam com a gestão de vastas áreas florestais e a proteção de direitos comunitários. Essa similaridade cria uma base sólida para uma robusta cooperação Sul-Sul em governança fundiária e climática, sendo o diálogo estratégico Brasil-África um catalisador para transformar esse panorama.





Local: Pavilhão da Namíbia – Blue Zone.

A COMUNICAÇÃO DO IDS NA COP30

A agência Jangada foi contratada para cobertura da participação do IDS durante a COP30, produzindo materiais para a imprensa e garantindo comunicação consistente para a imprensa nacional e parceiros internacionais. Entre os destaques, agendas como JusAmazônia, o painel Mulheres Cientistas e Movimentos Sociais, a Conferência de Cooperação Sul-Sul e o lançamento do Manual de Diligências Socioambientais geraram boa circulação, especialmente em veículos regionais e segmentados de meio ambiente. Como resultado da COP30, o mês de novembro registrou resultados expressivos: matéria exclusiva na CNN, a entrevista de Marcos Woortmann no Acorda Metrópoles e a participação de Dulce Maria Pereira na TV Liberal (afiliada Globo), além da repercussão de temas como desigualdade de gênero nas COPs, licenciamento ambiental e governança climática. Em veículos regionais e segmentados, o desempenho foi especialmente forte, ampliando a presença do IDS em debates amazônicos e socioambientais. O trabalho consolidou visibilidade relevante para o IDS e criou bases sólidas para futuras comunicações mais focadas, oportunas e alinhadas ao potencial jornalístico de cada agenda. A cobertura em números: 9 Avisos de Pauta, 12 Releases, 3 Media Briefings, 110 publicações no mês de novembro (sendo 85 em veículos regionais e segmentados, 25 em veículos nacionais, como CNN Brasil, TV Metrópolis, TV Liberal (afiliada Globo em Belém), além do Clima Info e Um Swwó Planeta.

REDES DO IDS

O IDS participa de redes e coalizões da sociedade civil para fortalecer agendas convergentes para a democracia e sustentabilidade no Brasil e no mundo.

AÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES - ABCD

Rede de ativistas, coletivos, movimentos sociais, culturais e religiosos, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, acadêmicas/os, articulações setoriais e organizações da sociedade civil comprometida com a redução das diversas desigualdades brasileiras: racial, de gênero, de renda, territorial, social, ambiental, política e de acesso e expressão cultural. A ABCD acredita que a desigualdade só será superada com uma ação conjunta de toda a sociedade. Mais do que uma nova organização, a ABCD é uma articulação da sociedade civil para diminuir a fragmentação e a dispersão dos que lutam para reduzir as desigualdades no Brasil. A rede tem como propósitos transformar a redução das desigualdades em prioridade nacional, tanto nas ações dos governos quanto nas dos legislativos, do Judiciário, das organizações da sociedade civil, dos movimentos, das empresas e das cidadãs e cidadãos brasileiros; e atuar na construção de um Brasil mais justo e equitativo, que combata as desigualdades em suas mais diversas facetas a partir de uma articulação ampla com atores e atrizes sociais diversos, nos âmbitos local, estadual, regional e nacional. A ABCD atua em rede, por meio de ações diversas e complementares, tais como: a realização de iniciativas conjuntas e/ou complementares de combate às desigualdades; a divulgação de dados e análises para subsidiar o debate sobre esse tema na esfera pública; a disseminação de informações em formatos inovadores; e ações culturais de comunicação e mobilização.

ALIANÇA JURÍDICA PELA AMAZÔNIA - AJA

Lançada durante a COP30, a AJA teve a participação ativa e propositiva do IDS desde a sua gestação, com o GT Fundador da Aliança, contribuindo para os documentos de criação, formato e governança. Encubada e financiada pela Amazon Investor Coalition, a Aliança Jurídica pela Amazônia é uma rede jurídica diversa e representativa que reúne advogados(as), pesquisadores(as), organizações da sociedade civil, clínicas de Direito, coletivos jurídicos de base e demais profissionais comprometidos com a defesa da justiça socioambiental que atuam na ou pela Amazônia. O propósito da AJA é influenciar e amplificar mudanças sistêmicas no ecossistema jurídico e institucional da Amazônia, proteger direitos humanos e socioambientais, promover segurança jurídica, fortalecer as instituições de justiça e contribuir para evitar o ponto de não retorno do bioma amazônico – garantindo o protagonismo amazônido no centro das decisões.



ALIANÇA PELA ÁGUA

A Aliança pela Água é uma articulação da sociedade civil criada em outubro de 2014, para enfrentamento da crise hídrica em São Paulo e construção de uma "nova cultura de cuidado com a água" no Brasil. Composta por mais de 60 organizações e movimentos das áreas de meio ambiente, direitos do consumidor, direitos humanos, Educação, ativismo e inovação, a Aliança pela Água se tornou importante referência para a sociedade e a imprensa nacional e internacional. Desde o início de 2016, a Aliança vem promovendo o debate sobre lições aprendidas e sobre os desafios para construir uma nova forma de lidar com a água.

COALIZÃO BRASIL - CLIMA FLORESTAS E AGRICULTURA

Movimento composto por mais de 400 representantes dos setores privado, financeiro, academia e sociedade civil, que atua para promover a sinergia entre as agendas de proteção, conservação, uso sustentável das florestas naturais e plantadas, agropecuária e adaptação às mudanças climáticas. Essas diferentes vozes se uniram através da Coalizão Brasil em prol da liderança do Brasil em uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva.

ALIANÇA PELA AÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL - ACA BRASIL

Lançada em 2021, a Aliança pela Ação Climática – ACA Brasil tem como principal objetivo mobilizar a imprensa, entidades religiosas, lideranças empresariais, investidores, autoridades locais e estaduais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e a juventude para expandir o movimento subnacional e, assim, contribuir para reduzir concretamente as emissões e aumentar a resiliência dos territórios.

DUSA (Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia)

Rede voltada ao fortalecimento do desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da Amazônia Legal. Entre os objetivos da DUSA, destacam-se: apoio na formulação de agenda comum, fortalecimento da articulação e construção de posicionamentos para lideranças municipais amazônicas; apoio na implementação de instrumentos e de políticas públicas urbanas nas cidades da Amazônia Legal; construção e disseminação de conhecimento e inteligência urbana amazônica, para fortalecer os atores e atrizes locais; contribuição na construção de políticas nacionais adequadas ao contexto amazônico brasileiro; e articulação e coordenação com outros atores relevantes presentes na Amazônia Legal, atuando com desenvolvimento urbano sustentável.

ENIMPACTO

Enimpacto - Estratégia Nacional da Economia de Impacto, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC)

A Enimpacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil. Ancorada em cinco eixos estratégicos de ações, pretende fortalecer o setor por meio da ampliação de oferta de capital e do número de negócios dessa categoria, além de promover a disseminação de conhecimento da área, geração de dados e a capacitação e conexão entre os diversos atores envolvidos, além de estabelecer um marco regulatório favorável à economia de impacto em todo o território nacional. Com política pública liderada pelo MDIC e executada pelo Departamento de Novas Economias do Ministério, sua articulação está estruturada em cinco eixos estratégicos:

I Ampliação da oferta de capital para a economia de impacto;
II Aumento do número de negócios de impacto;
III Fortalecimento das organizações intermediárias;
IV Promoção de ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e Negócios de Impacto, e
V Articulação Interfederativa com Estados e Municípios no fomento à economia de impacto.

A política pública é executada é executada pelo Departamento de Novas Economias do Ministério em parceria com o comitê paritário de 52 instituições de esferas governamentais, privadas e da sociedade civil.

GT2030 - GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030

Formalizado em 2014, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) tem cerca de 50 membros de diferentes setores que, juntos, atuam em todas as áreas dos 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.. O Grupo foi formado a partir do entendimento de que, aao definir e implementar os ODS,, é preciso levar em consideração o acúmulo das Organizações da Sociedade Civil (OSC) que vêm trabalhando diretamente na defesa de direitos, no combate às desigualdades e no respeito aos limites do Planeta. Desde a sua formalização, o GT atua na difusão, na promoção e no monitoramento da Agenda 2030 divulgando os ODS, mobilizando a sociedade civil e buscando incidir politicamente junto ao governo brasileiro e ao sistema das Nações Unidas para a sua implementação. O Grupo incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), promovendo o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais e indivisíveis, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão.

O Relatório Luz faz parte do material anualmente produzido pelo GT Agenda 2030 para monitorar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no Brasil. A 9ª edição do Relatório Luz marca a primeira década da Agenda 2030: nove anos de ferramenta independente de controle social, construindo o principal documento de monitoramento dos ODS no Brasil e o único elaborado pela sociedade civil a analisar todas as metas da Agenda 2030 que se aplicam ao País, com base em fontes públicas oficiais do Estado brasileiro. Esta 9ª edição foi feita por 70 especialistas e apresenta 149 recomendações para a implementação de políticas públicas que dialoguem com o desenvolvimento sustentável do País; o IDS colaborou com o estudo e pesquisa dos ODS 6 e 11.

MAPBIOMAS

MapBiomas

A MapBiomas é uma rede global e multi-institucional, formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia, que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos. Criada em 2015 e presente em 14 países (toda a América do Sul e Indonésia), a rede fornece a mais atualizada e detalhada base de dados espaciais de uso da terra em um país, disponível no mundo. Com base em ciência aberta e colaborativa, a rede alimenta uma plataforma que integra imagens de satélite, aprendizado de máquina e computação em nuvem, com todos os dados, mapas, métodos e códigos disponibilizados de forma pública e gratuita. O propósito da MapBiomas é revelar as transformações do território por meio da ciência com precisão, agilidade e qualidade, tornando acessível o conhecimento sobre a cobertura e o uso da terra, para buscar a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais como forma de combate às mudanças climáticas.

O IDS conta com a parceria da rede MapBiomas em vários de seus projetos, como a Plataforma de Monitoramento e Proteção dos Mananciais de São Paulo.

OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS - OGA

Fundado em 2014, o OGA é uma rede de articulação, mobilização e integração dos atores relacionados à governança e à gestão das águas no Brasil, que surgiu para ser um instrumento que fortalece e aprimora as políticas e os sistemas de recursos hídricos do País. Ao longo de uma década, o Observatório desenvolveu um protocolo de monitoramento da gestão hídrica para sistematizar e difundir informações das práticas de governança das águas. O OGA visa garantir a segurança hídrica com um pilar tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para o direito fundamental ao acesso à água, de forma integrada com as políticas públicas interrelacionadas.

Membro da governança do OGA pela sociedade civil, o IDS participou do evento de lançamento da Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do OGA, em 5 de setembro de 2025, promovido pela deputada Marina Helou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Trata-se de uma ferramenta digital que permite avaliar a gestão das águas no Brasil e é fruto da evolução do Guia de Monitoramento da Governança das Águas, instrumento que desde 2019 já vinha sendo utilizado por 30 organizações do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Todos os dados inseridos na Plataforma são de uso exclusivo do comitê ou organismo e somente os resultados gerais, quando autorizados, são divulgados pelo Observatório das Águas. (Veja mais em "Participação do IDS em Eventos")

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC)

Fundado em 2002, o OC é uma rede da sociedade civil brasileira com atuação na agenda climática, reunindo organizações ambientalistas, institutos de pesquisa e movimentos sociais que se dedicam à construção de um Brasil descarbonizado, igualitário, próspero e sustentável.

O IDS participou ativamente do Encontro Anual do OC, realizado no mês de fevereiro, em São Paulo. Com a participação de quase 200 representantes de 103 organizações, foi a maior assembleia desde a sua fundação, em 2002. (Veja mais em "Participação do IDS em Eventos").



(Foto: Divulgação iCS)

No Grupo de Trabalho da rede dedicado ao Congresso Nacional, o OC coordenou a atuação conjunta no Legislativo para incidência política qualificada, monitoramento de proposições e articulação direta com parlamentares e assessorias, contribuindo para que a sociedade civil afirme sua agenda e ocupe vigorosamente o debate legislativo sobre clima e direitos socioambientais. No mês de agosto, com a participação do IDS e de várias das organizações ligadas à rede, o Observatório do Clima lançou sua Agenda Legislativa 2025, documento que sistematiza as principais ameaças legislativas em curso (organizadas por tema) e também a Pauta Positiva, um pacote de medidas com potencial para acelerar a transição do País rumo a uma economia de baixa emissão de carbono, com incentivos à proteção ambiental e ao uso responsável dos recursos naturais. A publicação é uma contribuição para a assimilação dos complexos desafios e dos iminentes riscos de retrocesso que envolvem a atuação do Legislativo nacional em meio ambiente e clima.

Ainda no mês de agosto, o Observatório enviou às organizações interessadas a "Caixa da Estação Central da COP", material diversificado para ser usado de diferentes formas: em aulas, rodas de conversa com coletivos, oficinas de colagem, cine-debates, encontros com convidados ou mesmo incorporados às atividades do destinatário. Com efeito, o IDS levou o material para um de seus eventos presenciais em São Paulo (4º encontro do Ciclo de Debates preparatórios para COP30), onde foi distribuído e muito bem aceito pelo público presente.





OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL (OCF)

O IDS é membro dessa rede criada em 2013, que conta com a participação de 40 organizações socioambientais brasileiras. O objetivo do OCF é monitorar a implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012) do Brasil, conhecida como Código Florestal.

PACTO PELA DEMOCRACIA

Com sete anos de existência, o Pacto pela Democracia é uma coalizão formada por mais de 200 organizações da sociedade civil, que tem a missão de coordenar e fortalecer o ecossistema pró-democracia no Brasil com o objetivo de combater ameaças autoritárias, defender o Estado Democrático de Direito e revitalizar o ambiente democrático no País, aprimorando o funcionamento das instituições e promovendo valores e práticas para a convivência democrática na sociedade brasileira. O Pacto é um espaço apartidário e ideologicamente plural, que reúne e articula atores sociais bastante diversos, mas unidos pelo compromisso com a democracia. Com uma atuação bastante inovadora e singular dentro da sociedade civil brasileira, seu foco está na defesa e no fortalecimento do nosso sistema democrático. O Pacto atua por meio de construção de redes, análise de cenários, comunicação estratégica, incidência política, gestão de projetos, além de antecipação e resposta a crises democráticas.

RAC

A Rede Advocacy Colaborativo (RAC) é uma iniciativa composta por mais de 140 organizações de diferentes áreas e expertises, tendo como propósito conectar interesses coletivos e difusos do Parlamento com a sociedade civil brasileira. Criada em 2019, a Rede não concorre nem substitui a prática de *advocacy* das organizações que a integram, e sim procura fortalecer e articular a capacidade de incidência de seus membros sobre causas consideradas relevantes por este coletivo, relacionadas a quatro eixos principais: direitos humanos; transparência e integridade; desenvolvimento socioambiental; e nova economia.

No dia 02 de julho de 2025 foi realizado em São Paulo o encontro presencial da RAC. O IDS compõe a Rede e foi representado nesse encontro pela diretora executiva, Carolina Mattar. O momento, de importância estratégica, reuniu organizações com histórico relevante na luta por justiça social e ambiental, reforçando o compromisso de garantir um processo metodológico potente e significativo, cuja jornada buscou gerar produtividade e abrir espaço para a conexão humana, a colaboração e a tomada de decisão consciente e coletiva. Após mapeados os desafios estruturais, cenários futuros, propostas de atuação e caminhos de reestruturação da Rede, com base nesses diálogos e na escuta ativa entre os membros presentes foi tomada uma decisão coletiva clara e potente: renovar a RAC como espaço estratégico de articulação política e incidência compartilhada. Para isso, a RAC deveria catalisar os aprendizados e êxitos do último ciclo de incidência e propor ações estratégicas para o monitoramento da agenda parlamentar e a participação da sociedade em matérias legislativas, criando novas ferramentas de *advocacy* para a 58ª legislatura.





REDE POR ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA

Lançada em 2024, a Rede Por Adaptação Antirracista reúne cerca de 50 organizações de vários estados brasileiros, com o objetivo de articular o antirracismo às políticas de adaptação climática e garantir que a pauta antirracista seja inegociável na agenda de enfrentamento à crise climática no Brasil. O Grupo realiza articulações para incidir no Congresso Nacional e no Poder Executivo federal para incorporar conhecimentos das populações negras, indígenas, quilombolas e originárias, além de outros grupos vulneráveis às consequências da emergência climática.

PUBLICAÇÕES DO IDS EM 2025

As publicações são uma característica do IDS, fruto da alta qualidade técnica e de pesquisa da sua equipe.

RELATÓRIO DIÁLOGOS SETORIAIS PARA UMA TRANSIÇÃO ECONÔMICA VERDE SUSTENTÁVEL



O IDS lançou no dia 30 de setembro de 2025 o Relatório Final resultante dos Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde e Sustentável, iniciativa que congregou governo, setor produtivo, sociedade civil e academia em um ciclo de oito encontros para construir recomendações voltadas à implementação do Plano de Transformação Ecológica. O documento é o produto de meses de escuta qualificada, pesquisa e articulação multissetorial, em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP e com apoio da Open Society Foundations. O Relatório oferece diagnóstico e propostas para setores-chave da economia: **1. Energia elétrica; 2. Agricultura e pecuária; 3. Reflorestamento; 4. Construção civil; 5. Saneamento com foco em resíduos sólidos; 6. Transporte; 7. Indústrias de transformação com foco na indústria têxtil.** Apontando medidas que combinam redução de emissões, inovação e inclusão social, as recomendações foram formuladas a partir dos debates técnicos, com atenção tanto às barreiras regulatórias quanto às oportunidades de financiamento e tecnologia. Organiza, também, as recomendações concretas por cada eixo do Plano de Transformação Ecológica — finanças sustentáveis, adensamento tecnológico, bioeconomia, transição energética, economia circular e nova infraestrutura verde —, trazendo propostas detalhadas por setor. Trata-se de um chamado à ação coletiva: para que a transição ecológica seja efetiva é preciso combinar governação pública com mecanismos financeiros que alcancem pequenos produtores e micro, pequenas e médias empresas, bem como proteger direitos e territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, além de articular políticas nacionais, estaduais e municipais. Em destaque, a importância de salvaguardas socioambientais e de instrumentos de transparência para garantir que a economia verde resulte em justiça social, além de ganho ambiental.

O IDS convida autoridades, lideranças setoriais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e o público em geral a lerem o Relatório Final e a participar das próximas etapas de diálogo e implementação. As recomendações consolidadas nesse documento oferecem um roteiro pragmático para que o Brasil articule competitividade internacional, soberania sobre recursos naturais e justiça social na construção de uma economia de baixo carbono.

O PODER JUDICIÁRIO NO COMBATE AO DESMATAMENTO E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS - RESULTADOS E APRENDIZADOS DO USO DA JURIMETRIA



Reafirmando o compromisso do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) em democratizar o conhecimento jurídico e transformar diagnósticos em ação, num momento em que a Amazônia clama por soluções eficazes e a governança ambiental global é posta à prova, a organização lançou em novembro a publicação que apresenta os resultados e aprendizados de uma análise sobre o papel do Poder Judiciário no combate ao desmatamento e na reparação de danos ambientais e climáticos na Região. O documento, subsidiado pela Plataforma JusAmazônia, pode auxiliar o debate com evidências concretas, revelando gargalos e apontando caminhos estratégicos para que a justiça, de fato, se converta em floresta em pé. O e-book elaborado pelo IDS oferece um diagnóstico aprofundado da litigância ambiental na Amazônia Legal, quantificando desafios sistêmicos que impedem a plena efetividade da proteção, revelando a crítica falha na fase de execução – em que sentenças que obrigam a reparação raramente se traduzem em ações concretas no território – e a questão fundiária, como um nó estrutural que perpetua a "invisibilidade territorial" e a impunidade. Para enfrentar tais desafios complexos, o estudo propõe um tripé de soluções integradas: a capacitação dos atores do sistema de justiça para superar o déficit técnico-científico, a padronização de atuação judicial através de protocolos inovadores do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (como o reconhecimento de provas por satélite e a precificação de danos climáticos) e a gestão inteligente via jurimetria. O IDS destaca a essencialidade de uma taxonomia unificada, da integração de sistemas e o uso da inteligência da informação para transformar o volume de dados em decisões mais ágeis e eficazes, especialmente nos litígios que envolvem as Terras Indígenas, imperativos climáticos que não podem ser ignorados. Ao subsidiar negociadores, gestores públicos e a sociedade civil com uma visão panorâmica, a Plataforma JusAmazônia busca fomentar a cooperação institucional e garantir que o sistema de justiça ultrapasse a identificação do dano, mostrando-se capaz de promovê-lo e repará-lo de forma efetiva. Acreditamos que, ao expor esses entraves e propor soluções estruturais, estamos contribuindo para que a decisão judicial saia do papel e consiga, de fato, manter a floresta amazônica em pé – um passo fundamental para a justiça climática.

KIT CLIMA



No mês de agosto, o IDS lançou o Kit Clima (Toolkit para a Adaptação ao Clima para Municípios Brasileiros), um instrumento prático e flexível, na forma de roteiro de apoio para que cada município possa identificar onde está, quais são suas vulnerabilidades e quais caminhos pode seguir frente às mudanças climáticas. Com perguntas norteadoras, ferramentas de gestão, exemplos reais e checklists, o material traduz a ciência em passos concretos que gestores e equipes técnicas podem adotar no dia a dia. Esse conjunto de ferramentas surge como um suporte concreto para adaptar as cidades e os territórios aos efeitos da mudança do clima e alinhar o planejamento de suas cidades aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O material foi concebido para atender municípios de todos os portes e regiões do País – com a possibilidade de ser replicado além das nossas fronteiras – na incorporação da lente climática às ações e ao planejamento dos governos locais. O material está em sintonia com a Estratégia Nacional de Adaptação em formulação no âmbito do Plano Clima e com a Lei nº 14.904/2024, que estabelece parâmetros para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.

A COMUNICAÇÃO DO IDS EM 2025

Ser referência na articulação de redes e na criação de conhecimento que capacite cidadãos e instituições a construir soluções sustentáveis e democráticas que impactem positivamente as cidades.

A comunicação digital do IDS passou por uma grande evolução em 2025, que se traduziu em resultados que falam por si só.

O potencial de nossa estratégia comunicacional é demonstrado em números, evidenciando a relevância e o impacto do IDS na promoção do debate sobre democracia e sustentabilidade. Mantemos nossos esforços para conectar a pluralidade de *stakeholders* do IDS (associados e associadas, parceiros e parceiras, cidadãos e cidadãs, representantes dos setores público e privado, líderes comunitários, academia e organizações da sociedade civil) por meio de informações pelas múltiplas plataformas, com a criação de conteúdos dinâmicos, atuais e, não raro, de vanguarda. Tal cenário robusto nos impulsionou a querer aumentar o investimento em iniciativas estratégicas de comunicação, afinal, a comunicação visual se tornou a vitrine que traduz a essência e os valores de uma organização. Uma estratégia integrada de *rebranding*, associada à implantação de sistemas de CRM (*Customer Relationship Management*) e automação, visa uniformizar a comunicação e otimizar a jornada do usuário, entretanto, ainda que reconheçamos a importância desse conjunto de ações para garantir que a mensagem alcance, envolva e inspire um público cada vez maior e diversificado, o foco está na necessidade de uma reestruturação mais ampla do site, que hoje possui uma estrutura fragmentada, com informações espalhadas e múltiplos subdomínios, uma configuração que dificulta a navegação dos usuários e reduz o engajamento, limitando o acesso eficiente e linear aos nossos conteúdos e iniciativas.

Olhando para Planejamento de Comunicação 2025 do IDS, podemos atestar o atingimento de algumas metas:

- a ampliação do impacto da organização em escala nacional e regional, destacando as iniciativas de economia verde, justiça climática e governança sustentável;
- fortalecimento da incidência política por meio da disseminação de conteúdos estratégicos em plataformas digitais e impressas, além da participação ativa em eventos políticos e sociais;
- maior engajamento público com campanhas digitais inovadoras, informativas e interativas, alinhadas aos temas centrais do IDS;
- consolidação de parcerias institucionais, reforçando a atuação conjunta com organizações locais e internacionais em temas de sustentabilidade; e
- aumento da visibilidade das plataformas digitais (como o JusAmazônia) como ferramentas de referência para dados e análises socioambientais.

Como organização articuladora de soluções que unem ciência, sociedade e política, tornando-se mais a cada ano um elo entre pesquisa, soluções sustentáveis e a construção de uma sociedade justa e verde, em 2025 a narrativa da Comunicação do IDS ratificou as características centrais de nossa estratégia:

Urgência: destacar que as mudanças climáticas e sociais exigem ação imediata.

Conexão: mostrar como as iniciativas do IDS impactam diretamente o cotidiano de cada público.

Transformação: inspirar com exemplos de sucesso e engajar o público com mensagens positivas de impacto.

CALENDÁRIO 2025

Como parte do Planejamento de Comunicação 2025, em janeiro lançamos nas redes sociais o calendário anual do IDS. Este ano o objetivo foi de captar recursos através de uma campanha de "*crowfunding* de recompensas" nas redes sociais e no site benfeitoria.com, especializado em campanhas de captação. Internamente, foi enviado e-mail marketing aos associados do IDS, para recebimento do calendário mediante doação.





POSICIONAMENTOS DO IDS

No decorrer de 2025, o IDS teve uma Comunicação atenta e atuante. Foram divulgados e compartilhados vários documentos, notas técnicas e de posicionamento do IDS sobre diferentes assuntos, tais como:







IDSER

Em termos de engajamento interno, foi criada a "Dica IDSer", com livros, filmes e documentários sugeridos pela equipe do IDS e divulgados periodicamente nas redes sociais:







CRIAÇÃO DA CAMPANHA "DEBAIXO D'ÁGUA"

Prepare os seus óculos de mergulho e descubra o que se esconde debaixo d'água em São Paulo!

Durante o mês de março, vários posts ilustraram o Instagram do IDS com o tema da água, oferecendo textos para sensibilizar as autoridades e se solidarizar com os usuários, especialmente da periferia, sempre mais atingidos com a falta de água. A campanha ressaltou a política de gestão da Sabesp, que mantém o acesso contínuo à água em áreas privilegiadas, enquanto a periferia convive com cortes diários desde 2014.





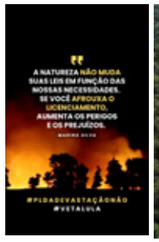


"São Paulo é só um recorte do que acontece no Brasil. Políticas Públicas integradas podem transformar a gestão hídrica e reduzir desigualdades históricas."

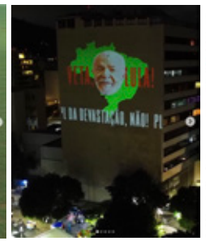
Água é um direito. Compartilhe!

#PLDADEVASTAÇÃO

A votação da Lei de Licenciamento Ambiental gerou uma grande campanha digital de Comunicação, que teve participação ativa do IDS em 2025: #PLDADEVASTAÇÃO. Desde a sua construção, na produção e na ação em conjunto (*collabs*) com organizações como Greenpeace, ISA, Observatório do Clima, entre outras, a estratégia foi fundamental para o alcance da campanha, que somou 107 posts e 489.013 curtidas.













APOIO A CAMPANHAS DE ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Parceria na Campanha Duplo Impacto, da ACTBR Promoção da Saúde, para reduzir os impactos da indústria. Apoio: IDS, Greenpeace, Oceana, Coalizão Vida Sem Plástico, GT Agenda 2030, Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA).



Mesmo que você não trague, este post também é para você! O tabaco está te matando. E não estamos falando de fumo passivo, mas sim sobre o grande impacto da indústria do tabaco no meio ambiente. Ela está entre as maiores poluidoras do mundo, ao lado das indústrias do álcool e ultraprocessados. Ajude a mudar essa realidade!

A Terra é a única casa que temos e está pedindo socorro. Nos ajude a espalhar a mensagem sobre o impacto que as indústrias do álcool, tabaco e ultraprocessados exercem sobre o meio ambiente e o futuro dos seres vivos e do Planeta. É isso mesmo: como se não bastasse fazer mal à saúde, elas também destroem o meio ambiente!

Adicionalmente aos eventos, campanhas, movimentos e posicionamentos, o IDS dá a devida importância às datas comemorativas do calendário nacional, como o Dia Nacional da Consciência Indígena, Dia Mundial da Justiça Social, Dia Mundial da Água, Dia do Cerrado, Dia da Amazônia, entre outras, com posts nas redes sociais e publicação de artigos em veículos de grande circulação.









IDS OPINA

Um canal exclusivo para ouvir histórias e relatos de associados do IDS, na defesa do meio ambiente e da ação climática. Uma reflexão qualificada sobre temas centrais das nossas agendas, com análises da conjuntura planetária e da sustentabilidade no Brasil, avanços e retrocessos na agenda socioambiental, perspectivas e soluções, novidades, tecnologias, ciência e ancestralidade, fortalecendo a cultura democrática e as vozes de ativistas e lideranças.



A Amazônia além do desmatamento e da COP

Caetano Scannavino, associado do IDS, é empreendedor social com mais de 30 anos de atuação na Amazônia, coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria (PSA) e membro da coordenação do Observatório do Clima. Na entrevista, ele compartilha a sua visão sobre a importância de integrar as comunidades amazônicas na construção de soluções sustentáveis na COP30, substituindo o assistencialismo e o discurso pelo protagonismo e participação.

"Eu fui para a Amazônia em 1988 e, como todo paulistano, acreditava que sabia muito e ia lá para ensinar. Essa viagem já dura quase 40 anos e eu ainda estou aprendendo coisas com as pessoas da Amazônia todos os dias. A gente sai da cidade e vai para a Amazônia pensando que vai ensinar alguma coisa e descobre que não sabe nada. O que me pegou na Amazônia foram as pessoas."



O papel das organizações socioambientais no Brasil e na América Latina

Rachel Biderman, associada do IDS, é especialista em Sustentabilidade Empresarial, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, vice-presidente sênior para as Américas da Conservation International, uma organização global dedicada a proteger a natureza e melhorar o bem-estar humano.

"O papel primordial das organizações socioambientais é manter o alerta e a chama acesa. Elas são pontes com o futuro, conectando gerações além das questões ambientais, mas em uma grande variedade de temas, que passam por direitos humanos, à saúde, à educação, à paz e tudo o mais que representa o processo civilizatório, sempre buscando um caminho para uma humanidade melhor e um legado mais positivo."

REDES SOCIAIS

O relatório das redes sociais do IDS mostra a amplitude do alcance de nossas postagens.

39.335 seguidores(*)
210 posts
1.700 visualizações

(*) A maioria dos seguidores do IDS estão localizados no Brasil, com um pequeno percentual distribuído entre Portugal, Reino Unido, Espanha, França, Itália, Estados Unidos, México, Argentina e Peru.

https://www.facebook.com/IDSBrasil

23.231 seguidores(**)
375 posts
68.800 visualizações

(**) 96,5% dos seguidores estão no Brasil, e os demais em países da América do Norte, Europa e América do Sul.

https://www.instagram.com/ids_brasil/

2.620 seguidores
18 vídeos **(11 ao vivo)**

https://www.youtube.com/channel/UC8meKnWOLKiqAk4psyVv5oA

3.002 seguidores
82 posts **7** artigos
32.551 impressões

https://www.linkedin.com/company/ids-brasil/?originalSubdomain=br

20.000 usuários
47 posts
2 IDS Opina
1.700 visualizações

https://www.idsbrasil.org/

IDS NA IMPRENSA

BLOG ESTADÃO "Mais democracia, mais sustentabilidade - Desafios do Brasil no século 21"

O Estado de S. Paulo, também conhecido como Estadão, surgiu em 1875 e, ao lado de outros veículos, forma o grupo dos principais jornais de referência do Brasil.

COP30: A crise climática, a democracia brasileira e a oportunidade histórica de liderança

Artigo sobre a necessidade do Brasil dar o exemplo internamente em termos de legislações ambientais, para ter o reconhecimento necessário para fazer avançar mundialmente as decisões multilaterais climáticas.

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/cop-30-a-crise-climatica-a-democracia-brasileira-e-a-oportunidade-historica-de-lideranca/

Precisamos apresentar a COP 30 à Rio+20

Fazer chegar os indicadores de sustentabilidade e inserção da sociobiodiversidade à presidência brasileira da COP30, ao MRE, à Presidência da República e ao secretariado da UNFCCC.

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/precisamos-apresentar-cop-30-a-rio20/

A Amazônia e o Brasil pressionados por interesses degradantes: a destruição do licenciamento ambiental

Enquanto o Brasil se prepara para sediar a COP30 da ONU em Belém, os Senadores da República estão em vias de deliberar um projeto de lei que, caso não seja vetado pelo Executivo, ou revogado pelo Judiciário, poderá agravar os desastres ambientais por todo o século que se abre. O Projeto de Lei 2159/2021 propõe mudanças no licenciamento ambiental, sob o pretexto de "desburocratização" e "agilidade".

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/a-amazonia-e-o-brasil-pressionados-por-interesses-degradantes-a-destruicao-do-licenciamento-ambiental/

PL da Devastação: para que serve o Pacto pela Transformação Ecológica?

Além de esvaziar condicionantes ambientais, instrumentos fundamentais para prevenir, mitigar e compensar impactos, o PL reduz drasticamente o papel de órgãos como ICMBio, Funai e Iphan.

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/pl-da-devastacao-para-que-serve-o-pacto-pela-transformacao-ecologica/

O PL 2159/2021 e a encruzilhada do agronegócio brasileiro: entre retrocessos legislativos e a urgência por um modelo regenerativo

O Brasil se destaca globalmente pela sua conexão com a sustentabilidade, visível em sua matriz energética, com mais de 80% de fontes renováveis, e na vasta extensão de suas áreas florestais, como a Amazônia, com seu robusto arcabouço de Reserva Legal. No entanto, o País enfrenta desafios significativos que podem comprometer essa posição.

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/o-pl-2159-2021-e-a-encruzilhada-do-agronegocio-brasileiro-entre-retrocessos-legislativos-e-a-urgencia-por-um-modelo-regenerativo/

As terras indígenas como imperativo climático que não podemos ignorar

Em julho de 2025, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), órgão máximo da ONU, marcou uma inflexão paradigmática na governança climática global. Ao estabelecer um novo marco para a defesa do meio ambiente, a decisão reconhece a obrigação dos Estados em adotar medidas concretas e urgentes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e proteger o clima.

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/as-terras-indigenas-como-imperativo-climatico-que-nao-podemos-ignorar/

Licenciamento Ambiental: Votar contra o meio ambiente também é votar contra o povo

No dia 8 de agosto de 2025, o Governo Federal sancionou, com 63 vetos, o Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, que deu origem à Lei 15.190/2025, a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. A lei altera de maneira profunda as regras de licenciamento no País, desmontando a regulamentação que garantia salvaguardas e deixando descobertos temas de interesse comum, como a crise climática.

https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/licenciamento-ambiental-votar-contra-o-meio-ambiente-tambem-e-votar-contra-o-povo/

O ECO

((o))eco é um veículo de jornalismo sem fins lucrativos, fundado em 2004, que se dedica a documentar os desafios, retrocessos e avanços dos temas relacionados à conservação da natureza, biodiversidade e política ambiental no Brasil.

Brasil na encruzilhada: paradoxos entre a sede da COP 30 e a crise hídrica da Amazônia

Enquanto diplomatas discutem soluções para o futuro, milhões de brasileiros já sofrem com a falta d'água. O colapso dos rios amazônicos não é uma previsão – ele está acontecendo.

https://oeco.org.br/colunas/brasil-na-encruzilhada-paradoxos-entre-a-sede-da-cop-30-e-a-crise-hidrica-da-amazonia/



Moradores da Vila de Itacuã, localizada na zona rural de Porto Velho, caminham por faixa de areia que se formou no rio Madeira para acessar a comunidade. Devido a seca severa o rio Madeira atingiu nesta terça-feira, 03 de setembro de 2024, o menor nível desde que começou a ser monitorado em 1967. Foto: Lalo de Almeida/Folhapress.

AGENDA DE SEGURANÇA HÍDRICA - Cidades submersas e população vulnerável: o que revelam as grandes inundações no Brasil nos últimos anos

Soluções monofuncionais de infraestrutura cinza e de caráter emergencial predominam, enquanto estratégias de adaptação sistêmica permanecem secundarizadas

https://oeco.org.br/colunas/cidade-submersas-e-populacao-vulneravel-o-que-revelam-as-grandes-inundacoes-no-brasil-nos-ultimos-anos/





Homem percorre ruas inundadas do Centro Histórico de Porto Alegre. A cidade sofreu a pior enchente de sua história, com a água chegando a mais de dois metros acima do nível do solo. Imagem: Maí Yandara / Mídia NINJA)

Foram 189 deslizamentos registrados e 229 ocorrências em Petrópolis, com cerca de 50 casas atingidas. Desastre ocorreu em fevereiro de 2022. Foto: Carl de Souza/AFP.

Sem reflorestamento não haverá uma economia verde que se sustente

Especialistas sugerem melhorias no arcabouço jurídico e defendem que financiamento chegue na ponta da cadeia da restauração florestal

https://oeco.org.br/colunas/sem-reflorestamento-nao-havera-uma-economia-verde-que-se-sustente/



Projeto de reflorestamento do Instituto Terra. Foto: Leonardo Merçon.

Nas entranhas do poder, reside pouca ou nenhuma esperança

O passivo que o Brasil deixará ao destruir o meio ambiente, que mantém nossa qualidade de vida possível, não entrará na contabilidade do crescimento do PIB

https://oeco.org.br/colunas/nas-entranhas-do-poder-reside-pouca-ou-nenhuma-esperanca/



Vista geral do distrito Bento Rodrigues, da cidade de Mariana, em Minas Gerais, após o rompimento da barragem de rejeitos. Foto: Victor Moriyama/ Greenpeace.

O desmonte do licenciamento ambiental: a conta vai ficar para as cidades

A pretensa desburocratização que justifica o texto, esvazia as políticas de desenvolvimento territoriais dos municípios e sobrecarrega sua saúde pública ainda mais

https://oeco.org.br/colunas/o-desmonte-do-licenciamento-ambiental-a-conta-vai-ficar-para-as-cidades/



Vista aérea de Canoas, Rio Grande do Sul, em 5 de maio de 2024. Foto: Reuters/Folhapress.

IDS lança Kit Clima para apoiar prefeituras na adaptação às mudanças climáticas

Ferramenta apresentada na Rio Climate Action Week 2025 oferece roteiro para transformar a Lei de Adaptação Climática em ações municipais

https://oeco.org.br/mailing/ids-lanca-kit-clima-para-apoiar-prefeituras-na-adaptacao-as-mudancas-climaticas-e-mais/



Poluição vista no horizonte da região do Ibirapuera, em 2009. Foto: Alexandre Giesbrecht/Wikimédia.

ENVOLVERDE

A Agência Envolverde é reconhecida como o mais antigo projeto de jornalismo nativo digital e socioambiental em operação no Brasil

A lei que seca o Brasil... e ameaça as águas da América Latina

Artigo do consultor do IDS, Vitor Hugo Moraes. Ao enfraquecer o licenciamento ambiental, o Brasil entrega suas águas ao descontrole e ameaça a segurança hídrica de toda a América Latina. O PL da Devastação não seca só rios, seca direitos, territórios e o futuro do continente.

IDS lança ferramenta prática para gestores na Rio Climate Action Week 2025

Em dois dias de mesas realizadas nos dias 27 e 28 de agosto durante a Rio Climate Action Week, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), expôs um desafio prático da agenda climática brasileira: transformar a recente Lei Federal nº 14.904/2024 em políticas e práticas que funcionem no nível municipal e regional.

https://envolverde.com.br/noticia/ids-lanca-ferramenta-pratica-para-gestores-na-rio-climate-action-week-2025

O papel das organizações socioambientais no Brasil e na América Latina

Entrevista de Rachel Biderman, associada do IDS, ao jornalista Dal Marcondes, em que compartilha sua perspectiva sobre o cenário do ativismo socioambiental no Brasil e na América Latina.

Relatórios indicam que desequilíbrio de gênero nas COPs enfraquece políticas climáticas globais

A desigualdade de gênero e raça continua a atravessar o debate climático global, das mesas de negociação da ONU às comunidades diretamente afetadas pelas mudanças no clima. Embora o número de mulheres participantes nas conferências da ONU sobre clima venha crescendo lentamente, o avanço está longe de garantir voz ou poder real nas decisões que moldam o futuro do planeta.

Mulheres lideram debates sobre adaptação e justiça climática na COP30

No Dia das Mulheres da COP30, evento deu continuidade à agenda iniciada na Pré-Cúpula dos Povos, em Belém, que reuniu lideranças do Sul Global para discutir cooperação e financiamento climático justo.

ARTIGOS

LinkedIn

A ética no centro do debate do IDS para a COP30 com a participação da Ministra Marina Silva, em São Paulo

Nas entranhas do poder, reside pouca ou nenhuma esperança

Audiência Pública debate emissões de metano e aponta soluções legislativas urgentes

Secas, ondas de calor e tempestades: Os riscos da emergência climática para a segurança hídrica e bem-estar da vida humana

Justiça Social ainda é apenas um conceito para mais da metade da população global

Reforma Tributária: avanços e desafios para um Brasil mais sustentável

2025: O ano para reafirmar compromissos e transformar o Brasil

Le Monde Diplomatique Brasil

PL da Devastação e o retorno ao passado - Saúde pública em risco, aumento de gastos e queda da produtividade econômica

Revista Soberania e Clima

https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-Marco-2025-Portugues-08-88-99.pdf

ENTREVISTAS E REPORTAGENS

Correio da Manhã

Adesão à Opep+ gera nova queda de braço entre governo e ambientalistas

Entrevista com Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS: "Não é possível falar em abandonar gradualmente o consumo e a produção de combustíveis fósseis, o que foi decidido na COP 28, e se juntar a um cartel que controla a oferta de petróleo, mantendo altos os preços e a lucratividade dessa indústria. Como se pode falar em estimular a descarbonização da produção de energia enquanto se age efetivamente para garantir os lucros dos combustíveis fósseis?"

Jornal O Globo

https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/03/18/as-vesperas-de-sediar-cop30-brasil-ve-resistencia-do-congresso-a-temas-ambientais-aumentar.ghtml

https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/10/01/as-vesperas-da-cop30-prazo-para-entrega-de-metas-climaticas-chega-ao-fim-com-metade-da-adesao-registrada-ha-quatro-anos.ghtml

https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/07/24/defendida-por-lula-megaponte-entre-salvador-e-itaparica-e-alvo-de-criticas-de-ambientalistas.ghtml

https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/10/17/crise-de-hospedagem-metas-abrangentes-e-heranca-maldita-travam-definicao-de-pauta-prioritaria-as-vesperas-da-cop30.ghtml

ClimaInfo

https://climainfo.org.br/2025/05/21/senado-aprova-pl-da-devastacao-com-mais-ataques-ao-licenciamento/

Valor Econômico

https://valor.globo.com/opiniao/coluna/reforma-administrativa-sem-combate-a-privilegios.ghtml

TV Cultura

https://www.instagram.com/reel/DHZUtOlP8BH/?hl=es

Portal O Correio

https://www.youtube.com/watch?v=LwUw7LsYnW4

Revista Cenarium

https://revistacenarium.com.br/sociedade-vai-pagar-conta-diz-porta-voz-do-observatorio-do-clima-sobre-licenciamento/

Núcleo Ypykuéra + Baselab

Caminhos do Progressismo. Marcos Woortmann conversa sobre Sustentabilidade e disputa política.

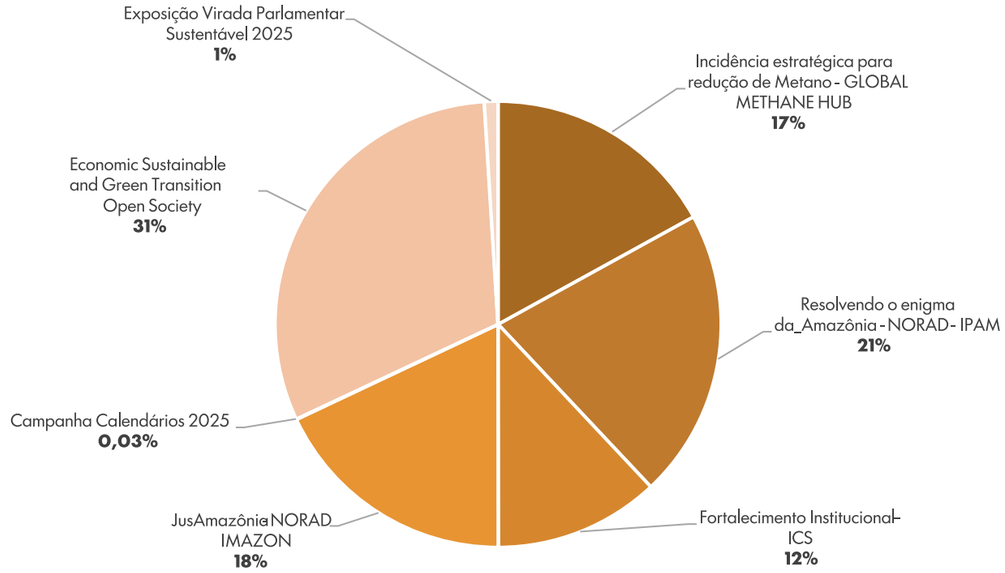
https://www.youtube.com/watch?v=vFiQbFM75oI

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2025, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) manteve sua trajetória de atuação estratégica na promoção da democracia e da sustentabilidade, com foco na produção de conhecimento e propostas para aprimoramento de políticas públicas e fortalecimento do ambiente democrático.

As receitas do período estiveram concentradas em iniciativas importantes, com a continuidade de projetos em andamento e o início de novas frentes, refletindo nossos esforços de captação, dentre eles o início do novo ciclo da iniciativa "*Economic Sustainable and Green Transition*" - Open Society Foundations (31%), que viabiliza discussões estratégicas entre os principais setores da economia, com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma economia verde no Brasil. Também tiveram relevância os projetos "Resolvendo o enigma da Amazônia" – NORAD/IPAM (21%), voltado ao enfrentamento do desmatamento ilegal, e "JusAmazônia" – NORAD/IMAZON (18%), dedicado à Plataforma JusAmazônia, um banco de dados que proporciona transparência e um panorama atualizado das ações judiciais contra o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira. Os projetos "Incidência estratégica para redução de Metano" – Global Methane Hub (17%), que tem por objetivo promover o engajamento de diferentes atores na agenda de redução das emissões de metano, e "Fortalecimento Institucional" - ICS (12%), centrado em fortalecer institucionalmente a atuação do IDS, promovendo a integração entre sustentabilidade e democracia, também representaram percentuais significativos no total de receitas.

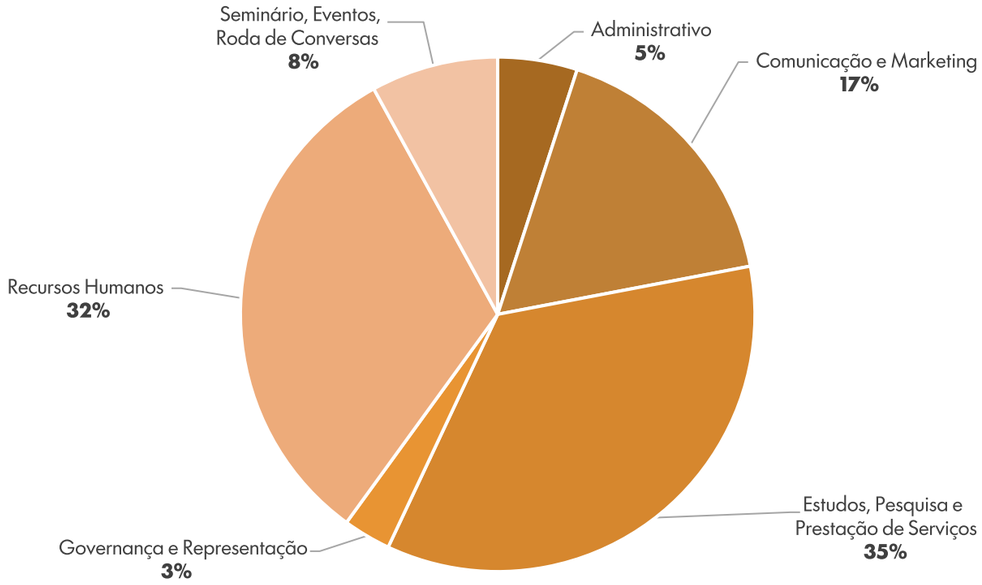
RECEITAS POR PROJETOS - 2025



No campo das despesas, observa-se que os custos com Pesquisas e Consultorias (35%) continuam representando a maior parte dos investimentos do IDS, seguido da Equipe Fixa (32%), refletindo o compromisso com a produção dos conteúdos previstos em nossos Projetos.

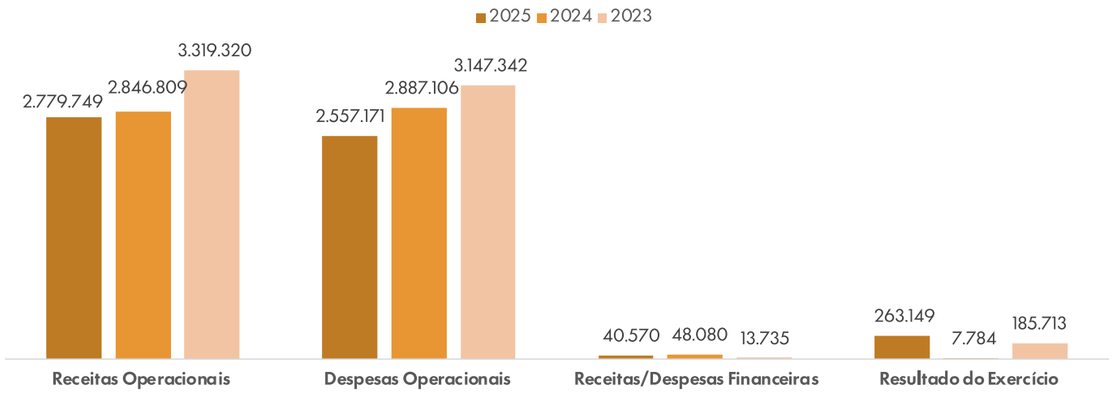
A área de Comunicação e Marketing (17%) manteve papel relevante na divulgação das agendas, atualização e manutenção dos hubs, site e redes sociais, enquanto os Seminários, Rodas de Conversa (8%) e demais eventos seguiram como instrumentos importantes de articulação e disseminação de conhecimento. As despesas administrativas permaneceram controladas (5%), mostrando uma boa gestão dos recursos disponíveis.

DESPESAS POR CENTRO DE CUSTOS - 2025



Assim, os resultados financeiros do IDS no ano de 2025 refletem o desempenho das atividades, considerando a execução de seus projetos ao longo do período. O exercício apresentou resultado positivo, indicando equilíbrio entre receitas e despesas, demonstrando a supervisão eficiente dos recursos.

COMPARATIVO DE RESULTADOS



Deste modo, ao longo de 2025 o IDS consolidou a sua atuação em múltiplas frentes. A diversidade de projetos e financiadores contribuiu para a estabilidade financeira da organização, ao mesmo tempo em que ampliou sua capacidade de incidência e geração de conteúdo. Para os próximos anos, a perspectiva é que o IDS continue diversificando suas fontes de arrecadação. Os esforços de captação são destinados à elaboração de projetos para editais de financiamento, a construção de consórcios e o mapeamento de doadores nacionais e internacionais que apoiem a atuação do Instituto nos campos da Democracia e Sustentabilidade.

PROJETOS DE 2025

TÍTULO	SINOPSE	FINANCIADOR
Low carbon Economy to a Sustainable Green Transition (ESG)	O projeto foi concebido para fomentar discussões estratégicas entre os principais setores da economia, com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma economia verde no Brasil. Este esforço foi alinhado ao Plano de Transformação Ecológica, lançado em 2023 pelo governo federal, que estabelece seis eixos prioritários: Finanças Sustentáveis, Adensamento Tecnológico, Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares, Transição Energética, Economia Circular e Nova Infraestrutura Verde e Adaptação. A série de seminários organizados pelo IDS em parceria inicialmente com uma instituição acadêmica – Insper –, e atualmente o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), busca aprofundar o debate em torno dos desafios e oportunidades em setores estratégicos (Energia Elétrica, Transportes, Agropecuária, Saneamento Básico - Resíduos sólidos, Reflorestamento, Construção Civil e Serviços), contribuindo para a qualificação das políticas públicas e iniciativas privadas necessárias para uma transição justa e inclusiva.	OSF - Open Society Foundations
Market Transparency and Law Enforcement for Conserving the Amazon Forest (JusAmazônia)	A atuação do IDS no projeto, executado em parceria com o Imazon, se dedica à promoção da Plataforma JusAmazônia, um banco de dados público que proporciona transparência e um panorama atualizado das ações judiciais contra o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira. As ações envolvem análises de jurimetria e diálogo com o Sistema de Justiça para aprimorar o acesso à justiça socioambiental na Amazônia. A estratégia gera subsídios para uma incidência no Sistema de Justiça visando qualificar as políticas de combate ao desmatamento e aprimorar a atuação dos órgãos na responsabilização dos agentes desmatadores.	NORAD - Agência Norueguesa para a Cooperação para o Desenvolvimento. Acordo de cooperação técnico-financeira do IDS com o Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Fortalecimento institucional do IDS para apoio na agenda regulatória	Objetivo: expandir a capacidade de incidência do IDS, fortalecendo o ecossistema socioambiental em parceria com a RAC - Rede de Advocacy Colaborativo, com vias a promover soluções alinhadas com marcos normativos do Plano de Transformação Ecológica, o Pacto entre os Três Poderes, o Federalismo Climático e o Programa Cidades Verdes Resilientes, integrando estratégias para instrumentos financeiros e econômicos considerando a regulamentação da Reforma Tributária para planejamento e implementação dos planos de adaptação. A estratégia do projeto está centrada em fortalecer institucionalmente a atuação do IDS, promovendo a integração entre sustentabilidade e democracia por meio de várias frentes de atuação. O projeto visa consolidar a influência do IDS nas esferas legislativa, executiva e em fóruns internacionais, ampliando sua capacidade de incidência em políticas públicas voltadas para mudanças climáticas, justiça social e economia sustentável.	ICS - Instituto Clima e Sociedade
Solving the Amazon Puzzle: no deforestation, more production and rights	Financiador: O objetivo do projeto é monitorar e combater o desmatamento ilegal na Amazônia, influenciando políticas públicas, fortalecendo a governança ambiental e promovendo a conservação de florestas públicas não destinadas. Para isso, integra bases de dados fundiários, qualifica o debate legislativo, articula com governos e sociedade civil e apoia iniciativas de controle do desmatamento e grilagem.	NORAD - Agência Norueguesa para a Cooperação para o Desenvolvimento. Subcontratado: IPAM - Instituto Pesquisa Ambiental da Amazônia
Global Methane	Promover o engajamento de ativistas comunitários, líderes comunitários, tomadores de decisão, educadores, especialistas, advogados, porta-vozes, partes interessadas na redução das emissões de metano. O projeto busca qualificar o debate sobre políticas públicas para reduzir as emissões de metano, promovendo uma transição climática justa. Para isso, realizará pesquisas, debates e engajará stakeholders nos setores de resíduos, agricultura, energia e gás. Também fomentará políticas de captura e reutilização do metano, mobilizando a sociedade civil. Além disso, fortalecerá coalizões para	The Windward Fund



QUEM FAZ O IDS

ASSOCIADOS

Lideranças sociais, políticas, empresariais, acadêmicos(as) e grandes especialistas formam o grupo de associados do IDS

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto
Alexandre de Almeida Youssef
Altair Cleto de Melo Assumpção
Álvaro Antonio Cardoso de Souza
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
André Rodolfo de Lima
Andrea Aguiar Azevedo
Bazileu Alves Margarido Neto
Benilda Brito
Caetano Scannavino
Caio Magri
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Antonio Rocha Vicente
Carlos Nobre
Djonathan Gomes Ribeiro
Dulce Maria Pereira
Eduardo Giannetti da Fonseca
Eduardo Rombauer van den Bosch
Eduardo Viveiros de Castro
Gabriela Barbosa Batista
Gilberto Câmara
Gisela Maria Moreau
Guilherme Peirão Leal
Hélio Santos
Ivaneide Bandeira Cardozo
Jane Maria Villas Bôas
João Paulo Ribeiro Capobianco
Jorge Luiz Numa Abrahão
José Adalberto O. Veríssimo
Juliana Cassano Cibim
Lina Pimentel Garcia
Luana Maia Oliveira
Luciane Moessa de Souza
Marcelo de Camargo Furtado
Márcio José Brando Santilli
Maria Alice Setubal
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Mariana de Oliveira Gianiaki
Marina Esteves Vergueiro de Almeida
Maristela Bezerra Bernardo
Marussia Whately
Mauricio Ruiz Castello Branco
Muriel Saragoussi
Oded Grajew
Paula Johns
Paulo Artaxo
Paulo César Werneck
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
Pedro Ivo de Souza Batista
Pedro Ribeiro Telles
Pedro Wilson Leitão Filho
Rachel Biderman Furriela
Raimundo Sergio Barros Leitão
Ricardo Cavalieri Guimarães
Ricardo Young Silva
Roberto Isao Kishinami
Roberto Waack
Samir Cury
Suzana Machado Pádua
Tasso Azevedo
Tatiana Motta Grillo Guimarães
Txai Suruí

Em memória: Alexandra Reschke, Alfredo Helio Sirkis e José Rubens Pereira Gomes

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE · **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025**

CONSELHO DIRETOR

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto
Altair Cleto Assumpção *(até 18/6/2025)*
Caetano Scannavino *(eleito em 18/6/2025)*
Luana Maia de Oliveira

Presidente:

Ricardo Young Silva *(até 18/6/2025)*
Dulce Maria Pereira *(eleita em 18/6/2025)*

Vice-presidente:

Pedro Ivo Batista *(até 18/6/2025)*
Caio Magri *(eleito em 18/6/2025)*

CONSELHO FISCAL:

Paulo Cesar Werneck e Andrea Morata Videira

OUVIDORA:

Suzana Machado Pádua *(a partir de 18/6/2025)*

EQUIPE

DIRETORA EXECUTIVA: Carolina Riberti Mattar
DIRETOR ADJUNTO: Marcos Woortmann
COORDENADORA DE FINANÇAS E CONTROLES: Elisabete Fernandes
COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO: Grazielle Alves Moreira
ASSESSOR DO PROJETO JUSAMAZÔNIA: Vitor Hugo Souza Moraes
ASSESSORA DE ADVOCACY: Luiza Chaer
ASSESSOR JURÍDICO: Ivens Drumond
ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Sylvia Bomtempo
ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO: Thais Goes (até 05/ 2025)
ASSISTENTE DE PESQUISAS E PROJETOS: Giovanna Pereira Rosseto
ASSISTENTE EXECUTIVA: Donatila Pinski

"A força do IDS reside em sua equipe, em seus parceiros e na sociedade civil, que juntos constroem um futuro melhor. Somos inspirados pela esperança, pela possibilidade de mudanças e pela certeza de que estamos contribuindo para um mundo mais justo, sustentável, democrático e resiliente às mudanças do clima."

(Ricardo Young)

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE · **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025**

MENSAGEM DA DIRETORA EXECUTIVA

FUTURUS

(Derivado do latim futurus: "que vai ser" ou "aquilo que ainda não é"; perspectiva de longo prazo)

O ano de 2025 foi de muita entrega do IDS. Como árvore que gera frutos, a história do IDS reflete no presente, com a criação de novas iniciativas baseadas no conhecimento acumulado junto a parceiros, redes e uma equipe de consultores e especialistas sempre dedicada à pesquisa e à comunicação das agendas do Instituto, com rigor técnico e grande capacidade de integração, colaborando com métodos de aprendizagem dinâmica e ação colaborativa para o maior impacto das ações do IDS. Em um ano marcado por desafios externos, o IDS se manteve na retaguarda das principais agendas do clima e da sustentabilidade, traçando limites e diretrizes, enquanto impulsiona pessoas e organizações nas fronteiras do desenvolvimento, uma nova geração de redes e comunidades cidadãs que estão em constante renovação e inspiração. A mudança cultural que a interdependência e a intergeracionalidade impõem em um mundo altamente digitalizado explora as capacidades humanas de interconexão e de relação com o entorno, fazendo desta década um período decisivo para tornar sonhos realidade coletiva.

Depois de oito ricos encontros, finalizamos a primeira parte dos Diálogos Setoriais para uma Transição Econômica Verde Sustentável, iniciativa que congregou governo, setor produtivo, sociedade civil e academia para construir recomendações voltadas à implementação do Plano de Transformação Ecológica do governo federal. Essa primeira fase, que contou com a parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP e o apoio da Open Society Foundations, resultou em meses de escuta qualificada, pesquisa e articulação multissetorial, concentradas na publicação de um relatório final que foi encaminhado ao governo federal e disponibilizado ao público no site do IDS. A agenda da economia verde nunca contou com um arcabouço tão robusto, refletido em instrumentos de fato capazes de contribuir com a implementação de um Mapa do Caminho. Os desafios institucionais e políticos para esta transformação também passam por qualificar as perdas e as oportunidades envolvidas na transição.

Outro grande momento de 2025 foi o lançamento do Kit Clima, um roteiro de apoio e ajuda aos municípios para enfrentarem os riscos e os efeitos da crise climática. Elaborado para que cada município seja capaz de identificar suas vulnerabilidades e quais caminhos pode seguir para proteger sua população, esse instrumento apresenta perguntas norteadoras, ferramentas de gestão, exemplos reais e checklists, traduzindo a ciência em passos práticos que gestores e equipes técnicas podem adotar para a elaboração de planos municipais de adaptação climática.

Tivemos a primeira participação robusta do IDS na Conferência Mundial do Clima – por ter sido realizada no Brasil –, fato de extrema importância para dar visibilidade e relevância global às agendas e ao papel do IDS, que foi inserido num ecossistema trabalhando em rede e realizando atividades junto com parceiros. E o trabalho foi árduo, para que a nossa participação se efetivasse: gestão dos recursos e viabilização de ida dos consultores do IDS para a COP, direção da campanha de Comunicação "COP30: Abrace o Clima com o IDS na COP", articulação com diferentes atores e organizações, solicitação de espaços, revisão de documentos, notas técnicas e *releases* para imprensa, revisão da programação e representação em eventos, preparação e inscrição de eventos do IDS para hubs oficiais e paralelos (Pavilhão Verde, Azul, Climate Foundations). Missão cumprida!

Reconhecendo a importância histórica desse momento para o nosso País, pelo protagonismo geopolítico e pela urgência de posicionamentos coerentes diante da crise socioambiental, o IDS iniciou os preparos da sua participação realizando o Ciclo de Debates pré-COP de alto nível, estruturado em quatro encontros temáticos no período de junho a setembro: governança climática, financiamento climático, povos e comunidades tradicionais e indígenas e ética global. Reunimos especialistas, gestores públicos, pesquisadores, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil com o propósito de gerar recomendações robustas e plurais para subsidiar diretamente os "Círculos de Liderança" da COP30, cujo propósito é organizar a mobilização política e técnica. O IDS assumiu, assim, o compromisso de fomentar um diálogo intersetorial capaz de contemplar as dimensões sociais, econômicas, culturais e éticas necessárias para equilibrar interesses imediatos e metas de longo prazo, sempre alinhado ao Acordo de Paris, reunindo propostas que foram endereçadas para a COP30 através de um Policy Brief (A construção de um Novo Pacto Climático: Implementar com Justiça, Ética e Corresponsabilidade) disseminado no oportuno momento da Conferência, em que o debate sobre ambição e implementação instava ser fortalecido com evidências, recomendações estratégicas e comprometimento ético com a justiça climática.

A relevância do IDS em Brasília ganhou materialidade com a continuidade de duas tecnologias desenvolvidas pelo instituto no âmbito da Rede de Advocacy Colaborativo para a qualificação do debate público e a participação da sociedade civil em espaços institucionais de tomada de decisão, sobretudo no Congresso Nacional: o Farol Verde e a Virada Parlamentar Sustentável, cujas edições só têm sido possíveis graças aos parceiros que colocam suas expertises e informações a favor de uma construção social que ultrapasse as divisões temáticas, políticas e partidárias para iluminar um caminho de fato estratégico para o desenvolvimento nacional.

"Com o pé no chão", reconhecemos que temos à frente novos desafios, como a atualização de nosso site e de algumas plataformas (Pacto Federativo, JusAmazônia, Segurança Hídrica) para que o IDS continue sendo uma referência, trazendo propostas atuais às necessidades que se apresentam, além da continuidade e do apoio a outros projetos que deem a devida relevância para a transversalidade e interseccionalidade, fundamentais para que mulheres, indígenas, negras e povos tradicionais sejam protagonistas nas soluções reais que tornam essas agendas relevantes in loco, ao mesmo tempo em que a representatividade nos espaços democráticos se torna o caminho mais rápido para que as políticas públicas alcancem os territórios. Confiantes, esperamos que o próximo ciclo renove tais possibilidades.

2026 é mais um ano eleitoral nacional, ano crítico para que a agenda do nosso País supere disputas ideológicas e visões contraditórias de desenvolvimento.

Estamos atentos e nos preparando para que, de uma vez por todas, o clima e a sustentabilidade estejam na organização da nossa sociedade – e não fique em segundo plano –, como condição única para o futuro e oportunidade ímpar para melhorar a qualidade de vida nos territórios onde a maior vulnerabilidade socioambiental agrava os efeitos da crise climática. Acelerar os mecanismos de financiamento e fortalecer as capacidades institucionais da gestão local exigirão a coordenação multinível de esforços e o compromisso multissetorial, de forma que a economia, a política e a sociedade sejam parceiras na construção de um Brasil sustentável.

Carolina Riberti Mattar,
Diretora Executiva do IDS



DATAS IMPORTANTES EM 2026

JANEIRO

20: Dia Nacional da Consciência Indígena

FEVEREIRO

20: Dia Mundial da Justiça Social

MARÇO

16: Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas

22: Dia Mundial da Água

30: Dia Internacional do Lixo Zero

ABRIL

7: Dia Mundial da Saúde

22: Dia do Planeta Terra

28: Dia da Caatinga

MAIO

1: Dia do Trabalho

13: Dia de Luta contra a Discriminação Racial

17: Dia Mundial da Reciclagem

22: Dia Internacional da Biodiversidade

25: Dia do Trabalhador Rural

27: Dia da Mata Atlântica

JUNHO

3: Dia Nacional da Educação Ambiental

5: Dia Mundial do Meio Ambiente

8: Dia Mundial dos Oceanos

17: Dia Mundial contra a Seca e a Desertificação

JULHO

17: Dia de Proteção às Florestas

19: Dia Mundial pela Limpeza da Água

25: Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

AGOSTO

9: Dia Internacional dos Povos Indígenas

12: Dia Internacional da Juventude

SETEMBRO

5: Dia da Amazônia

5: Dia Internacional da Mulher Indígena

11: Dia Nacional do Cerrado

15: Dia Internacional da Democracia

21: Dia da Árvore

25: Dia Global dos ODS

OUTUBRO

4: Dia da Natureza

5: Dia Nacional da Cidadania

13: Dia Internacional para Redução de Desastres Naturais

15: Dia Nacional do Consumo Consciente

12: Dia do Mar

17: Dia Mundial para Erradicação da Pobreza

25: Dia Nacional da Democracia

NOVEMBRO

11: Dia Nacional pela Universalização do Saneamento Básico

12: Dia do Pantanal

19: Dia Mundial do Banheiro

20: Dia da Consciência Negra

24: Dia do Rio

DEZEMBRO

5: Dia Mundial do Solo

14: Dia Nacional de Combate à Pobreza

17: Dia Nacional do Bioma Pampa

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE · **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025**











RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

Instituto Democracia e Sustentabilidade



Instituto
Democracia e
Sustentabilidade

www.idsbrasil.org

ids@idsbrasil.org

/IDSBrasil

@ids_brasil

/idsbrasilquequeremos

ids-brasil